

**O PERFIL DAS COMUNIDADES
TRADICIONAIS E O ACESSO
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
NOS TERRITÓRIOS RURAIS
E DA CIDADANIA DO
RIO GRANDE DO NORTE**

**João Bosco Araújo da Costa
Geraldo Barboza de Oliveira Júnior**
organizadores



Este livro, também publicado na forma de e-book, possibilita a um público maior, além do acadêmico, acessar os resultados de uma pesquisa realizada sobre o perfil, as políticas públicas existentes e as políticas públicas acessadas pelas comunidades tradicionais nos Territórios Rurais de Cidadania do estado do Rio Grande do Norte. Especificamente nos territórios do Potengi, Mato Grande, Trairi, Seridó e Agreste-Litoral Sul, que compreendem cinco dos dez territórios rurais e de cidadania em que se divide o estado potiguar.

[...]

Entendemos os textos aqui apresentados como uma contribuição à questão das populações, comunidades e povos tradicionais no estado do Rio Grande do Norte nesta segunda década do século XXI. Acreditamos que outros textos surgirão nesta estrada, ampliando este debate - sempre tão carente de insistência e atualização.

Laroiê!

**João Bosco Araújo da Costa
Geraldo Barboza de Oliveira Junior**

João Bosco Araújo da Costa

Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Realiza pesquisas e orientações de mestrado e doutorado nos campos temáticos do poder local, governança democrática municipal, cultura política, políticas públicas, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento e terceiro setor.

Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Atua como autônomo em consultorias relacionadas às questões do Desenvolvimento Sustentável, Comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e agricultores familiares), Educação, Ética, Bioética, Meio Ambiente e Gestão Social. É professor colaborador em universidades privadas, lecionando disciplinas na pós-graduação e orientando monografias.

**O PERFIL DAS COMUNIDADES
TRADICIONAIS E O ACESSO
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
NOS TERRITÓRIOS RURAIS
E DA CIDADANIA DO
RIO GRANDE DO NORTE**



O PERFIL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**João Bosco Araújo da Costa
Geraldo Barboza de Oliveira Júnior**
organizadores

1ª EDIÇÃO
NATAL
CARAVELA SELO CULTURAL
2017

Copyright © João Bosco Araújo da Costa
e Geraldo Barboza de Oliveira Júnior, 2017

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610
de 19/02/1998. É proibida a reprodução total ou parcial
sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

Catálogo da Publicação na Fonte:
Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva. CRB-15/692.

O perfil das comunidades tradicionais e o acesso às políticas públicas nos territórios rurais e de cidadania do Rio Grande do Norte / João Bosco Araújo Costa e Geraldo Barboza de Oliveira Júnior (Organizadores); José Correia Torres Neto (Editor); Kaline Sampaio de Araújo e Verônica Pinheiro da Silva (Revisoras); Amanda da Costa Marques (Projeto gráfico e Diagramação); Fernanda Oliveira (Diagramação). – Natal: Caravela Selo Cultural, 2017.
204 p.: il.

ISBN 978-85-69247-54-8 PDF

1. Cidadania – Rio Grande do Norte. 2. Políticas. 3. Juventude. I. Costa, João Bosco Araújo; II. Silva, Maria Aparecida Ramos da. III. Torres Neto, José Correia. IV. Araújo, Kaline Sampaio de. V. Silva, Verônica Pinheiro da. VI. Marques, Amanda da Costa. VII. Oliveira, Fernanda.

CDU 342.71

P426s

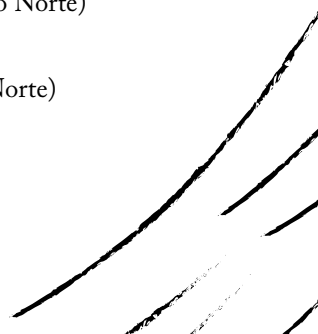
Direitos reservados a João Bosco Araújo da Costa
e Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Natal – Rio Grande do Norte – Brasil

2017

SÉRIE HUMANIDADES I

CONSELHO EDITORIAL

- João Bosco Araújo da Costa
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Presidente
 - Alexsandro Galeno Araújo Dantas
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - Daniel Menezes
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - Francisco Alencar Mota
(Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú)
 - Jacimara Villar Forbeloni
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal Rural do Semiárido)
 - Jessé de Souza
(Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense)
 - Joana Aparecida Coutinho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Maranhão)
 - Joana Tereza Vaz de Moura
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - João Emanuel Evangelista
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - José Antonio Spinelí Lindozo
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - Maria Conceição Almeida
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - Maria Ivonete Soares Coelho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
 - Norma Missae Takeuti
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
 - Vanderlan Francisco da Silva
(Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande)
- 

Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

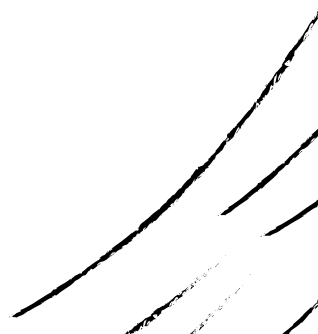
Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Atua como autônomo em consultorias relacionadas às questões do Desenvolvimento Sustentável, Comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e agricultores familiares), Educação, Ética, Bioética, Meio Ambiente e Gestão Social. É professor colaborador em universidades privadas, lecionando disciplinas na pós-graduação e orientando monografias. Na área de Antropologia atua com ênfase em Relações Interétnicas, Desenvolvimento local sustentável, Meio ambiente, Antropologia rural, Antropologia indígena e Antropologia das populações afro-brasileiras (Comunidades negras rurais, Laudos antropológicos e Religiosidade). Atuou no Projeto de Integração do Rio São Francisco como Antropólogo pela Logos Engenharia e também como Analista Ambiental pela empresa CMT Engenharia Ambiental. Participou também da elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica dos rios Piauí, Japaratinga e Sergipe, no estado de Sergipe. Esteve à frente da Coordenação do Plano Básico Ambiental Indígena das Linhas de Transmissão Porto Velho – Araraquara 1 e 2, envolvendo 10 grupos indígenas nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Atuou como Consultor no Programa RN Sustentável. Atualmente é colaborador não remunerado do Instituto de Desenvolvimento e Educação Ambiental (IDEA-RN).

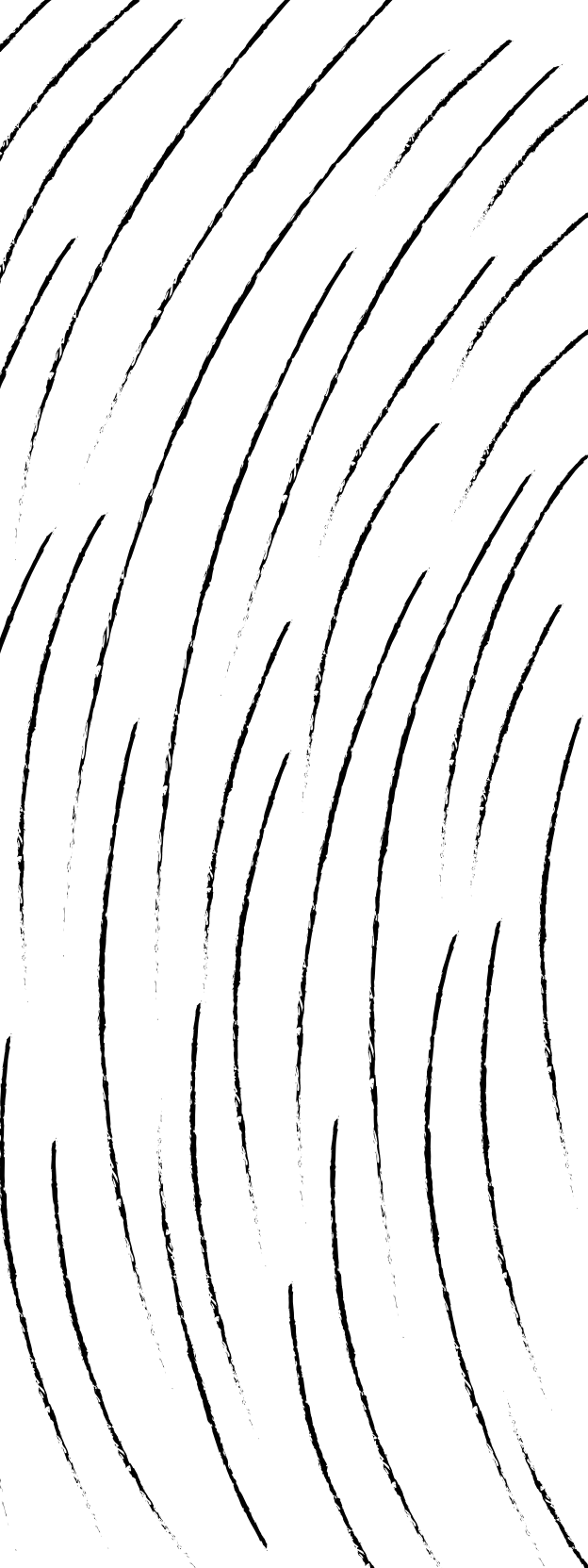
Francisco Cândido Firmiano Júnior

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009). É Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil.

Andreia Nazareno dos Santos

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É educadora popular, ativista do Movimento Quilombola e liderança na Comunidade Quilombola de Grossos, em Bom Jesus (Território do Potengi).





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

11

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O
ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS
TERRITÓRIOS RURAIS E DE CIDADANIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

25

Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

FORMAÇÃO DE JOVENS PARA
O PROTAGONISMO JUVENIL EM
EMPREENDEDORISMO SOCIAL
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE COQUEIROS – CEARÁ-MIRIM/RN

180

Francisco Cândido Firmiano Júnior

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÍTIO
GROSSOS – BOM JESUS/RN

192

Andreia Nazareno dos Santos

APRESENTAÇÃO

Este livro, também publicado na forma de e-book, possibilita a um público maior, além do acadêmico, acessar os resultados de uma pesquisa realizada sobre o perfil, as políticas públicas existentes e as políticas públicas acessadas pelas comunidades tradicionais nos Territórios Rurais de Cidadania do estado do Rio Grande do Norte. Especificamente nos territórios do Potengi, Mato Grande, Trairi, Seridó e Agreste-Litoral Sul, que compreendem cinco dos dez territórios rurais e de cidadania em que se divide o estado potiguar.

Compõem o livro, além do relatório dos resultados da pesquisa, mais dois textos de autores e autoras que estiveram envolvidos com o projeto do qual a pesquisa se constituiu em uma de suas atividades. Trata-se do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEDET – UFRN/CNPq/MDA), entre os anos de 2014 e 2016.

O referido projeto foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas (GDPP), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN (CCHLA/UFRN), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Esse grupo de pesquisa constitui-se como um espaço coletivo de reflexão, produção e investigação teórico-empírica no campo das Ciências Sociais. Suas pesquisas articulam os campos temáticos do Poder Local, do Desenvolvimento e das Políticas Públicas, que têm orientado as pesquisas realizadas, principalmente, vinculadas ao Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais, cursos de Mestrado e Doutorado. Os fenômenos estudados e o aprofundamento do quadro analítico das pesquisas finalizadas e em andamento representam experiências de desenvolvimento locais, de gestões de âmbito local e de avaliações de políticas públicas especialmente.

O projeto de extensão, do qual a pesquisa sobre o perfil e acesso às políticas públicas pelas comunidades tradicionais dos espaços urbanos e rurais dos territórios foi parte de seus objetivos, realizou o monitoramento e o assessoramento aos Colegiados Territoriais e, nesse sentido, incidiu nos temas das políticas públicas e especialmente do desenvolvimento territorial. Algumas das populações que sempre foram excluídas dos resultados dos processos de desenvolvimento foram exatamente as comunidades tradicionais. Nas últimas décadas do século XX, mas já se delineando desde os anos sessenta deste século passado, com o advento das críticas construídas pelos movimentos sociais e populares, conheceram a intensificação do processo de desconstrução da noção tradicional do sentido do desenvolvimento herdada do século XIX.

É no contexto deste processo que se torna inteligível a noção de desenvolvimento territorial, regional e local sustentável. A noção tradicional de desenvolvimento, que não obstante o processo de sua desconstrução teórica e política desde os anos sessenta do século passado, na prática continua dominante e hegemônica, foi constituída com a consolidação do capitalismo urbano industrial no século XIX europeu.

Nessa concepção economicista do desenvolvimento, este é concebido como sinônimo de crescimento econômico, industrialização e uso intensivo de tecnologia. Esse uso intensivo de tecnologia significa a utilização do conhecimento científico vinculado à produtividade e ao domínio “da natureza”. Nesse sentido, o que estamos aqui denominando de concepção tradicional

e dominante do desenvolvimento significa as percepções, categorias científicas e representações do imaginário social; é a concepção de mudança social por meio do progresso contínuo das sociedades pelo crescimento econômico e o grau de industrialização.

Essa concepção de desenvolvimento ancorada na ideia força de progresso como evolução e processo de mudança social se consolida na Europa a partir do século XIX como consequência das mutações simbólicas impulsionadas pela Revolução Industrial e emergência de sociedades urbanas industriais. Desde meados do século passado que essa concepção tem recebido críticas por seu caráter predador e pelo que os extremos sacrifícios humanos têm provocado em sua trajetória histórica.

Foi durante os séculos XVIII e XIX europeus que a ideia de progresso aliada à noção de desenvolvimento como mudança social passou a significar crescimento econômico e industrialização. Essa metamorfose foi uma consequência no imaginário social e nas conceituações científicas do surgimento e expansão das manufaturas no entorno das cidades industriais e parte significativa do processo de urbanização.

Essa concepção de desenvolvimento procurou equacionar como relação inequívoca o crescimento econômico e a diminuição da pobreza. A equação não funcionou historicamente e concretamente e as questões das privações dos indivíduos e da exclusão social, apesar do crescimento econômico e da industrialização, não foram resolvidas, e sim amplificadas, especialmente nas sociedades da periferia do sistema capitalista. Ao contrário, tivemos a destruição do meio ambiente, a crescente exclusão social e a imposição com consequências desastrosas e fins inalcançáveis de um modelo único de desenvolvimento para todas as sociedades do planeta que se mostrou inviável.

A noção “inacabada” de desenvolvimento sustentável se constituiu, na verdade, de variadas “noções em construção” como

críticas ao paradigma tradicional do desenvolvimento acima referido. A multiplicidade de noções de desenvolvimento sustentável tem em comum propor o crescimento econômico, com maior ou menor ênfase, quase sempre menor, com preservação do meio ambiente, desenvolvimento social endógeno e responsabilidade social.

Existem, entre as diversas noções de desenvolvimento sustentável, aquelas com maior ênfase no conservacionismo e na equidade social e críticas ao crescimento econômico até as que tentam equalizar e equilibrar essas duas “pontas” da relação entre crescer economicamente e preservar o meio ambiente. Em todas, a ideia central é de que precisa ocorrer uma harmonização entre o crescimento econômico e o meio ambiente.

As variações sociais e políticas que proporcionaram o processo de desconstrução da concepção tradicional de desenvolvimento e culminaram com a noção “guarda-chuva” de desenvolvimento sustentável foram, entre outras, os movimentos sociais a partir dos anos sessenta do século passado, especialmente os ambientalistas, a crise do petróleo na década de setenta do mesmo século e as diversas conferências mundiais realizadas por instituições tais como ONU, Clube de Roma, entre outras.

Como em todas as sociedades do mundo contemporâneo, no Brasil, a noção de desenvolvimento sustentável tem caminhado em seus resultados práticos com muita lentidão e insuficiência. Parte se deve à própria imprecisão e ambiguidades da noção de sustentabilidade e, por outro lado, devido à predominância entre os agentes econômicos, os formuladores de políticas públicas e no imaginário social da hegemonia da concepção de progresso e desenvolvimento consolidada a partir do século XIX europeu.

Uma noção de que procura superar as ambiguidades das noções de desenvolvimento sustentável é a concepção de desenvolvimento como expansão das capacidades e das liberdades dos

indivíduos, elaborada por Amartya Sen. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, as questões de ordem ambientais e do desenvolvimento local endógeno, Amartya Sen (2000) concebe o desenvolvimento como um meio e o fim do desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, se trata de uma concepção de desenvolvimento que na nossa avaliação amplia e supera as ambiguidades das noções de desenvolvimento sustentável.

Amartya Sen utiliza o conceito de liberdade no plural, que seriam o principal meio e o próprio fim do desenvolvimento. Entre as liberdades se encontram as liberdades políticas, as oportunidades sociais, a garantia de transparência e a segurança protetora. Essas liberdades se constituem nos meios e nos fins últimos do desenvolvimento, promovendo a expansão das capacidades dos indivíduos.

Nessa concepção de desenvolvimento, o poder público, por meio das políticas públicas, tem papel relevante e fundamental em sociedades de extremas desigualdades sociais, como no caso do Brasil, ao promover oportunidades de superação de condições de privações dos indivíduos em relação às capacidades exigidas dos membros da sociedade. Assim, quando uma política pública tem efetividade em alcançar seus objetivos, promove efetivações na vida dos indivíduos de seu público-alvo, ampliando suas capacidades e, portanto, suas liberdades. Por isso essa concepção de desenvolvimento está “intimamente” relacionada ao papel das políticas públicas como elementos proporcionadores de efetivações na vida dos indivíduos e ao papel do poder público como correções das desigualdades de oportunidades entre classes e indivíduos.

A concepção de desenvolvimento territorial ancora-se na ideia de que a existência de espaços intermunicipais com características socioeconômicas e identidades comuns podem potencializar a implementação de políticas públicas pelo Estado. A concepção de desenvolvimento territorial não se constitui numa oposição

às noções de desenvolvimento sustentável e mesmo a concepção de desenvolvimento como liberdade.

Tem se constituído muito mais como um método de atuação do poder público na implementação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento e combate à exclusão social, privações e pobreza no Brasil, especialmente depois de 2003. Com a constituição dos territórios rurais e depois de cidadania criou-se uma nova institucionalidade que tem como objetivo encaminhar os recursos de diversos ministérios, notadamente do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para os territórios estabelecidos em todos os estados da federação.

Estimulando os atores públicos, privados e o associativismo local a se constituírem numa atuação em espaços não formalizados enquanto engenharia institucional dos entes que compõem o estado brasileiro, a União, os entes federados e os municípios, para uma nova forma de representação e negociação, reduzindo o número de projetos em mais de cinco mil municípios para cerca de duas centenas de territórios, ancorados na concepção de multifuncionalidade da agricultura e da pluriatividade da agricultura familiar.

É nesse quadro mais amplo da discussão sobre a noção de desenvolvimento que se coloca qual lugar devem ter as comunidades tradicionais dos Territórios Rurais e de Cidadania e sua inclusão no processo de desenvolvimento. O acesso às políticas públicas é um elemento fundamental para a participação destas comunidades e seus membros na desconstrução das privações sociais que caracterizam essas populações.

O Brasil, neste século XXI, tem como maior desafio conseguir efetivar seu projeto de país multicultural, e este projeto passa também pela inclusão das comunidades tradicionais no acesso às políticas públicas do Estado brasileiro. Desde a Constituição de 1988 foram criadas leis e efetivadas políticas públicas neste sentido.

Assim, temas e atores sociais novos foram se evidenciando no cenário nacional, dando voz a povos e comunidades tradicionais que antes eram tratados genericamente como minorias sociais. Surge, desta forma, toda uma pluralidade étnica e de identidades diversas que reclamam seu pertencimento à nação brasileira. A citação do Ministério Público de Minas Gerais mostra o conhecimento do Estado sobre esta situação, quando argumenta que:

Num país e estado tão diversos em sua composição étnica, racial e cultural, é um grande desafio assegurar direitos para promoção do bem-estar social da população, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais. Sabemos que boa parte dessas comunidades se encontra ainda na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos de discriminação e exclusão social.¹

O maior desafio, desde a Constituição Federal de 1988, é identificar esses povos e comunidades tradicionais espalhados em todo o território brasileiro. Como consequência direta deste reconhecimento, o passo seguinte é a integração destas comunidades em um programa de desenvolvimento local que respeite a diversidade cultural desses grupos e também proporcione qualidade de vida para essas famílias. Significa que, respeitando suas especificidades identitárias e culturais, as políticas públicas efetivadas para essas populações tenham como fins últimos a expansão das capacidades e liberdades dos indivíduos pertencentes a essas comunidades.

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o

¹ <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>

princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações.

São povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados desde seus ancestrais, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios. Podemos, assim, pensar as especificidades dos povos e comunidades tradicionais em duas visões: povos ligados por uma identidade étnica, tais como indígenas, quilombolas, terreiros de religiões afro-brasileiras e ciganos e povos ligados por uma identidade laboral, como pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas. Essa é uma classificação geral para povos e comunidades tradicionais comumente utilizada na literatura sobre essas populações.

A importância desse tema tem levado ao aumento de pesquisas na área. Várias contribuições científicas surgem assim. Neste sentido, a pesquisa antropológica tem se debruçado com mais afinco para questões envolvendo a relação entre o tema do desenvolvimento e as populações tradicionais, abrangendo desde noções de etnodesenvolvimento, acesso às políticas públicas por essas populações, visibilidade, exclusão, até racismo ambiental e outros temas.

O pacto federativo, como vem sendo praticado no Brasil, que compreende a relação entre União, estados e municípios, encontra muitos pontos de estrangulamentos e dificuldades para que as políticas públicas elaboradas pelo Governo Federal, e que preveem a participação de estados e municípios em sua execução, cheguem até os seus potenciais beneficiários e alvos de atenção do poder público. Em relação às políticas públicas para as mulheres, não temos um cenário distinto de outras ações, projetos, planos e serviços públicos destinados aos diversos segmentos das classes subalternas brasileiras.

A pesquisa “O perfil das comunidades tradicionais e as políticas públicas nos Territórios Rurais e de Cidadania do RN”, cujo relatório constitui a maior parte dos textos deste livro, realizada como parte do projeto de extensão “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” objetivou exatamente elaborar o perfil destas comunidades nos espaços urbanos e rurais dos Territórios Rurais e de Cidadania no Rio Grande do Norte, quais as políticas públicas existentes, sejam ações, projetos e ou programas, e quais são acessadas. Também procurou investigar quais os impedimentos e empecilhos para seu acesso pelas comunidades tradicionais dos diversos segmentos sociais destes territórios.

O relatório com os resultados da pesquisa foi apresentado nas reuniões plenárias dos colegiados dos cinco territórios do projeto de extensão, nas reuniões e encontros das Câmaras de comunidades tradicionais reconstruídas e ou criadas nesses territórios, assim como cópias impressas foram disponibilizadas. Esses resultados certamente contribuíram para a potencialização das atividades e da dinâmica de funcionamento destas Câmaras nos Territórios Rurais e de Cidadania do Potengi, Trairi, Seridó, Agreste-Litoral Sul e Mato Grande.

O projeto “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” teve como objetivo geral construir ações territoriais e núcleos de extensão em desenvolvimento territorial nos Territórios Rurais e de Cidadania Agreste-Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo a produção de dados, informações e conhecimentos; difusão de métodos e tecnologias sociais e o monitoramento, avaliação e assessoria aos Colegiados e o acompanhamento de iniciativas

de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

Como objetivo específico, teve: a produção de dados, informações e conhecimentos com vista à elaboração de pesquisa; a difusão de métodos e tecnologias sociais voltadas para a gestão social; o monitoramento, avaliação e assessoria técnica aos Colegiados Territoriais; subsidiar a realização de uma agenda de reuniões das instâncias do Colegiado Territorial visando o cumprimento do conjunto dos objetivos específicos acima mencionados.

Os NEDETs do projeto “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” foram constituídos por uma equipe técnica formada por professores coordenadores de projeto e de núcleo, bolsista de iniciação ao extensionismo e profissionais para atuar nas funções de Assessoria Territorial para Gestão Social (ATGS) e Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva (ATIP). São equipes responsáveis pela produção de dados, informações e pesquisas; geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Sua ação envolve os diversos aspectos dos processos de gestão social e de efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva nos Territórios Rurais e da Cidadania.

O Programa Territórios Rurais e de Cidadania foi criado em 2008, abrangendo 120 territórios em todo o país, com o objetivo de dinamizar a economia das regiões com altos índices de pobreza, economia agrícola de base familiar precária e menor acesso às políticas públicas. Nesse sentido, os Territórios da Cidadania são uma estratégia de desenvolvimento territorial e regional

sustentável e garantia de direitos sociais, visando o desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Cada território possui um Conselho Territorial, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Como já referido antes, no Rio Grande do Norte existem dez Territórios Rurais e da Cidadania, e o projeto NEDETs (UFRN/CNPq/MDA) abrangeu cinco deles: Seridó, Mato Grande, Agreste-Litoral Sul, Trairi e Potengi, totalizando 89 municípios atendidos. Nesses territórios, a atuação das equipes NEDETs potencializou a dinâmica das reuniões e plenárias dos colegiados dos territórios, a reconstrução das Câmaras de Inclusão Produtivas, de Mulheres, de Juventude, de Educação e a criação de Câmara de Comunidades Tradicionais.

Durante o período do projeto, nesses municípios, as equipes multidisciplinares de profissionais dos NEDETs realizaram ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva. A capacitação desses profissionais visou dotá-los de instrumentos e métodos para realizar as ações de assessoria aos Colegiados Territoriais, tanto as relacionadas à gestão social quanto as que dizem respeito às atividades de inclusão produtiva.

Os profissionais que atuaram como assessores territoriais tiveram um papel fundamental para a efetivação da abordagem territorial do desenvolvimento rural. Atuando junto ao colegiado territorial, realizaram o assessoramento a essas instâncias para que elas pudessem exercer, com eficiência e eficácia, seu protagonismo no

processo de desenvolvimento territorial. Possibilitaram que as diversas Câmaras reconstruídas e novas que foram criadas nos territórios pudessem adquirir uma dinâmica ativa de reuniões e encontros, os quais, em algumas Câmaras, como as de Juventudes e Mulheres, chegaram a ter cerca de duzentos e cinquenta participantes.

Nesse sentido, os Territórios da Cidadania são uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, visando o desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Trabalham com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Cada território possui um Conselho Territorial, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Os padrões da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estabeleceram um parâmetro de ruralidade para os municípios com população menor ou igual a 50 mil habitantes e densidade demográfica menor ou igual a 80 habitantes por km². Dessa forma, os territórios pesquisados caracterizam-se como tipicamente rurais em função de, praticamente, a totalidade de seus municípios se encontrarem com menos de 50 mil habitantes, com exceção dos de Caicó, no Seridó, que possui 62 mil habitantes, e Ceará-Mirim, no Mato Grande, com 68 mil.

Como parte das atividades previstas no projeto “Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET: Fortalecendo as Políticas Públicas em Territórios Rurais e de Cidadania no RN” (UFRN/CNPq/MDA), foi realizada a pesquisa cujo relatório é parte desta obra. Este livro, intitulado *O perfil das comunidades tradicionais e o acesso a políticas públicas nos Territórios de Cidadania do Rio Grande do Norte*, apresenta o relatório da pesquisa sobre o perfil e o acesso às políticas públicas nos Territórios

Rurais e de Cidadania do Rio Grande do Norte, especificamente nos cinco territórios já referidos e mais dois textos sobre essa temática.

São três textos relativos ao universo das populações tradicionais no estado do Rio Grande do Norte. O primeiro é o resultado de uma pesquisa sobre a presença de populações tradicionais em cinco Territórios da Cidadania; o segundo é sobre a relação de identidade e produção na comunidade quilombola de Grossos, em Bom Jesus; e o terceiro texto é uma descrição da comunidade quilombola de Coqueiros, em Ceará-Mirim.

O primeiro deles - *As Comunidades Tradicionais e o Acesso às Políticas Públicas nos Territórios Rurais e da Cidadania do Rio Grande do Norte* - é o resultado da pesquisa referida, empreendida pelo antropólogo Geraldo Barboza de Oliveira Junior, sob a responsabilidade do NEDET/CCHLA/UFRN, sobre a presença de povos e populações tradicionais em cinco Territórios da Cidadania (Agreste-Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi) e sua relação com as políticas públicas - levando em consideração sua identidade. O texto mostra a presença de populações tradicionais e, ao mesmo tempo, a invisibilidade destas no Sistema Cadastro Único. Investiga, ainda a falta de acesso dessas populações às políticas públicas específicas para povos tradicionais. Por fim, o texto sugere ações que possam servir para mudar este quadro de invisibilidade social e exclusão social.

O segundo texto, *Formação de Jovens para o Protagonismo Juvenil em Empreendedorismo Social na Comunidade Quilombola de Coqueiros, Ceará-Mirim/RN*, de Francisco Cândido Firminiano Júnior, é o trabalho de conclusão de curso de um ativista do Movimento Quilombola, residente em uma comunidade quilombola no território Mato Grande e participante do projeto NEDET.

O terceiro texto - *Produção e Comercialização na Comunidade de Sítio Grossos - Bom Jesus/RN* - é, também, o trabalho de conclusão de curso de uma ativista do Movimento Quilombola, residente em uma comunidade quilombola no território Potengi, Andreia Nazareno dos Santos. Seu texto trata de mostrar a relação entre identidade, organização social e organização produtiva.

Entendemos os textos aqui apresentados como uma contribuição à questão das populações, comunidades e povos tradicionais no estado do Rio Grande do Norte nesta segunda década do século XXI. Acreditamos que outros textos surgirão nesta estrada, ampliando este debate – sempre tão carente de insistência e atualização.

Laroiê!

Natal agosto de 2017

João Bosco Araújo da Costa

Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Introdução

O Brasil se apresenta como nação através de uma imensa diversidade sociocultural, mostrada por uma variedade de comportamentos, saberes, línguas, crenças, modos de vida. Neste ambiente as comunidades e povos tradicionais construíram relações e vínculos com a natureza distintos dos que prevalecem em meios urbano-industriais (ARRUTI, 1997). Conceitualmente, são comunidades indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro e ciganos (relacionados à identidade étnica) e extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais — relacionados à atividade produtiva (BRASIL, 2011).

O conhecimento que estas populações têm sobre o meio ambiente onde estão inseridas demonstra um conhecimento sobre a biodiversidade e seu manejo adequado sobre os recursos naturais (SANTILLI, 2003). Por exemplo, de acordo com as conclusões resultantes do projeto *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*, realizado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB/USP), em 1999, “a diversidade de espécies, de ecossistemas e genética não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana” (SANTILLI, 2003, p. 56). Em outras palavras, a ação humana é resultante de interações homem-meio ambiente.

Apesar da importância desses grupos, reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, suas especificidades e necessidades características foram muitas vezes marginalizadas na sociedade e no processo de formulação de políticas públicas (SILVA, 2007). A CF/88 – conhecida como Constituição Cidadã justamente por tentar avançar no resgate e na afirmação dos direitos universais dos brasileiros – buscou reconhecer os direitos específicos de alguns desses grupos, no caso as comunidades indígenas e quilombolas, as quais gozam de direitos territoriais e culturais especiais. Além disso, a Carta Magna estabelece a proteção de “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215, § 1o), bem como a “diversidade e a integridade do patrimônio genético do país” (Art. 225, § 1º, II).

No plano internacional, o Brasil assinou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992 – também conhecida como ECO-92 –, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a qual propunha medidas para assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. A convenção também reconhece a relação estreita entre a preservação de recursos biológicos e a existência de comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Em seu Art. 8º, a convenção estabelece que os países signatários devem respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, bem como “incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas”, e “encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas” (SANTILLI, 2003).

O Brasil ratificou a convenção em 16 de março de 1998, por meio do Decreto no 2.519.

Apesar dessas iniciativas, questões primordiais relacionadas a esses grupos permaneceram pendentes, como acesso à terra, à saúde e à educação diferenciadas, bem como o acesso às condições mínimas necessárias para que esses povos e comunidades possam permanecer em seus territórios e para que sua identidade cultural seja preservada (SILVA, 2007). As dificuldades enfrentadas por esses grupos no acesso a políticas públicas decorreriam principalmente “da ausência de reconhecimento dessas diferenças e no consequente despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos para lidar com elas” (SILVA, 2007, p. 7).

O Brasil, neste século XXI, vê surgir, com mais expressividade, a voz e a inclusão de grupos de comunidades e populações tradicionais em esferas de atuação do Estado. Na prática, isso se manifesta pela criação e execução de programas de desenvolvimento social (em suas mais amplas concepções) levando em conta as especificidades socioculturais desses grupos.

No ano de 2006 foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com a função de coordenar a implementação da PNDSPCT e, assim, garantir que as ações e atividades voltadas aos objetivos dessa política sejam exitosos.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.040, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT). O Governo Federal criou, assim, um conjunto de ações que objetivam promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/ Departamento de Extrativismo, exerce a função de Secretário Executivo da CNPCT.

Neste sentido, o Estado brasileiro criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como público de referência as comunidades quilombolas e os povos de terreiros.

Na atualidade é sabido que

As dificuldades geográficas constituídas no percurso longo de resistências desses grupos ao avanço constante e crescente do capital sobre as suas terras não são maiores e mais difíceis de transpor, no sentido de minimizar a dificuldade destas acessarem os serviços públicos essenciais (educação, saúde, assistência social e saneamento), como as barreiras sócio-raciais e culturais presentes no Estado Brasileiro (BAHIA, 2007, p. 6).

Então, podemos justificar a necessidade imperativa de se obter um diagnóstico que identifique essas comunidades tradicionais em seu nível organizativo e em seu acesso às políticas públicas referendadas pela PNDSPCT.

A Política Nacional de Assistência Social aos Povos e Comunidades Tradicionais

O maior desafio posto para a assistência social no atendimento aos povos e comunidades tradicionais é, assim, o reconhecimento e a concretização dos seus direitos sociais, por meio da proteção de seus direitos e memórias culturais, suas práticas comunitárias e sua identidade racial e étnica.

No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, o sistema está definido em níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Assim, define-se “Proteção Básica” pelo conjunto de serviços, programas e projetos que tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse nível de proteção assume como foco de atuação a ação preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral.

A Proteção Social Básica possui hoje 277 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que afirmam atender comunidades quilombolas. O Centro de Referência de Assistência Social consiste em uma unidade pública estatal da política de assistência social, de base municipal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. O CRAS existe para materializar a presença do Estado nos territórios vulneráveis.

Ele possui as funções, exclusivas e obrigatórias, de ofertar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e gerir a rede de proteção socioassistencial de seu território de abrangência. No CRAS, ainda são desenvolvidos serviços de convivência, para idosos, jovens, adolescentes e crianças. Atualmente contabilizamos a existência de 5.127 CRAS em funcionamento em 3.831 municípios de todo o território nacional.

O espaço físico do CRAS, cuja área de abrangência inclui referências aos povos e comunidades tradicionais, deve levar em conta a sua cultura, suas expectativas e o sentido que tem o trabalho com famílias, respeitando os elementos identitários dos grupos. Nesse sentido, é imprescindível que a elaboração do projeto arquitetônico leve em conta a organização sociocultural e o serviço

a ser prestado e que o material de construção, a estética, a disposição interna e externa do espaço e a adequação dos serviços sejam discutidos e planejados em conjunto com lideranças desses povos e comunidades, representantes dos grupos de usuários e órgãos responsáveis pela questão indígena, quilombola e de outros PCT.

Em 2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania pelo Governo Federal, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Em termos práticos, pretende-se fomentar ações que levem ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, ao saneamento e ao acesso à água, educação, cultura, infraestrutura e ações fundiárias nestes nesses territórios através de ações conjuntas entre Governo Federal, estados e municípios.

Como forma de provocar uma maior participação da sociedade civil, houve estímulo à criação de Coordenadorias Estaduais e Municipais de Promoção da Igualdade Racial, além dos Conselhos Estaduais de Promoção e Igualdade Racial. Na atualidade existem Conselhos Estaduais em 19 estados (o RN está entre os 7 que não têm esse instrumento); 85 conselhos municipais em todos o Brasil (o RN também está ausente nesta lista); e 20 Coordenadorias Estaduais de promoção da igualdade Racial. O RN dispõe desta coordenadoria; entretanto, sua evolução enquanto instrumento de empoderamento das populações tradicionais no estado ainda fica a desejar. Na prática, este órgão não tem um alcance de representatividade exigida, como também de inserção nas comunidades tradicionais. Sua história é marcada por dependência de uma política partidária, por um lado, e por uma invisibilidade política enquanto instituição atuante de fato, do outro. As ações realizadas ao longo de sua existência não conseguiram dar a esta instituição a seriedade que se espera. Foram ações, na maioria das vezes, sem muito impacto na vida das populações tradicionais,

como seminários com a participação com pouca representatividade das comunidades quilombolas, de terreiros, indígenas e ciganos.

Em dezembro de 2016, houve uma ação ímpar por parte do Governo Estadual do RN. Foram lançados dois Decretos da maior importância para as políticas públicas e comunidades tradicionais: um que cria o Comitê Estadual Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COGPPIR) e o outro que dispõe sobre as competências da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COEPPIR) da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC).

O estado ainda deve a assinatura do Protocolo que lhe possibilitará a implementação do Programa Brasil Quilombola. Neste pensamento se incluem, também, os municípios que apresentam populações tradicionais.

A demanda que existe neste sentido se faz maior com a invisibilidade destas populações nos registros dos CadÚnicos, nos CRAS municipais. A quantidade de famílias que representam as populações tradicionais está muito abaixo do número real. Estima-se que menos da metade destas famílias estão registradas nos CadÚnicos. Consequentemente, o acesso às políticas públicas fica quase nulo. As ações que atingem as famílias, geralmente, são aquelas comuns às de baixa renda (Bolsa Família etc.). Em todo o estado existem suas ações específicas para populações quilombolas (o Programa Minha Casa, Minha Vida), em execução nas comunidades do Geral (em Touros) e em Gameleira de Baixo (São Tomé). Vale salientar que estes benefícios foram obtidos através de demandas colocadas pela própria comunidade junto ao Poder Público Federal. A atitude de líderes locais foi a responsável por tal ação. A inoperância dos Poderes Públicos Municipais neste sentido é transparente.

Este texto vai mostrar as Comunidades/Populações Tradicionais em cinco territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte: Agreste/Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi.

Cabe aqui uma explanação sobre a divisão tipológica para agrupar essas categorias. Assim, temos Comunidades/Populações Tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos e povos de terreiros) e Específicas (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos). Aqui, entretanto, usaremos a categoria “tradicional” para todos os grupos citados.

A pesquisa aqui percorreu fontes documentais e bibliográficas, com ênfase nos dados do CadÚnico dos municípios em relação à presença destas comunidades/populações; e, também, sobre a acessibilidade dessas famílias ao Programa Bolsa Família. Como forma complementar foi executada uma pesquisa de campo em algumas dessas comunidades.

Como resultado, temos nos cinco territórios elencados a seguinte distribuição, de acordo com o CadÚnico.

Tabela 1 - Populações Tradicionais segundo o CadÚnico

Território	Tradicionais				Específicas			Total Parcial
	Q	I	C	T	P.A.	E	R	
Agreste/Litoral Sul	228	89	06	04	906	08	06	1.247
Mato Grande	203	50	04	03	2.766	06	Zero	3.032
Potengi	295	03	05	Zero	182	01	Zero	486
Seridó	238	02	57	06	1.036	13	02	1.354
Trairi	Zero	02	73	Zero	342	Zero	06	423
Total	964	146	145	13	5.232	28	14	6.542

Legenda:

Q – Quilombolas

I – Indígenas

C – Ciganos

T – Povos de Terreiros

P.A. – Pescadores Artesanais

E – Extrativistas

R – Ribeirinhos

Fonte: autoria própria.

Nos capítulos a seguir mostraremos cada território em particular, apresentando, ainda, os dados sobre as famílias que recebem o Bolsa Família. Serão apresentados, também, dados sobre comunidades que estão *invisíveis* no CadÚnico. Nos capítulos seguintes apresentaremos as comunidades/Populações Tradicionais e Específicas que estão registradas no CadÚnico e, também, as identificadas em pesquisa de campo. Iremos, assim, apresentar dados referentes aos territórios Agreste/Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi.

O Território Agreste/Litoral Sul (TERRA-SUL)

O Território Rural Agreste/Litoral Sul – RN está localizado na Região Nordeste do estado do Rio Grande do Norte e é composto por 24 municípios: Arês, Baía Formosa, Brejinho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Montanhas, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Passagem, Pedro Velho, Santo Antônio, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Serrinha, Tibau do Sul, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

Os dados apresentados são, tão somente, para termos um contexto geral do Território Agreste/Litoral Sul. Um dado que não faz parte das tabelas acima, mas é algo bastante peculiar é a ausência de ONGs que atuem em projetos nestas comunidades. A tradição local para a assistência técnica no Rio Grande do Norte é para a agricultura familiar; e neste território só havia uma ONG trabalhando com o projeto de cisternas de placas. Esta ausência reflete na pouca capacidade organizativa dessas populações e de suas instituições associativas; e, ao mesmo tempo, resulta numa maior dependência de favores de políticos locais, alimentando, assim, um ciclo de sujeição e ausência de empoderamento. As informações a seguir são o resultado de pesquisa no CadÚnico, em etnografias, artigos e informações de trabalho de campo.

Populações Tradicionais e Específicas no Território Terra-Sul

No Território Agreste/Litoral Sul temos 1.247 famílias cadastradas no CadÚnico, representando as populações **Tradicionais** (indígenas, quilombolas, terreiros e ciganos) e **Específicas** (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos) distribuídas em 17 dos 24 municípios. A tabela a seguir mostra dados do CadÚnico do primeiro trimestre de 2016. Neste caso, uma informação importante é sobre os 906 pescadores artesanais que, na pesquisa do MDA, não eram mostrados. Estavam como inexistentes. Quando formos aos dados em tipologias específicas, veremos a disparidade entre os números do CadÚnico e os dados coletados em pesquisa de campo. A invisibilidade destas populações na Gestão Municipal dificulta, ainda mais, o acesso às políticas públicas que atendam às suas demandas.

Tabela 2 - Comunidades Tradicionais e Específicas no Terra-Sul

Tipologia	Comunidade	Total (CadÚnico)	Total (com Bolsa Família)
Tradicional	Quilombolas	228	175
	Indígenas	89	65
	Terreiros	04	02
	Ciganos	06	05
Específicos	Pescadores Artesanais	906	672
	Extrativistas	08	07
	Ribeirinhos	06	05
TOTAL		1.247	931

Fonte: autoria própria.

As Populações Tradicionais no Terra-Sul

De acordo com o CadÚnico, existem 327 famílias cadastradas na categoria “Tradicional”: 228 quilombolas, 89 indígenas, 4 de terreiros e 6 de ciganos. Destas, 247 são beneficiárias do Bolsa Família. Estas famílias estão distribuídas em 11 municípios. Entretanto, de acordo com a pesquisa, existem populações tradicionais *invisíveis* em outros 6 municípios (quadro a seguir), totalizando 17 municípios com populações tradicionais.

Município	Comunidade encontrada na pesquisa
Espírito Santo	Quilombolas
Goianinha	Aldeia Indígena do Catú
Jundiá	03 Comunidades Quilombolas
Pedro Velho	01 Comunidade Quilombola
Serrinha	02 Comunidades Quilombolas
Várzea	04 Comunidades de Terreiro

Quadro 1 - Populações Tradicionais do Terra-Sul

Fonte: autoria própria.

As populações quilombolas no Terra-Sul

As populações quilombolas (228 famílias), de acordo com o CadÚnico, estão identificadas em 3 municípios: Arês, com 30 famílias (25 recebendo o Bolsa Família), Santo Antônio, com 45 famílias (35 recebendo o Bolsa Família), e Tibau do Sul, com 153 famílias (115 recebendo o Bolsa Família). Além de não representar a população real desta categoria, faltam os dados de 4 municípios identificados na pesquisa.

Esse número não representa os dados reais. Somente em Santo Antônio existem mais 3 comunidades que desconhecem o processo de autor reconhecimento no sistema CadÚnico. Assim, restam 5 municípios que necessitam de informação a ser socializada nas Secretarias Municipais de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SMTHAS), nas comunidades identificadas, nos CMDS, nos CadÚnico, nas Secretarias de Saúde e Educação, no Projeto RN Sustentável, nos municípios de Espírito Santo, Jundiá, Pedro Velho, Santo Antônio e Serrinha.

**Tabela 3 - Comunidades quilombolas
“invisíveis” no Terra-Sul**

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	CadÚnico/BF
01	Arês	Camocim	30/25
02	Espírito Santo	Assentamento Mata Verde	Zero
03	Jundiá	Arisco dos Pires	Zero
		Rego da Pedra (Calango)	
		São Tomé (Família Macenas)	
04	Pedro Velho	Alecrim	Zero
05	Santo Antônio	Barro Preto	45/35 em todo o município
		Cajazeiras	
		Camaleão	
		Capim-Açu	
		Lajedo do Paiva	
06	Serrinha	Gois	Zero
		Suatan	
07	Tibau do Sul	Sibaúma	153/115
08	Municípios/07	14 comunidades	228/175

Fonte: pesquisa de Geraldo Barboza.

As comunidades em si não acessam políticas públicas específicas para quilombolas. As ações que beneficiam, eventualmente, estas populações são aquelas dirigidas às populações de baixa renda. A seguir, apresentamos alguns dados e fotos de 4 comunidades: Camocim, Assentamento Mata Verde, Cajazeiras e Sibaúma.

Comunidade Quilombola de Camocim – Arês

A Comunidade de Camocim está localizada na estrada que liga o município de Arês ao município de Senador Georgino Avelino. É vizinha à comunidade Patané (de brancos): uma começa onde a outra termina. A economia local gira em torno da agricultura, da pesca, pecuária de caprinos e programas sociais. Vale salientar uma particularidade local: mais de 50 homens são militares e cerca de 20 mulheres estão fazendo faculdade. A luta desta comunidade em torno de sua autoafirmação vem desde os anos 2010, quando buscaram apoio do Poder Público local para o reconhecimento de sua condição enquanto remanescente de quilombos.

Na atualidade, a comunidade reorganizou seu Estatuto Social para a inclusão de referências enquanto comunidade de remanescente de quilombos; seus membros estão articulados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Rural e, também, no Colegiado do Território da Cidadania (integrando a Câmara de Comunidades Tradicionais). Entretanto, ainda são poucas as famílias cadastradas no CadÚnico. Na comunidade existe um terreiro de umbanda e também está sendo terminada a construção do primeiro terreiro de candomblé do local. Importante é salientar a busca da comunidade em resgatar sua história e seus costumes, ao mesmo tempo em que procuram estar integrados em espaços de decisão pública. Uma consequência da invisibilidade de Camocim é a insistência em se reconhecer apenas Patané para o espaço que compreende as duas comunidades.

Ela caminha de forma propositiva em suas demandas. Sua participação em espaços públicos, se não atende suas expectativas materiais, ao menos a coloca em relevo ante outras comunidades quilombolas, com quem mantém articulações em espaços e eventos públicos de interesse destas populações. Seu objetivo maior é a certificação oficial de sua condição quilombola.



Figura 2 - Rua principal do Camocim



Figura 3 - Mãe de Santo da Umbanda em Camocim



Figura 4 - Matriarca do Camocim



Figura 5 - Matriarca do Camocim



Figura 6 - Ogan de Umbanda do Camocim



Figura 7 - Gerações do Camocim

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade quilombola

“Assentamento Mata Verde” – Espírito Santo

A comunidade Quilombola que habita o Assentamento Mata Verde se organizou como “agricultores sem-terra” para ter acesso à reforma agrária. Como resultado, a comunidade tem 551,02 hectares distribuídos entre 28 famílias. As terras foram desapropriadas da fazenda Espírito Santo II.

As casas dos assentamentos são simples e rústicas, divididas em 5 cômodos além do banheiro: sala, dois quartos, cozinha e área de serviço, e comportam uma média de 6 pessoas cada uma. A maioria possui equipamentos essenciais como sofás, camas, cadeiras; eletrodomésticos como televisores, DVDs, liquidificadores, geladeiras etc.

A agricultura praticada é predominantemente familiar. Os membros das famílias participam das atividades agrícolas, tanto homens quanto mulheres e algumas crianças que dividem o dia entre a escola e o trabalho. Cada família escolhe os tipos de produtos que deseja cultivar, sendo os principais milho, feijão e mandioca. Há também hortas individuais com cultivos de coentro, cebolinha, alface, pimentão, tomate, legumes e algumas frutas como melancia, laranja, limão, entre outras.

Na preparação do solo para o cultivo agrícola, os assentados dividem-se utilizando trator e tração animal, procurando evitar ao máximo práticas que possam prejudicar o solo, como queimadas, adubos e insumos químicos. A adubação é feita, na maioria das vezes, de forma orgânica, enterrando a vegetação retirada do próprio solo.

A assistência técnica prestada aos assentamentos é proveniente da cooperativa TECHNE, paga pelo INCRA, que dispõe aos assentamentos quatro profissionais: engenheiro agrônomo, assistente social, técnico agrícola e veterinário. Essa equipe já

ministrou cursos de capacitação como apicultura, informática, gestão dos recursos hídricos, uso e manejo do solo, entre outros.

Em relação ao Sistema CadÚnico, a comunidade está invisível. Não existe nenhuma família cadastrada com quilombola.



Figura 8 - Rua principal da Comunidade Assentamento Mata Verde



Figura 9 - Cozinha com fogão de lenha no quintal



Figura 10 – Família de Mata Verde



Figura 11 – Moradora da Mata Verde

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 12 – Gerações do presente na Mata Verde

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade quilombola de Cajazeiras² – Santo Antônio

A memória mostra a formação do território da comunidade de Cajazeiras se deu entre 1873 e 1874, período logo após uma rebelião de escravos na vila de Goianinha. Um casal de escravos rebeldes se instalou onde hoje é a comunidade. A grande quantidade de pés de cajá deu nome ao local.

A economia está sustentada na agricultura e a pecuária. Cultiva-se feijão, mandioca, milho e outros produtos, e criam-se vacas, carneiros, galinhas em pequenas quantidades. Entretanto, muitos conciliam essas atividades com outras paralelas, como trabalhos de servente, pedreiro, carpinteiro, eletricista, faxineira, lavadeira etc. a fim de melhorar a renda familiar.

Os idosos vivem da aposentadoria e os jovens estudam, enquanto seus pais dividem-se nos trabalhos da agricultura, pecuária e serviços diferenciados em firmas na capital do estado.

² As fotos aqui apresentadas foram obtidas na Monografia sobre Cajazeiras citada na bibliografia.

Na atualidade, a comunidade de Cajazeiras está participando de uma política pública direcionada às populações quilombolas no estado: o Projeto RN Sustentável. Esta conseguiu se organizar e encaminha um projeto para a construção de uma fábrica de doces, envolvendo um grupo de cerca de 20 mulheres.

A dificuldade maior neste projeto é decorrente da falta de experiência em atividades que necessitem de uma gestão social compartilhada e participativa. A metodologia de execução neste território foi objeto de questionamento pelo grupo de mulheres. A alegação foi a falta de confiança em projetos que impliquem em uma contrapartida financeira, pouca experiência do grupo em gestão financeira e, também, pouca confiança na capacidade administrativa para um investimento financeiro. Salientamos que existem mais 4 comunidades no município (que não estão representadas no CadÚnico). A seguir, fotos da comunidade de Cajazeiras.



Figura 13 - Posto de Saúde de Cajazeiras



Figura 14 – Capela da Cajazeiras

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 15 – Memória Viva:
Sr. Belísio Alves



Figura 16 – Artesanato em sisal
(hoje abandonado)



Figura 17 – Maria Telé:
antiga parteira da comunidade



Figura 18 – Ana Telé:
rezadeira da comunidade

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade quilombola de Sibaúma – Tibau do Sul

No início do processo de formação da comunidade de Sibaúma até os anos de 1980, as famílias do lugar mantinham uma organização coletiva da terra, estratégia escolhida para

que o grupo se detivesse no local. No entanto, hoje, a tensão na comunidade situa-se na questão fundiária após o início das vendas de suas terras a pessoas externas. O território está sendo permeado por diferentes formas de uso e apropriação da terra, gerando expropriação territorial e conflitos entre seus habitantes.

A comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2005, como remanescente de quilombo. O processo para a elaboração de um relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e socio-cultural, pela UFRN, foi iniciado; mas, segundo os moradores, a antropóloga (uma estrangeira que mora e trabalha em Natal) desistiu do processo.

Na comunidade a posse da terra é uma questão que afeta interesses de uma elite fundiária, interessada em investimentos turísticos de hospedagens – daí o motivo de parte da comunidade se posicionar de forma negativa à regularização fundiária. Assim, os moradores se assumem como remanescentes de quilombolas, mas, por outro lado, não aceitam a titulação de suas terras, uma vez que acreditam que o crescimento da comunidade só pode se concretizar a partir dos empreendimentos turísticos locais; e o poder público, de acordo com os moradores do lugar, não tem contribuído para a melhoria da sua existência.

Hoje configura-se uma situação muito peculiar: na comunidade existem mais casas de “veranistas”, comerciantes, pousadas e outros estabelecimentos que não são dos moradores locais do que imóveis dos quilombolas. Esta situação fica pior com o abandono da agricultura e a venda de terras para veranistas e empresários brasileiros e estrangeiros.



Figura 19 – Praça da Comunidade de Sibaúma



Figura 20 – Posto de saúde da Sibaúma



Figura 21 – Terrenos à venda em Sibaúma



Figura 22 – Bar e venda de artesanato



Figura 23 – Sede da Associação, hoje utilizada como ateliê de um artesão da comunidade



Figura 24 – Construindo na área de mata

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As populações indígenas no Terra-Sul

De acordo com o Sistema CadÚnico, no Terra-Sul existem 89 famílias indígenas cadastradas (65 são beneficiárias do Bolsa Família), distribuídas em 4 municípios.

Tabela 4 - Populações indígenas no Terra-Sul

Nº	MUNICÍPIO	CadÚnico	Com Bolsa Família	OBS
01	Baía Formosa	06	04	Aldeia Sagi-Trabanda
02	Brejinho	01	01	Família
03	Canguaretama	80	58	Aldeia Catu
04	Goianinha	----	---	Aldeia Catu
05	Nísia Floresta	02	02	Família

Fonte: Sistema CadÚnico

Nota-se a incompatibilidade desta informação quando verificamos alguns dados obtidos via pesquisa de campo e mostramos informações sobre Baía Formosa, Canguaretama e Goianinha, que tem aldeias do povo Potiguar habitando a região há mais de cem anos.

Baía Formosa: Aldeia Sagi-Trabanda

Em Baía Formosa existe a aldeia Sagi-Trabanda, de indígenas potiguar. No CadÚnico, apenas 6 famílias se declararam indígenas. São as que militam, acreditam e persistem na luta do Movimento Indígena. Na comunidade existem mais de 350 pessoas (IBGE, 2010) e cerca de 100 famílias, em sua maioria cadastradas no CadÚnico

como pescadores artesanais. Nesta categoria recebem o auxílio financeiro para o período de defeso da pesca. Enquanto indígenas, são ignorados, explorados, questionados e usurpados de suas terras.

A comunidade ocupa a região há mais de um século, no entanto, não tem suas terras demarcadas. Devido a isso, vem sofrendo, desde 2007, ameaças ao seu território por uma empresa do setor imobiliário, que também reclama a posse da terra.

Além disso, a construção de uma ponte, projeto do município em parceria com o estado, destruiu o mangue e acabou com a pesca de caranguejo, fundamental à alimentação e à geração de renda da comunidade, que não tem atendimento médico ou educação indígenas diferenciados, sendo esta uma reivindicação, além da demarcação e da regularização fundiária de seu território.

Nesse cenário, estão situados os indígenas autodeclarados da etnia potiguar da comunidade Sagi-Trabanda, no município de Baía Formosa, Litoral Sul do Rio Grande do Norte, distante cerca de 100 quilômetros da capital, Natal. A comunidade está localizada às margens do Rio Cavaçu e das praias de Sagi e Trabanda, uma área de Mata Atlântica e manguezal com muitos rios, lagoas e trilhas. Vivem, principalmente, do cultivo de batata, mandioca e milho e da pesca artesanal, na área de mangue.



Figura 25 – Manoelzinho:
cacique Sagi-Trabanda



Figura 26 – Capela da Aldeia
Sagi-Trabanda

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 27 – Resort em Sagi



Figura 28 – Reunião MPU e indígenas de Sagi-Trabanda



Figura 29 – Reunião MPU e indígenas de Sagi-Trabanda



Figura 30 – Toré junto com os potiguaras da Baía da Traição/PB

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Canguaretama/Goianinha: aldeias dos Catu dos Eleotérios

O Catu encontra-se nas bordas entre os municípios de Canguaretama e Goianinha. Os dois municípios têm uma economia voltada historicamente ao plantio extensivo da cana-de-açúcar. Além disso, investimentos em fazendas de carcinocultura (criação de camarões em cativeiro) passaram a se desenvolver a partir da

década de 1990. O fluxo turístico alcança igualmente a região. Desde o final do século XIX até o início do século XX, a região sul do Rio Grande do Norte passou por um período de expansão econômica, baseada no extrativismo vegetal. Coletou-se, por muito tempo, o látex da mangabeira, cujo líquido, transformado em borracha, teve grande importância como produto de exportação.

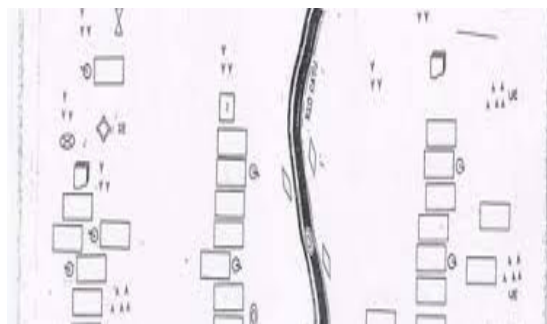


Figura 31 - Rio Catu no centro do mapa, dividindo as duas aldeias nos municípios de Canguaretama e Goianinha

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

A partir de relatos orais, a antropóloga Cláudia Silva (2007) constatou que o extrativismo no Catu e a extração de madeira foram algumas das formas através das quais os Eleotérios se inseriram nas relações sociais mais amplas, articulando-se à “esfera de produção e de abastecimento coletivo enquanto fornecedores, junto de atravessadores e outros atores sociais que controlavam a terra e os recursos materiais”.

A partir da década de 1970, a Usina Estivas instalou-se na região, ocupando áreas tradicionalmente utilizadas pelos indígenas. Em seguida, a empresa proibiu os indígenas de acessarem esta área, restringindo a extração do látex de mangabeira (atividade tradicional deste povo).

Na década de 1990 foi estabelecida a Área de Proteção Ambiental (APA) denominada Bonfim-Guaraíras, com 442 km². A área inclui trechos dos municípios de Goianinha, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Arês, Senador Georgino Avelino e São José de Mipibu. Esta APA inclui terras habitadas por diversas populações, tais como a comunidade do Catu, incluindo as famílias dos Eleotérios, que passaram a se mobilizar em termos políticos a partir de um recorte étnico na década 2000. Nos pequenos trechos de mata virgem que ainda restam, os chamados “tabuleiros”, os eleotérios usufruem do acesso aos recursos naturais, como o látex da mangabeira e o acesso a locais de uso ritual (Toré).

Além da ausência de uma sede permanente da Fundação Nacional do Índio do RN, os problemas decorrentes da falta de compreensão sobre a temática indígena no estado evidenciam-se claramente pelas poucas ações público-governamentais voltadas ao segmento. Nem mesmo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa/RN) abriga projetos de iniciativa comunitária em saúde indígena no Rio Grande do Norte (FIOCRUZ, 2017).



Figura 32 - Escola na comunidade do Catu



Figura 33 - Roça de feijão do Catu

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 34 - Rio Catu



Figura 35 - Cacique Luís Catu



Figura 36 - Alunos do IFRN
no Catu para palestra

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Em relação à participação destas comunidades nas políticas públicas que atendam interesses de tais populações, vamos citar o caso do Projeto RN Sustentável.

As três comunidades foram abordadas pela equipe do Projeto RN Sustentável. Somente uma comunidade desejou e teve um projeto aprovado, beneficiando, assim, a comunidade indígena do Catu, em Goianinha, com a ampliação da rede domiciliar de abastecimento de água.

Na comunidade de Catu de Goianinha, a Associação local está juridicamente apta a participar de licitações e soube fazer uso desta prerrogativa. Tem assento no CMDS com membros atuantes³. O representante da comunidade é também professor e militante dos direitos indígenas no RN. Esta condição, evidentemente, facilitou a atuação proativa no lugar.

No caso da Comunidade de Catu de Goianinha, vários fatores contribuíram para um resultado exitoso. Dentre eles, podemos citar um nível organizacional associativo elevado. A associação local é mantida atuante e em dia com suas obrigações sociais. Mesmo sem sede, tem conseguido aprovar alguns projetos para a comunidade, incluindo aí uma imersão na cultura indígena (existem aulas de língua tupi para os alunos e incentivo ao artesanato indígena). Um dos líderes é professor concursado em um município vizinho. Esta condição favorece toda a comunidade, que tem um líder informado e atuante na sociedade local. A inclusão no CMDS somente veio a reforçar este *ethos* proativo da comunidade indígena do Catu.

A composição e atuação democrática transparente e séria do CMDS de Goianinha também é um fator a ser considerado neste resultado. O CMDS percebeu o nível de prioridade da comunidade indígena do Catu. Informalmente, o CMDS consultou o Articulador Territorial sobre a questão indígena e, também, para mostrar seu trabalho como uma ação ética. Só para finalizar (relembrando) sobre o Catu de Goianinha: **não há família alguma cadastrada no CadÚnico como indígena!!!**

As outras duas comunidades indígenas do território tiveram destinos diferentes: a comunidade indígena Catu de Canguaretama não teve interesse em participar do projeto, mesmo estando com sua associação apta. A comunidade indígena de Sagi-Trabanda de Baía Formosa não está com uma associação apta a participar de

³ Vale salientar que o CMDS de Goianinha tem um perfil extremamente atuante e participativo nas comunidades rurais.

licitações. Mesmo tendo sido “sensibilizadas” por meio de reuniões e dinâmicas, alegaram falta de confiança (resultante da inexistência de um canal de comunicação permanente e confiável entre estes atores sociais e o Projeto RN Sustentável).

No caso das famílias de Brejinho e Nísia Floresta, estas migraram. Estranho é o caso do município de Goianinha, com uma aldeia assistida pela Funai (quando funcionava no estado do RN), com lideranças envolvidas em fóruns políticos, em Conselhos e, paradoxalmente, a inexistência de famílias cadastradas no sistema enquanto indígenas.

As lideranças políticas das comunidades do Catu de Goianinha e Canguaretama são reconhecidas por suas posições próprias e sua relação com outros agentes sociais como o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), a Funai, o Ministério Público da União (MPU), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sobre esta condição, vale a citação de Cláudia M. Moreira da Silva, que assim escreveu:

As lideranças políticas no Catu, tanto em contexto privado quanto os públicos, enfatizavam, principalmente, a conjuntura conformada pela atuação das usinas e das agências ambientais no Catu, que tinha efeitos contíguos em sua vida. A elucidação desse quadro permitiu compreender como os Eleotérios refletiam e organizavam suas demandas frente aos agenciamentos que lhes conduzia para uma ação política determinada, principalmente, pelo fator étnico. Para a militância indigenista potiguara problemática do “reconhecimento” era ressaltada em maior proporção (SILVA, 2007, p. 116).

Uma história que, diariamente, se constrói pela afirmação de uma identidade é tornada invisível pelo Estado quando vemos a inexpressividade do CadÚnico e a pouca sensibilidade para tratar de políticas públicas com grupos Tradicionais.

As populações de Terreiros no Terra-Sul

A invisibilidade social é a marca maior desta religiosidade no Território (como em todo o estado do RN). Chega a surpreender que apenas 4 famílias se registrem como sendo de Terreiros em, somente, 4 municípios. Sabe-se a existência de terreiros (com várias famílias integradas) nos municípios de Santo Antônio (fotos a seguir), Várzea, Arês (na comunidade quilombola de Camocim), Baía Formosa (na aldeia de Sagi-Trabanda), em Vera Cruz (cerca de 4 terreiros) e na cidade de Canguaretama (com mais de 20 terreiros mapeados). Existem, também, religiosos que trabalham de forma individualizada (sem terreiros abertos) em quase todos os municípios da região.

Tabela 5 - Populações de terreiros no Terra-Sul

Nº	MUNICÍPIO	Nº de famílias no Cadastro Único	Nº de famílias com Bolsa Família
01	Lagoa d'Anta	01	Zero
02	Lagoa Salgada	01	Zero
03	Nova Cruz	01	01
04	Vila Flor	01	01

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

Os dados acima mostrados tão somente vêm demonstrar a ausência política e social deste segmento da população que vive invisível e marginalizada. As igrejas cristãs são concebidas enquanto religião. A religiosidade afro-brasileira é vista como seita; e, conseqüentemente, destituída de reconhecimento.

Outro fator que contribui para a situação é, ainda, a ausência de legalização dessas casas de culto enquanto associação com registro no CNPJ, podendo gozar de várias prerrogativas legais – além de condição essencial para acesso às políticas públicas do Programa de Igualdade Racial.

Nas páginas a seguir mostramos fotos de várias lideranças religiosas de jurema da cidade de Canguaretama, além de um terreiro na cidade de Santo Antônio.

Terreiros de jurema: Canguaretama

Uma pesquisa de mestrado da UFRN mostrou a presença de mais de 20 terreiros de jurema (alguns traçados com candomblé) na cidade de Canguaretama. A influência dos indígenas foi decisiva nesta configuração. Entretanto, não estão invisíveis nas políticas públicas regionais.



Figura 37 - Em Adjunto de Jurema, nas matas do Catu dos eleotérios



Figura 38 - Centro Mestre Pena Branca e Estrela do Mar, Canguaretama

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 39 - Terreiro Tupinambá, Canguaretama

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Terreiro de candomblé nagô e jurema:
Santo Antônio*

Na cidade de Santo Antônio, a religiosidade afro-brasileira já foi mais visível. Em anos anteriores chegou a existir uma loja de produtos de candomblé, jurema e umbanda. Calcula-se que na atualidade existam mais 10 “locais de prática” religiosa, além do terreiro mostrado nas fotos a seguir. Existe também no município um histórico de intolerância contra os adeptos dessas religiões (como em qualquer cidade do RN). De acordo com Silva (2008, p. 18):

A maioria da população da cidade de Santo Antônio desconhece o significado das religiões afro-brasileiras. Só as conhece por macumba, feitiçaria, magia negra e quando ouve falar em Candomblé ou em Umbanda acham que essas religiões são direcionadas a fazer o mal às pessoas, que são satânicas, etc.

As fotos a seguir são de um terreiro que se mantém com muita relutância e pouca visibilidade na cidade, cultuando Orixás do Candomblé Nagô e Caboclos da Jurema.



Figura 40 - Babalorixá de Santo Antônio



Figura 41 - Peji (altar) nagô para os Orixás



Figura 42 - Congá (altar) de jurema



Figura 43 - Umbandistas-juremeiros em transe



Figura 44 - Gira (liturgia) de jurema



Figura 45 - Umbandistas-juremeiros em transe

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As populações de ciganos no Terra-Sul

De acordo com o Cadastro Único, somente em dois municípios do território existem famílias ciganas. Em Arês, 2 são beneficiárias do Bolsa Família; Santo Antônio tem 4 famílias, das quais 3 são beneficiárias do Bolsa Família. Entretanto, registra-se famílias residentes em casas nos municípios de Goianinha, São José de Mipibu e Tibau do Sul (Praia de Pipa)⁴.

As populações específicas no Terra-Sul

Pescadores artesanais

Existem colônias de pescadores artesanais em 13 municípios do Território Agreste/Litoral Sul. Entretanto, vale observar que muitos indígenas em Canguaretama e quilombolas em Tibau do Sul estão inscritos no CadÚnico como pescadores artesanais pelo fato de que desconheciam (ou ainda acreditam pouco) sobre a possibilidade de se inscreverem em função de sua identidade étnica. Por outro lado, existem casos, como no município de Vila Flor, em que há uma associação de pescadores (que trabalham nas praias de Canguaretama) com mais de 20 associados.

⁴ Informação do mapa elaborado pela UCIRN — União Cigana do Rio Grande do Norte, 2014.

Tabela 6 - Pescadores artesanais no Terra-Sul

Nº	MUNICÍPIO	Nº de famílias no Cadastro Único	Nº de famílias com Bolsa Família
01	Arês	26	19
02	Baía Formosa	252	195
03	Brejinho	01	-----
04	Canguaretama	89	76
05	Espírito Santo	01	01
06	Lagoa d'Anta	02	01
07	Lagoa de Pedras	01	01
08	Nísia Floresta	177	146
09	Santo Antônio	04	04
10	São José de Mipibu	08	06
11	Senador Georgino Avelino	25	19
12	Tibau do Sul	320	205
13	Vila Flor	05	03
Total pescadores artesanais		911	676

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

Entendemos que é urgente a realização de um censo nas colônias de pescadores para atualizar estes dados, bem como se cadastrar as mulheres coletoras de algas e mariscos como pescadores artesanais. Como fator de apoio à organização das colônias

de pescadores merece destaque a situação de inadimplência das colônias e das associações de pescadores.



Figura 46 - Barcos na enseada de Baía Formosa



Figura 47 - Barco em Nísia Floresta

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Ribeirinhos

Existem 6 famílias identificadas no CadÚnico (5 com o benefício do Bolsa Família) distribuídas em 4 municípios: Montanhas (1), Monte Alegre (1), Nova Cruz (1) e São José de Mipibu (3).

Nova Cruz: ribeirinhos do Rio Curimataú

O Rio Curimataú é de domínio federal e banha os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Ele nasce no município paraibano de Barra de Santa Rosa, na Serra do Cariri Velho, pertencente ao complexo do Planalto da Borborema. A bacia deste rio ocupa

uma área total de 3.346 km². Trata-se de um rio temporário que apresenta água em seu leito apenas durante os períodos de inverno.

Em Nova Cruz/RN é visível a poluição presente (e sempre crescente) ao longo de suas margens; a população ribeirinha, já acostumada a esta triste realidade, mesmo com a presença de caminhões de limpeza pública coloca seus detritos próximo ao seu leito.

As famílias ribeirinhas devem ser vistas no contexto da procura por segurança alimentar própria do trabalhador agrícola. Os rios são temporários, como também as possibilidades de se obter sustento com a pesca ou a agricultura de *vazante* (após o período das chuvas). Estas famílias são desconsideradas enquanto populações específicas. Sua invisibilidade as coloca alheias a quaisquer políticas públicas. A expectativa maior para estas populações é pela garantia de uma reserva hídrica, que significa trabalho, alimento e renda. Em Nova Cruz, é a barragem de Jumari que irá beneficiar as famílias ribeirinhas.



Figura 48 - Reunião com Ribeirinhos e MPU



Figura 49 - Rio Curimataú e a negligência ambiental

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 50 - Paisagem do Rio Curimataú
(retirada de areia das margens)

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Extrativistas

Existem 8 famílias identificadas no CadÚnico do município de São José de Mipibu; destas, 7 recebem o benefício do Bolsa Família.

*Considerações em relação ao Território
do Agreste/Litoral Sul (Terra-Sul)
e suas populações representativas
de comunidades tradicionais e específicas*

De forma geral, podemos entender o território Agreste/Litoral Sul como um espaço de cidadania com lacunas em aberto: falta a presença do terceiro setor; falta o Plano de Desenvolvimento Territorial; falta a presença de mais representantes das populações e/ou comunidades tradicionais e específicas nos CMDS e no Colegiado do território.

É constrangedora a invisibilidade que estas populações/comunidades padecem ao serem marginalizadas: aos quilombolas falta a identificação na maioria das comunidades; aos indígenas falta o apoio mínimo do Estado em suas demandas; aos ciganos falta a simples identificação; aos pescadores artesanais falta a inclusão de mulheres que desenvolvem atividades similares (coletoras de algas e mariscos); e aos extrativistas e ribeirinhos um melhor conhecimento sobre estas populações. Fundamental neste processo é a inclusão destas representatividades no Colegiado Territorial do Agreste/Litoral Sul. A seguir, elencamos sugestões às populações citadas.

Em relação aos quilombolas, torna-se necessário um conjunto de ações nos níveis: (1) federal, por meio do envolvimento da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para apoiar nas demandas de certificação e demarcação dos territórios identificados; (2) estadual, por meio do envolvimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), Coordenadoria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR-RN); (3) municipal, por meio de um maior e expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de quilombola. O número apresentado não representa a realidade; (4) comunitário, pelo apoio às lutas de reconhecimento e demarcação de territórios, apoio às comunidades na apropriação de seu reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombos, apoio às comunidades na readequação do Estatuto Social da associação local de forma a contemplar a condição de comunidade de remanescentes de quilombos e elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável para cada comunidade – levando em conta suas especificidades socioambientais.

Em relação aos indígenas: (1) no nível federal, espera-se a retomada do envolvimento do Ministério Público Federal para apoiar as demandas de reconhecimento, identificação e demarcação dos Territórios e a reabertura do escritório da Funai no estado do Rio Grande do Norte; (2) no nível estadual, o apoio da EMATER-RN na assistência à agricultura nas áreas indígenas de Sagi-Trabanda e a inclusão de representação no Colegiado Terra-Sul, na Câmara de Comunidades Tradicionais; (3) no nível municipal, um maior e expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de indígenas; (4) no nível comunitário, o apoio à luta pela demarcação das terras indígenas potiguaras Sagi-Trabanda e Catu e, principalmente, o apoio em forma de assistência contínua à gestão social das associações destas comunidades, possibilitando a elaboração de um Plano de Desenvolvimento envolvendo as três aldeias.

Em relação às populações de terreiros: (1) em nível federal, o envolvimento da Fundação Cultural Palmares e da SEPPIR para apoiar a identificação desses terreiros; (2) em nível estadual, o envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade e o envolvimento de representantes dos terreiros no Colegiado do território na Câmara de Comunidades Tradicionais; (3) em nível municipal, por uma urgente atualização do CadÚnico de forma a mostrar a realidade das famílias das comunidades de terreiros enquanto tal e agilizar as audiências públicas para tratar de invisibilidade e marginalidade da religiosidade afro-brasileira no município; (4) em nível comunitário, o apoio às famílias de terreiro da comunidade na apropriação de sua identidade religiosa e o apoio à legalização desses terreiros na condição de associação, com personalidade jurídica (condição essencial para o acesso às políticas públicas).

Podemos entender que, com os ciganos, existem dramas de maior magnitude: marginalidade, não identificação social, intolerância social e dificuldade de acesso às escolas e ao sistema de saúde.

O grupo de populações específicas que inclui pescadores artesanais necessita de um apoio urgente às suas representações locais. As colônias de pescadores estão inadimplentes e sem acesso às políticas de apoio à profissão. As ações se limitam ao apoio aos benefícios decorrentes de seguridade social (acidentes e aposentadorias) e seguro defeso (para o período de pesca proibida). Geralmente, estas populações agregam outras atividades para garantir renda em períodos de pouca produtividade ou, também, em períodos de estiagem.

As populações de ribeirinhos e extrativistas devem ser melhor identificadas, tornadas visíveis e inclusas em programas que facilitem o acesso às políticas públicas.

De forma geral, no Terra-Sul, a ausência de ONGs aliada a uma prática política excludente e comprometida com interesses de empresas e famílias tradicionais facilita a invisibilidade política e marginalidade social destas populações. A expectativa para alterar este quadro será consequência de uma maior participação em espaços públicos de decisão política, como os Conselhos municipais e territoriais, dentre outros. Para isto acontecer, é condição inquestionável uma organização social e política destas populações.

O Território Mato Grande

O Território da Cidadania Mato Grande/RN está localizado na região Nordeste e é composto por 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

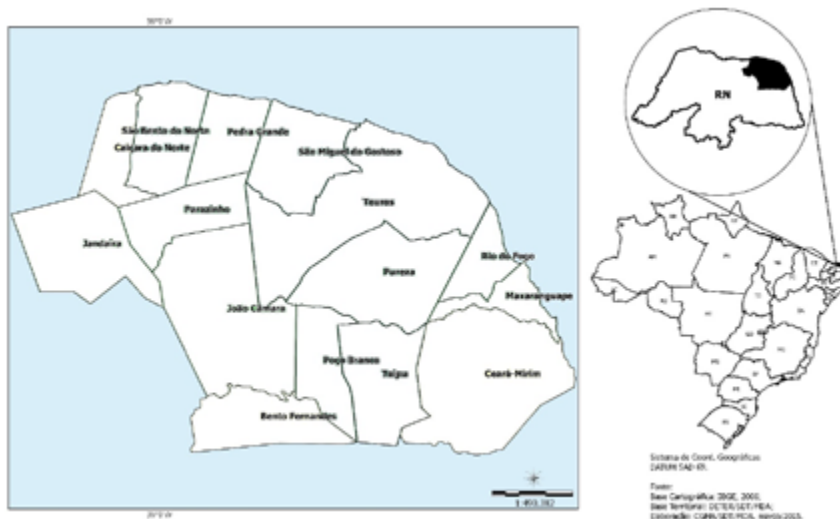


Figura 51 - O Território do Mato Grande

Fonte: Brasil (2015a).

De acordo com o MDA (2015), o Mato Grande tem uma área de 5.986,20 km², com uma população total de 224.107 habitantes, sendo 109.589 na área urbana e 114.518 na área rural. Existem 84 Projetos de Reforma Agrária com 5.375 famílias assentadas, ocupando uma área de 137.680 hectares. Há 7.234 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupam 7.234 pessoas. O território conta com 176 técnicos da ATER, distribuídos em 15 municípios. Os dados a seguir foram obtidos por meio dos relatórios do MDA (2013-2014).

Em relação ao PRONAF e ao Crédito Fundiário, no Mato Grande foram investidos R\$ **19.782.168,87**. Já o Bolsa Família beneficiou 33.207 pessoas com um valor total de R\$ 5.949.127,00. Em relação ao PAA-CONAB, constatou-se que nenhum município apresentou proposta. Por outro lado, o PNAE tinha a previsão de propostas totalizando R\$ 192.882,83 envolvendo 5 municípios do território.

Os dados apresentados são, tão somente, para termos um contexto geral do Território Mato Grande. Existe um número significativo de instituições, visto que conta com o Movimento de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (MSTTR), conselhos gestores de políticas públicas, associações comunitárias e organizações de trabalhadores rurais como Movimento dos Sem Terra (MST) e Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Um dado que não faz parte das tabelas anteriores, mas é algo bastante peculiar é a presença constante de ONGs que atuam em projetos nestas comunidades. A tradição local para a assistência técnica no Rio Grande do Norte é para a agricultura familiar, e neste território os trabalhos desenvolvidos pelas ONGs têm refletido em resultados socioeconômicos, como é o caso dos municípios de João Câmara, São Miguel do Gostoso e Touros.

Populações Tradicionais e Específicas no Território Mato Grande

No Território temos 3.032 famílias cadastradas no CadÚnico representando as populações **Tradicionais** (indígenas, quilombolas, terreiros e ciganos) e **Específicas** (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos) distribuídas em 11 dos 15 municípios. A tabela a seguir mostra dados do CadÚnico do primeiro trimestre de 2016. Neste caso, uma informação importante é sobre os pescadores artesanais que na pesquisa do MDA não eram mostrados. Estavam como inexistentes. Quando formos aos dados em tipologias específicas, veremos a disparidade entre os números do CadÚnico e os dados coletados em pesquisa de campo. A invisibilidade destas populações na Gestão Municipal dificulta, ainda mais, o acesso às políticas públicas que atendam às suas demandas.

Tabela 7 - Populações Tradicionais no Mato Grande

Tipologia	Comunidade	Total (CadÚnico)	Total (com Bolsa Família)
Tradicionais	Quilombolas	203	152
	Indígenas	50	45
	Terreiros	03	02
	Ciganos	04	03
Específicos	Pescadores Artesanais	2.766	2.083
	Extrativistas	06	05
	Ribeirinhos	---	---
TOTAL		3.032	2.290

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).

Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

De forma geral, como em todo o estado do Rio Grande do Norte, NÃO EXISTE NENHUMA POLÍTICA PÚBLICA para Comunidades Tradicionais sendo implementada no Território Mato Grande. Entretanto, ressaltamos a participação da comunidade indígena do Amarelão no projeto RN Sustentável e uma ação própria de autoinclusão no Programa Brasil Quilombola para acessar casas no programa Minha Casa, Minha Vida na comunidade quilombola de Geral, em Touros.

As políticas que beneficiam as populações tradicionais, neste território, são de forma genérica as políticas para famílias de baixa renda.

As populações mais representativas no Território Seridó são os quilombolas, os pescadores artesanais e a população indígena do

Amarelão. As outras populações existem de forma pouco visível e alheias a qualquer política social.

A seguir apresentamos as Populações Tradicionais e Específicas localizadas em Comunidades e/ou área urbana identificadas pelo CadÚnico e/ou pesquisa de campo.

As populações tradicionais no Mato Grande

De acordo com o CadÚnico, existem 260 famílias cadastradas na categoria “Tradicional”: 203 quilombolas, 50 indígenas, 3 de terreiros e 4 ciganos. Destas, 202 são beneficiárias do Bolsa Família. Estas famílias estão distribuídas em 11 municípios. Entretanto, de acordo com a pesquisa, existem populações em outros 3 municípios (quadro a seguir).

De acordo com o Cadastro Único, não existem famílias e populações tradicionais em 4 municípios: Bento Fernandes, Jandaíra, Parazinho e Taipú.

Entretanto, a pesquisa mostrou que em outros municípios alguns grupos estão INVISÍVEIS (não aparecendo no CadÚnico), como os mais de 30 terreiros de matriz afro-brasileira, quilombolas e indígenas. Vejamos o quadro a seguir:

Município	Comunidade encontrada na pesquisa
Ceará-Mirim	Comunidade quilombola de Coqueiros Cerca de 10 terreiros de matriz afro-brasileira
João Câmara	Cerca de 20 terreiros de matriz afro-brasileira
São Miguel do Gostoso	Comunidade de remanescente de indígenas (Tabua)

Quadro 2 - Populações invisíveis no Mato Grande.

Fonte: pesquisa de campo.

Este quadro revela o nível de invisibilidade que estas comunidades vivem no território, implicando em uma ausência de acesso às políticas públicas pertinentes.

As populações quilombolas no Mato Grande

As populações quilombolas (203 famílias), de acordo com o CadÚnico, estão identificadas em 2 municípios: Poço Branco (Acauã: 128 famílias, destas, 96 com Bolsa Família) e Touros (Geral e Baixa do Quinquim com 75 famílias, destas, 56 com Bolsa Família). Entretanto, existem mais famílias em Touros (moradores de Areias) e em Ceará-Mirim (moradores de Coqueiros).

As comunidades em si não acessam políticas públicas específicas para quilombolas. As ações que as beneficiam, eventualmente, são aquelas dirigidas às populações de baixa renda. A seguir, apresentamos alguns dados e fotos de 5 comunidades: Coqueiros, Acauã, Areias, Baixa do Quinquim e Geral.

Ceará-Mirim:

comunidade quilombola de Coqueiros

A comunidade de Coqueiros localiza-se em uma região de transição entre uma paisagem canavieira e um litoral notadamente marcado pela presença de proprietários e veranistas. A comunidade se apresenta por uma profusão de ruas entrecortadas, sem asfalto, na sua maioria, onde as casas se avizinham. Com uma população de 1.361 habitantes distribuídos em 22 quadras de casas (IBGE, 2010), essa comunidade possui a segunda maior população do município de Ceará-Mirim.

Coqueiros constitui-se espacialmente como um conjunto de faixas de terra distribuídas uniformemente entre as famílias.

Elas se perpetuam através da posse por herança, o que mantém o uso compartilhado de matas e rios conjugados com espaços de apropriação privada por núcleos familiares. Sua história, sempre ligada ao trabalho na terra, também aponta para fronteiras étnicas com comunidades vizinhas e conflitos decorrentes dessa fronteira, além de uma alusão à ancestralidade escrava. Esses elementos são apontados como diferenciais dentro da região observada para o que tange a uma apropriação do termo “quilombo” para determinados fins legais.

É fundamental a importância da terra na história local, visto que se trata de uma comunidade que até poucos anos sobreviveu prioritariamente da renda agrícola organizada entre pequenas produções para consumo familiar e venda da força de trabalho no Sertão, mas, principalmente, na lavoura da cana.

Algumas das principais instituições que se fazem presentes dentro da comunidade são a Igreja Católica, o Centro Comunitário, duas escolas e algumas outras instituições que atuam no campo da saúde por meio do trabalho de agentes de saúde e do médico do PSF. Vale destacar a presença de uma unidade do CRAS da Prefeitura de Ceará-Mirim; mesmo assim, a comunidade permanece invisível nas políticas públicas locais. Não existe uma única família quilombola registrada no município!



Figura 52 - A lenha para a cozinha

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 53 - Visão geral de Coqueiros

Fonte: acervo de Francisco Cândido Firminiano Junior



Figura 54 - Habitação de família quilombola



Figura 55 - Beiju: produto de referência alimentar e comercial



Figura 56 - Preparando a massa para o beiju



Figura 57 - O beiju indo ao forno

Fonte: acervo de Francisco Cândido Firminiano Junior.

Comunidade quilombola de Acauã: Poço Branco

Historicamente, as famílias que vivem na comunidade de Acauã foram atingidas pela construção da barragem de Poço

Branco, iniciada no fim da década de 1950 e completada em 1969. Com isso, o rio teve seu nível aumentado significativamente, acarretando a retirada das populações que viviam às margens do Rio Ceará-Mirim, atingindo a comunidade de Acauã.

De 1969 até a década atual, a comunidade teve que se confrontar com a falta de terra e também de água. Além disso, lideranças e moradores de Acauã registram dificuldades de acesso e atendimento a serviços públicos básicos (de comunicação, saúde, transporte e educação).

Com a relocação das famílias, houve perda do acesso às águas, dificultando a pesca e a obtenção da argila (usada em uma pequena olaria) afetando as condições de vida. Os “novos proprietários” de terras dificultavam o acesso ao rio.

Somente em 1990 a comunidade foi beneficiada com uma adutora proporcionando água potável à comunidade; e, ligado esta a uma área de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Na atualidade a luta da comunidade vem se intensificando e alcançando as mídias sociais.

A comunidade tem lideranças que participam dos movimentos sociais. Mesmo assim, não existe nenhum programa com ênfase à identidade étnica das famílias de Acauã. Como nas demais comunidades quilombolas, a participação se dá por meio de ações destinadas às populações de baixa renda. A comunidade tem acesso ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), mas não tem acesso ao Programa Brasil Quilombola.

Acauã foi objeto de uma grande mobilização nacional para garantir os direitos de sua titulação; que vem sendo questionados por latifundiários locais.



Figura 58 - Reunião entre o INCRA e a comunidade de Acauã



Figura 59 - Liderança quilombola e a barragem de Acauã



Figura 60 - Rua principal de Acauã



Figura 61 - Casa de taipa



Figura 62 - Quintal “produtivo” de casa



Figura 63 - Depósito para ferramentas

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidades quilombolas de Areias, Baixa do Quinquim e Geral: Touros

No município de Touros existem 3 comunidades quilombolas: Areias (não certificada), Baixa do Quinquim e Geral (ambas certificadas). Juntas, estas comunidades abrigam uma população de mais de 450 famílias. Entretanto, como o próprio CadÚnico mostra, apenas 76 estão registradas sob esta rubrica. A maioria está registrada como agricultores familiares ou pescadores artesanais.

Segundo a Secretaria de Ação Social de Touros, as famílias têm o livre arbítrio para se declararem quilombolas no registro do CadÚnico. Por outro lado, algumas lideranças afirmam que sabem pouco sobre essa autodeclaração. A Secretaria de Ação Social não fomenta nenhuma prática interna de procurar as comunidades e integrar as famílias na condição de “quilombolas” no CadÚnico. Evidentemente, o resultado é uma invisibilidade e dados completamente fora da realidade.

De forma geral, estas comunidades acessam políticas públicas direcionadas às famílias de baixa renda.

Por outro, lado, existe uma exceção: está acontecendo política pública específica para quilombolas na comunidade de Geral. Trata-se da construção de 40 casas pelo Programa Brasil Quilombola. Esta ação foi realizada diretamente entre a comunidade e o Governo Federal, sem nenhuma participação do Poder Público Estadual ou Municipal. Inclusive não é comentada nem sabida pelos moradores da cidade em conversas informais.

As comunidades de Areias e Baixa do Quinquim, por sua vez, carecem do nível de organização política que existe na comunidade do Geral. Como consequência, não existem ações e/ou políticas públicas sendo executadas nestas comunidades, nem tampouco ligadas ao Programa Brasil Quilombola.

A seguir, mostramos dados e fotos destas comunidades.

Comunidade quilombola de Areias: Touros

A comunidade de Areias, localizada na área do entorno da Lagoa do Boqueirão, tem uma população de 68 famílias, com mais de 300 pessoas. A área também é habitada por outras famílias.

A liderança local é representada por Maria das Dores de Oliveira, ou Dona Dorinha. A capela da comunidade, erguida por ela no terreno ao lado de sua casa, faz parte do Patrimônio Cultural de Touros (mesmo que não seja vista assim) e é o cartão de visita do local. Sua liderança religiosa é visível como extensão de uma ação política.

Nesta comunidade não existe ninguém cadastrado como quilombola no CadÚnico. Falta uma maior integração das famílias em torno de sua identidade política. A maior parte está registrada como agricultor ou pescador.



Figura 64 - Dona Dorinha: casa e capela em sua propriedade



Figura 65 - Casa de alvenaria em Areias

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 66 - Crianças de Areias



Figura 67 - Casas em agrupamento familiar



Figura 68 - Quilombola-pescador confeccionando a rede de pesca



Figura 69 - Quintal: lavagem de roupas

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade quilombola da Baixa do Quinquim: Touros

A comunidade de Baixa do Quinquim, localizada na área rural de Touros, no caminho do Boqueirão para São Miguel do Gostoso, tem uma população de 45 famílias que vivem da agricultura familiar. A liderança está centrada na pessoa de José

Santos, o Dedé. Falta, entretanto, um maior envolvimento com a comunidade do Geral, que tem se colocado, no cenário político local, como uma referência de empoderamento da identidade quilombola e suas possibilidades de acionar políticas sociais, em particular, as relacionadas com energia eólica em seu território.

Esta comunidade foi certificada como remanescente de quilombos em 20 de julho de 2010. Mesmo, assim, até então não existe nenhuma política pública em execução. As políticas acessadas por meio do poder público local são as ações relacionadas às famílias de baixa renda. O discurso sobre identidade étnica ainda não está absolvido pela totalidade das famílias locais.



Figura 70 - Detalhes das casas de comunidade



Figura 71 - Escola da Baixa do Quinquim



Figura 72 - Capela da Baixa do Quinquim



Figura 73 - Cemitério da Baixa do Quinquim



Figura 74 - Casa de Show da Comunidade



Figura 75 - Jovens da comunidade da Baixa do Quinquim

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade quilombola do Geral: Touros

A comunidade de Geral conta com uma população de 350 famílias e mais de 1.500 habitantes e foi certificada como comunidade de remanescente de quilombos em 20 de julho de 2010, juntamente com a Baixa do Quinquim.

A liderança local é exercida por Eunice Maria de Souza, ou Nice. Foi por causa de sua luta que a comunidade está sendo beneficiada com a construção de 40 casas de alvenaria (substituindo as de taipa). Como ela faz questão de salientar: “Foi uma luta nossa. O poder público local só soube das casas quando viu a movimentação por aqui. Eu vou a todas as reuniões no INCRA quando o assunto é quilombola. Olha aí o resultado”.

A importância desta ação se deve ao fato de que é a primeira no Território do Mato Grande executada no âmbito de uma política pública específica para populações tradicionais (PBQ); e, pelo fato de que seu resultado foi uma conquista da comunidade quilombola do Geral. Exemplo a ser seguido.



Figura 76 - Nice, liderança da comunidade Geral



Figura 77 - Rua da comunidade com casas pelo Minha Casa, Minha Vida



Figura 78 - Rua principal da comunidade



Figura 79 - Morador do Geral



Figura 80 - Trabalhadores nas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida



Figura 81 - Material para construir as casas

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As populações indígenas no Território do Mato Grande

No Território do Mato Grande existe, reconhecidamente e autodeclarada enquanto remanescente indígena, a Comunidade do Amarelão, em João Câmara. Existe, ainda, a referência à Comunidade de Tabua, em São Miguel do Gostoso, apontada pelos moradores locais como “terra de Caboclos”. No Sistema de Cadastro Único notamos, ainda, a autodeclaração de 6 famílias (3 em Ceará-Mirim e 3 em Poço Branco). Neste, ignora-se a informação sobre as famílias da comunidade de Tabua, em São Miguel do Gostoso.

Tabela 8 - Populações indígenas no Mato Grande

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Condição Identidade	CadÚnico/ Bolsa Família
01	Ceará-Mirim	Famílias	Família	03
02	João Câmara	Amarelão	Comunidade	44
03	Poço Branco	Famílias	Família	03
04	São Miguel do Gostoso	Tabua	Comunidade	Zero
Nº de famílias indígenas				50

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

Neste texto iremos mostrar aspectos mais detalhados da comunidade do Amarelão. Existe, entretanto outra comunidade “apontada” como remanescente de indígenas: a comunidade de Tabua. Desta última, mostraremos fotos, apenas. Não trataremos

das famílias que se autodeclararam indígenas nos municípios de Poço Branco e Ceará-Mirim.

Comunidade indígena do Amarelão, João Câmara

Em dias atuais, os “Mendonça” vivem numa comunidade localizada a dez quilômetros da cidade de João Câmara, chamada Amarelão, com mais de duzentas famílias ainda vivenciando conflitos de terras. Este grupo resolveu aderir ao MST, por volta da década de noventa, conseguindo apenas legalizar um assentamento, o de *Santa Teresinha*, com vinte e cinco hectares e que abriga cerca de cento e trinta famílias dos Mendonça. Hoje são mais de duas mil pessoas que vivem no Amarelão e no *Assentamento Santa Teresinha*.

A origem desse grupo, conforme relatos da história oral, está ligada aos antigos Tapuia que se deslocaram do Brejo da Paraíba, fixando-se no Amarelão e formando uma comunidade estruturada por laços de parentesco.

A principal atividade econômica da comunidade é o beneficiamento da castanha e sua comercialização. Caracteriza-se como uma economia de subsistência. Os “Mendonça” criaram o “Projeto Castanha” por volta de 1996. A partir da iniciativa própria do grupo, esse projeto visa beneficiar mais de trinta famílias, no entanto, está longe de alcançar abrangência maior, considerando que há mais de duzentas famílias no grupo. Na falta de terra para o plantio de cajueiros, as castanhas são adquiridas em sua maioria da Serra do Mel (RN) por serem de boa qualidade e durabilidade.

A castanha produzida dentro do projeto chega a ser vendida em João Pessoa (PB), Recife (PE) e, em grosso, para a Kibon de Pernambuco. Já a produção de castanha que está fora do projeto tem um volume bem menor (subsistência) e sua distribuição

é feita na capital, por meio de vendedores ambulantes (os próprios “Mendonça”) (Guerra, 2007).

Em termos gerais, falta à comunidade do Amarelão um projeto que contemple uma possibilidade de etnodesenvolvimento e fortalecimento da identidade cultural, além de eventos e comemorações. A ausência de políticas públicas específicas para indígenas na comunidade aliada aos fatores acima descritos coloca-lhe em situação de vulnerabilidade social, comprometendo as gerações futuras.



Figura 82 - Liderança indígena do Amarelão em audiência pública



Figura 83 - Cartaz de Festa da Castanha (de caju)



Figura 84 - Castanhas torradas e cruas



Figura 85 - Criança “torrando” castanha

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 86 - Quebrando a castanha



Figura 87 - As mãos sem digitais (o óleo da castanha é o responsável)

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade (indígena) de Tabua: São Miguel do Gostoso

A comunidade de Tabua, com cerca de 80 famílias, é “apontada” regionalmente como uma comunidade de “caboclos”. Os traços indígenas são visíveis nos moradores locais por meio de práticas culturais como a confecção de arcos e flechas para caçar passarinhos e a facilidade nata com a confecção de artesanato em palha (de carnaúba e de tabua). Entretanto, como fica demonstrado no CadÚnico do município de São Miguel do Gostoso, isto está invisível. A comunidade ainda não começou a discutir sobre identidade étnica. Acreditamos que esta possibilidade abrirá o acesso às políticas públicas, em especial às que tratam de grandes empreendimentos e comunidades tradicionais, pelo fato de que está em área de influência socioambiental dos parques de energia eólica. A seguir, fotos da comunidade de Tabua.



Figura 88 - Torre de “eólica”
vizinho à comunidade



Figura 89 - Rua principal



Figura 90 - Igreja Evangélica
de Tabua



Figura 91 - Artesanato em “tabua”



Figura 92 - Sede do grupo
de artesanato



Figura 93 - Jovem com água
em balde para irrigação

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As Populações de terreiros no Mato Grande

De acordo com o CadÚnico, no Território do Mato Grande existem famílias de **terreiros** (1 família por município) em Ceará-Mirim, Poço Branco e Touros. De forma geral, sabe-se de mais de 20 terreiros em João Câmara e mais de 10 terreiros em Ceará-Mirim (umbanda, jurema e candomblé). Isto sem falar nos outros municípios. A falta de informação deste segmento e dos funcionários do CadÚnico é o que mais caracteriza a situação. Como resultado, inexistem políticas públicas no referido segmento. Vale salientar que há militantes sociais no território que são de terreiros, mas desconhecem a relação com o CadÚnico. Assim, iremos mostrar fotos de um terreiro de candomblé de Ceará-Mirim.

Comunidade de terreiro Ilê Axé Yansã Jitaloyá, Ceará-Mirim

O Ilê Axé Yansã Jitaloyá foi fundado na década de 1970 pelo Babalorixá Juarez Barbosa na cidade de Ceará-Mirim. Ao longo deste período, o terreiro mudou de cidade e mesmo de estado: foi para Natal, depois para São Paulo e novamente retornou para o RN, estabelecendo-se no bairro de Nova Parna-mirim. Após o falecimento do sacerdote, o terreiro foi reaberto em Ceará-Mirim. Hoje, o Ilê Jitaloyá se torna uma referência para o município e para o território: seus membros começaram a participar ativamente de espaços de discussão sobre direitos civis. Neste Ilê, a presença de adeptos com formação universitária e com militância política contribui para o quadro.



Figura 94 - Mãe Rutzyra e o Ogã Raoni



Figura 96 - Pai Juarez (in memorian) e seu neto Vinicius



Figura 98 - Mãe Rutzyra, Pais Eron e Vinicius



Figura 95 - Yansã Jitaloyá (de Pai Juarez)



Figura 97 - Família Jitaloyá



Figura 99 -Jovens do terreiro em evento de juventude do Território Mato Grande

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As populações de ciganos no Mato Grande

De acordo com a União Cigana do Rio Grande do Norte (UCIRN), no Território do Mato Grande existem famílias morando em rancho em 6 municípios: Ceará-Mirim, João Câmara, Maxaranguape, Pureza, São Miguel do Gostoso e Touros.

Entretanto, segundo os registros do CadÚnico, há somente 4 famílias cadastradas no território; destas, 3 são beneficiárias do Bolsa Família.

Dentro das ações relacionadas às políticas públicas em relação aos ciganos no Território do Mato Grande, podemos citar a III Conferência Regional do Mato Grande e Litoral Norte, na qual participaram lideranças ciganas de todo o estado. A conferência, realizada no dia 13 de agosto de 2013 no município de João Câmara, contou com a participação da UCIRN.

O tema central da conferência foi: “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo”.

Neste contexto, foram definidos como eixos temáticos: **1º** - Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo; **2º** - Políticas de igualdade racial no Brasil: avanço e desafios; **3º** - Arranjos institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial – Sinapir (órgãos de promoção da igualdade racial, fórum de gestores, conselhos e ouvidorias); e, **4º** - Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão; mecanismo de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial.

Na ocasião, houve, também, a participação dos povos indígenas e quilombolas do território.



Figura 100 - Cartaz da Conferência de Igualdade Racial do Mato Grande



Figura 101 - Representantes ciganos no Encontro do Mato Grande

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

As populações específicas no Mato Grande

Pescadores artesanais

De acordo com os registros no Sistema CadÚnico, existem 2.531 pescadores artesanais em 10 municípios, assim distribuídos:

Tabela 9 - Populações tradicionais no CadÚnico

Município	CadÚnico	Com Bolsa Família
Caiçara do Norte	379	325
Ceará-Mirim	70	62
João Câmara	24	20
Maxaranguape	105	82
Pedra Grande	35	31
Poço Branco	60	52

Município	CadÚnico	Com Bolsa Família
Rio do Fogo	471	401
São Bento do Norte	05	03
São Miguel de Touros	45	30
Touros	1.337	1.104
Total	2.531	2.110

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

Não existem políticas públicas em execução junto aos pescadores, com exceção do Seguro Defeso que recebem nos períodos de proibição de pesca da lagosta.

Os últimos projetos que as Zonas de Pesca (ZP's) receberam foram no governo de Fernando Collor, quando foram financiados barcos para pescadores. A grande maioria ficou inadimplente neste processo de prestação de contas, bem como as colônias de pescadores. Todas se encontram inadimplentes. Muitas são dirigidas por políticos locais e se mantêm com a finalidade de resolver questões previdenciárias para os pescadores, como a aposentadoria, licença-maternidade, cadastro de Bolsa Família etc.

Aqui, vamos mostrar como exemplo o universo do município de Touros em relação aos pescadores artesanais.

Pescadores artesanais: Touros

No município de Touros, a pesca é atividade intensa das comunidades Cajueiro, Carnaubinha, Lagoa do Sal, Monte Alegre, Perobas, São José e Touros (sede municipal).

A modalidade mais comum de comercialização do pescado é a venda para um atravessador. Muitas vezes o atravessador é quem paga o gelo e o combustível para os pescadores, que, ao desembarcarem, já vendem diretamente para ele. Tal fato os coloca em vulnerabilidade, pois se sabe que a venda para o atravessador é altamente desvantajosa para o pescador artesanal (CASTRO, 2011).

O principal produto pescado é a lagosta, dado o seu grande valor econômico. Boa parte da pesca de lagosta é do tipo predatória e feita com métodos ilegais, o que tem levado ao decréscimo constante dos estoques pesqueiros de Touros. Trata-se de um grande problema social, pois a economia da lagosta é vital para a comunidade de trabalhadores da pesca artesanal em Touros (CASTRO, 2011). Além, naturalmente, do prejuízo ambiental que tal fato acarreta.



Figura 102 - Pescadores em Carnaubinha



Figura 103 - Confecção de rede em Carnaubinha

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 104 - Praia do Cajueiro



Figura 105 - Igreja da Praia de São José



Figura 106 - Turismo como alternativa aos pescadores



Figura 107 - Praia de Lagoa do Sal

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Considerações em relação ao Território do Mato Grande e suas populações representativas de comunidades tradicionais e específicas

Em termos gerais, é quase inexistente a ação de políticas públicas de caráter específico para populações tradicionais no Território do Mato Grande.

Em relação aos quilombolas, torna-se necessário um conjunto de ações nos níveis: (1) federal, por meio do envolvimento da Fundação Cultural Palmares, da SEPPIR e do INCRA para apoiar nas demandas de Certificação, demarcação e titulação dos territórios identificados; (2) estadual, por meio do envolvimento da EMATER-RN e COEPIR-RN, além da implantação, no RN, do programa ATER Quilombola; (3) municipal, por meio de um maior e expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de quilombola. O número apresentado não representa a realidade; e (4) comunitário, pelo apoio às lutas de reconhecimento e demarcação de territórios, apoio às comunidades na apropriação de seu reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombos, apoio às comunidades na readequação do Estatuto Social da Associação local de forma a contemplar a condição de Comunidade de remanescentes de quilombos e elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável para cada comunidade levando em conta suas especificidades socioambientais.

Ainda em relação às populações quilombolas existem, em aberto, questões de diversas ordens: falta de visibilidade no CRAS para a comunidade de Coqueiros; falta de certificação para a comunidade de Areias, em Touros; falta de um projeto de desenvolvimento sustentável para a comunidade de Acauã (que é certificada e titulada). E, em termos de fortalecimento desta identidade, falta uma maior comunicação entre essas comunidades.

Em relação aos indígenas: (1) no âmbito federal, espera-se a retomada do envolvimento do Ministério Público Federal para apoiar as demandas de reconhecimento, identificação e demarcação dos territórios e a reabertura do escritório da Funai no estado do Rio Grande do Norte; (2) no âmbito estadual, pelo apoio da EMATER-RN na assistência à agricultura nas áreas indígenas de Amarelão e incluir representação no Colegiado Terra-Sul,

na Câmara de Comunidades Tradicionais; (3) no âmbito municipal, um maior e mais expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de indígenas; (4) no âmbito comunitário, apoio à luta pelo reconhecimento da comunidade de Tabua, em São Miguel do Gostoso, como indígena. E, principalmente, apoiar, em forma de assistência contínua, a gestão social das associações destas comunidades, possibilitando a elaboração de um Plano de Etnodesenvolvimento.

Em São Miguel do Gostoso não existe nenhuma família incluída no CadÚnico na condição de indígena. Faz-se necessária uma discussão conjunta entre a população da comunidade de Tabua e os funcionários do CadÚnico para pensar esta situação.

Ainda cabe, nesse sentido, uma discussão com a comunidade enquanto território de famílias tradicionais com descendência indígena. Neste caso, a Associação local pode e deve ser palco de discussão e empoderamento das famílias da comunidade de Tabua sobre sua identidade indígena (como apontada pelos regionais).

OBS: A inclusão da comunidade de Tabua na condição de “indígena” é resultante de pesquisa de mapeamento de comunidades tradicionais no Mato Grande. Um outro fator preponderante foi a afirmação de pessoas mais velhas sobre sua descendência indígena, além do artesanato em *tabua* (uma palmeira local), da confecção de pequenas flechas para caçar passarinho (vista nos anos 1998-1999) e da indicação de atores sociais externos, como *Terra de Caboclos*, ao se referirem à comunidade de Tabua. Entretanto, a autodeclaração como remanescente indígena é uma decisão da comunidade. Isto, porém, não isenta outros atores de proporcionar informação à população local.

Em relação às comunidades de terreiro, existe uma invisibilidade que é gritante. Entretanto, há quase uma centena de casas de religiosidade afro-brasileira que não têm organização associativa e visibilidade nos registros do CadÚnico

dos municípios. Assim, podemos elencar como demandas: (1) no nível federal, faz-se necessário criar um canal com o envolvimento da Fundação Cultural Palmares para apoiar as demandas dos terreiros de matriz afro-brasileira e, também, ampliar o envolvimento das casas de matriz afro-brasileiras com as universidades e Institutos Federais de Educação atuantes no território para otimizar pesquisas e ações nestes espaços; (2) no nível estadual, cabe garantir o apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania, por meio da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – COEPPIR-RN e, também, o envolvimento do governo do estado (parceria com a CONAB), por meio do Programa de Cestas Básicas, para que sejam distribuídas nestes espaços; (3) em nível municipal, atualizar o Cadastro Único, ampliando o número de famílias na condição de família de terreiros. Os números apresentados não representam a realidade; (4) em termos locais, devem os terreiros legalizar sua situação jurídica por meio da criação de associação que os represente.

Em relação às famílias ciganas, os dramas são os mesmos dos outros territórios: marginalidade, não identificação social, intolerância e dificuldade de acesso às escolas e ao sistema de saúde. Assim, sugerimos ações nos níveis: (1) federal, por meio do envolvimento da SEPPIR para auxiliar as demandas da comunidade referentes ao processo de inclusão social das famílias ciganas; (2) na esfera estadual, pelo envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade e, também, pelo envolvimento da UCIRN no processo de apoio à identificação das famílias para inclusão no CadÚnico; (3) na esfera municipal, pela atualização do Cadastro Único para ampliar o número de famílias na condição de ciganos no território. O número apresentado não representa a realidade; (4) em termos locais, que os ranchos ciganos tenham garantia de apoio à sua luta pelos direitos sociais dos ciganos.

Os pescadores artesanais constituem um grupo com uma população significativa. Entretanto, sabe-se que populações

quilombolas, indígenas, ciganas, às vezes se identificam no CadÚnico nesta categoria. Em termos de acesso às políticas públicas, resta quase que somente a garantia de Bolsa Defeso e aposentadoria. As colônias de pescadores estão TODAS inadimplentes e sem acesso às políticas sociais.

O Território do Mato Grande tem uma expressiva população de pescadores artesanais. Disputas políticas regionais encontram nas colônias de pescadores um espaço fértil para atuação. Como exemplo, temos duas colônias de pescadores em municípios vizinhos: Touros e São Miguel do Gostoso.

Como sugestão nas diversas esferas, elencamos: (1) na esfera federal, faz-se necessário otimizar o envolvimento da Federação Nacional dos Pescadores com as colônias de pescadores do território e, também, o envolvimento do Ministério da Pesca nas negociações necessárias para que as colônias de pescadores resolvam suas inadimplências financeiras com a União; (2) em termos estaduais, é necessário garantir o apoio da Secretaria Estadual de Pesca e Agricultura às famílias de pescadores e, também, o envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade; (3) na esfera municipal, propor que os Planos Municipais tenham objetivos definidos para estas famílias, que entram em colapso financeiro com as dificuldades inerentes à atividade pesqueira; (4) na esfera local, pela garantia de apoio à luta dos pescadores artesanais no acesso às políticas públicas.

As populações de ribeirinhos e extrativistas devem ser melhor identificadas, tornadas visíveis e incluídas em programas que facilitem o acesso às políticas públicas.

Neste sentido, a criação e consolidação da Câmara de Comunidades Tradicionais no Conselho de Mato Grande é da maior importância para o empoderamento das populações tradicionais em espaços públicos de decisão política para o território.

As populações acima descritas devem ser atores propositivos na construção de uma sociedade melhor e igualitária.

Os ribeirinhos e extrativistas estão em mínima representatividade neste território (também). Sua identificação, organização e reconhecimento pelo Poder Público inexistem para estes dois grupos.

O TERRITÓRIO POTENGI

O Território do Potengi/RN está localizado na Região Nordeste e é composto por 11 municípios: Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Elói de Souza.

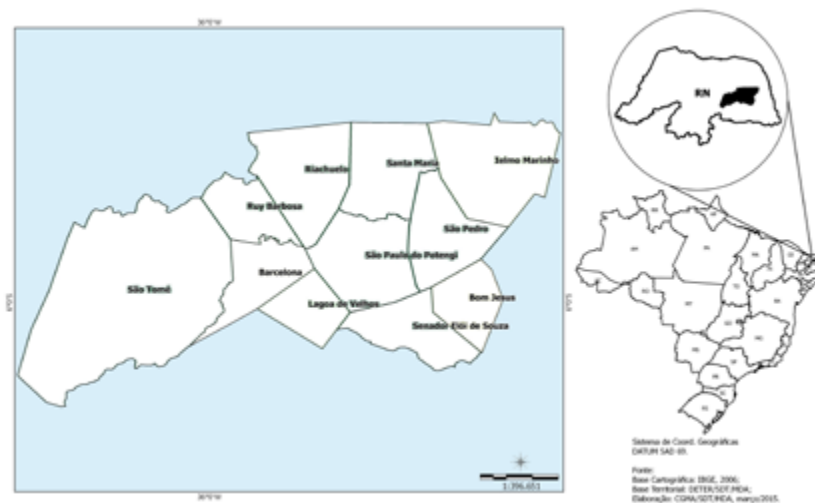


Figura 108 - O Território do Potengi

Fonte: Brasil (2015).

De acordo com o MDA (2015), o Potengi tem uma área de 2.773,69 km², com uma população total de 82.195 habitantes, sendo 44.318 na área urbana e 37.877 na área rural. Existem 6 Projetos de Reforma Agrária com 223 famílias assentadas, ocupando uma área de 4.084 hectares. Há 5.221 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupam 13.485 pessoas. O território conta com 10 técnicos da ATER, distribuídos em 8 municípios. Os dados foram obtidos através dos relatórios do MDA (2013-2014).

Em relação ao PRONAF e ao crédito fundiário, no Potengi foram investidos um total de R\$ **12.477.982,25**.

Os dados apresentados na próxima tabela mostram informações sobre o Programa Bolsa Família.

Tabela 10 - Investimentos no Potengi

Município	Bolsa Família¹	Bolsa Família – Valor em R\$
Barcelona	545	102.556,00
Bom Jesus	1.138	163.523,00
Ielmo Marinho	2.229	346.160,00
Lagoa de Velhos	420	84.324,00
Riachuelo	1.193	280.008,00
Ruy Barbosa	442	75.076,00
Santa Maria	855	139.987,00
São Paulo do Potengi	2.534	541.678,00
São Pedro	998	210.287,00
São Tomé	1.835	308.108,00
Senador Elói de Souza	1.084	203.866,00
Total	13.237	2.455.473,00

Fonte: Brasil (2015).

Os dados apresentados são, tão somente, para termos um contexto geral do Território Potengi. A tradição local para a organização social dos agricultores familiares vem da ação da Igreja Católica e dos sindicatos e Federações de Trabalhadores na agricultura familiar que tiveram sua gênese no território.

A assistência técnica no Rio Grande do Norte é para a agricultura familiar, e neste território os trabalhos desenvolvidos pelo Estado e pela sociedade civil organizada não contemplam ações que tenham um caráter étnico em relação às populações locais.

Populações tradicionais e específicas no Território Potengi

De forma geral, como em todo o estado do Rio Grande do Norte, NÃO EXISTE NENHUMA POLÍTICA PÚBLICA para comunidades tradicionais sendo implementada no Território Potengi. Entretanto, ressaltamos duas exceções: a distribuição de cestas básicas pela CONAB na comunidade de Gameleira de Baixo (São Tomé) e a construção de casas pelo Programa Brasil Quilombola na comunidade de Nova Descoberta (Ielmo Marinho).

As políticas que beneficiam as populações tradicionais são, de forma genérica, aquelas para famílias de baixa renda.

Existe uma possibilidade imediata para políticas de compensação social para as comunidades quilombolas no território que é viável pela presença de empreendimentos relacionados à energia eólica e linhas de transmissão que estão próximos ao território da comunidade quilombola de Gameleira de Baixo.

As populações mais representativas no Território Potengi são os quilombolas e os pescadores artesanais. As outras populações existem de forma pouco visível e alheias a qualquer política social.

No Território Potengi Sul, temos 486 famílias cadastradas no CadÚnico representando as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, terreiros e ciganos) e específicas (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos), distribuídos em 7 dos 11 municípios. A tabela a seguir mostra dados do CadÚnico do primeiro trimestre de 2016. Neste caso, uma informação importante é sobre os 182 pescadores artesanais que, na pesquisa do MDA, não eram mostrados. Eram inexistentes. Quando formos aos dados em tipologias específicas, veremos a disparidade entre os números do CadÚnico e os dados coletados em pesquisa de campo. A invisibilidade destas populações na gestão municipal dificulta, ainda mais, o acesso às políticas públicas que atendam às suas demandas.

Tabela 11 - Populações Tradicionais no CadÚnico no território Potengi

Tipologia	Comunidade	Total (CadÚnico)	Total (com Bolsa Família)
Tradicionais	Quilombolas	295	219
	Indígenas	03	02
	Terreiros	0	0
	Ciganos	05	02
Específicas	Pescadores artesanais	182	142
	Extrativistas	01	0
	Ribeirinhos	0	0
Total		486	365

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível: em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

As populações tradicionais no Potengi

De acordo com o CadÚnico, existem 303 famílias cadastradas na categoria “Tradicional”: 295 quilombolas, 3 indígenas e 5 de ciganos. Destas, 223 são beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias estão distribuídas em 4 municípios. Entretanto, de acordo com a pesquisa, existem populações em outros 3 municípios, totalizando 7 com populações tradicionais. De acordo com o CadÚnico, não existem populações tradicionais em 4 deles: Lagoa Nova, Ruy Barbosa, Santa Maria e Senador Elói de Souza.

Além dos dados referentes às famílias quilombolas no território, chama atenção a ausência de famílias de terreiros. Sabe-se da presença de terreiros de jurema na cidade de Bom Jesus, São Paulo do Potengi e Barcelona. Sabe-se, entretanto, que esta ausência somente revela o preconceito e a desconfiança dos religiosos em se posicionar em ambientes hostis e intolerantes.

As populações quilombolas no Território Potengi

No Território do Potengi existem 295 famílias quilombolas cadastradas; destas, 219 são beneficiárias do Bolsa Família. Elas estão distribuídas em três municípios: São Tomé (Gameleira de Baixo), Ielmo Marinho (Nova Descoberta) e Bom Jesus (Grossos, Pavilhão e Passagem Comprida). Entretanto, no município de São Paulo do Potengi existe a comunidade de Jurema (invisível para os poderes públicos) que não tem nenhuma família cadastrada como quilombola no CadÚnico. De forma geral, há um ganho no território: das 6 comunidades quilombolas existentes, 4 são certificadas.

Está em formação a Câmara de Comunidades Tradicionais, que envolve a presença destas comunidades. Acreditamos que o espaço irá proporcionar uma maior coesão para estas comunidades; que deverá, também, refletir no seu acesso às políticas públicas.

Ainda é perceptível a pouca informação entre os funcionários do CadÚnico e, também, entre as famílias quilombolas em relação à sua autodeclaração no CadÚnico. O resultado é a pouca mobilidade socioeconômica nestas comunidades, mesmo após a certificação. Soma-se a ausência de interesse por parte das ONGs que atuam localmente em colocar a questão étnica na ordem do dia de suas metas, objetivos e missão.

As comunidades quilombolas, por sua vez, caminham separadamente em suas aspirações. Não existem Conselhos, ou mesmo a prática de se discutir enquanto pertencente ao Território Potengi. As comunidades com mais expressão política e/ou social são Gameleira de Baixo e Grossos.

Na comunidade de Gameleira de Baixo, a parceria com o poder público local e a ação militante da liderança Maria Lúcia (pedagoga e assistente social) proporciona a realização de eventos de ordem cultural (como a promoção de um desfile cívico em 2016) que, de alguma forma, mostram a comunidade. A utilização de redes sociais como o Facebook amplia esta exposição.

A comunidade de Grossos também se estrutura na pessoa da liderança Andreia Nazareno (graduada em Cooperativismo), que trouxe a experiência de sua comunidade de origem (Capoeiras, em Macaíba). O envolvimento desta liderança com sindicatos e com o Conselho de Economia Solidária, além do Movimento Nacional de Articulação de Comunidades Quilombolas, coloca a comunidade mais perto do cenário político. Entretanto, a ausência de uma articulação maior entre todas as famílias locais resulta em projetos abandonados e concebidos numa visão “demiadadamente” associativa, sem, entretanto, haver um investimento

na formação dos associados em sistemas de organização baseados no cooperativismo e/ou na economia solidária.

A seguir, mostramos um pouco de cada comunidade quilombola de Bom Jesus. As três têm em comum uma economia baseada na agricultura familiar, objetivando, em sua maior parte, a subsistência das famílias. A ideia de entrar no mercado com a venda do excedente de produtos alimentícios e/ou artesanato é colocada, geralmente, de forma abrupta e resulta em pouco sucesso, haja vista a inexperiência em dominar um ciclo que envolve desde a produção, o beneficiamento, até o escoamento, a entrada no mercado local etc., que nem sempre compensa os investimentos.

Comunidades quilombolas de Bom Jesus/RN: Grossos, Pavilhão e Passagem Comprida

O município de Bom Jesus tem, em seu registro do CadÚnico, 88 famílias quilombolas; destas, 64 recebem o benefício do Bolsa Família. Na prática, existem mais de 200 famílias. Elas estão distribuídas em três comunidades: Grossos, Pavilhão e Passagem Comprida. As duas primeiras estão certificadas pela Fundação Palmares. A última não estava organizada no processo de reconhecimento e não foi contemplada.

De forma geral, estas comunidades não estão acessando políticas públicas. Ainda podemos colocar como características de distinção entre elas o envolvimento com o Movimento Quilombola em níveis regionais e nacional. Assim, a comunidade de Grossos é a que está à frente nesta distinção com lideranças nos movimentos sociais; a comunidade de Passagem Comprida segue os passos da comunidade de Grossos; e a comunidade de Pavilhão, mesmo certificada, segue apática e sem resultados a contar. A seguir, fotos das comunidades de Grossos e Pavilhão.

Comunidade quilombola de Grossos: Bom Jesus

A comunidade de Grossos, reconhecida como remanescente de quilombo em 2004, localiza-se a sete quilômetros da sede do município de Bom Jesus, com um número de 140 (cento e quarenta) famílias.

A economia local é majoritariamente determinada pela agricultura familiar, com produção de mandioca, milho, feijão, batata, dentre outros produtos de época como caju, umbu e acerola. Sazonalmente, uma parcela da população de jovens e adultos sai para trabalhar em cidades circunvizinhas, em busca de outras atividades. Resta a agricultura, aposentadorias e programas do governo federal.

Na comunidade existe uma associação, obtida através do Programa de Desenvolvimento Social (PDS). Dentro do prédio, existem 6 (seis) máquinas de costura para artesanato que se encontram desativadas por falta de recursos e materiais para trabalhar; além disso, há dificuldades em se trabalhar de forma associativa (quando não existe assessoria).

Em relação à educação, a comunidade possui 1 (uma) escola que disponibiliza apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); as demais séries devem ser buscadas na cidade. Entretanto, é bastante elevada a taxa de evasão escolar dos jovens, que deixam os estudos para trabalhar e ajudar seus familiares.

Com relação à saúde, a localidade não possui uma unidade de saúde; as pessoas são atendidas dentro da sede da Associação. Por ser um espaço de dimensões pequenas, os pacientes ficam debaixo de uma árvore à espera de atendimento. Essas condições expõem a população a situações de vulnerabilidades e desrespeito, portanto, um posto de saúde com profissionais capacitados é indispensável para um atendimento satisfatório ao quilombo.



Figura 109 - Sede da Associação Quilombola de Grossos



Figura 110 - A tradição (dos idosos) e a liderança (dos jovens)



Figura 111 - Roça de mandioca da comunidade

Fonte: acervo de Andréia Nazareno

Comunidade quilombola de Pavilhão: Bom Jesus

A comunidade de Pavilhão, com uma população de 40 famílias, não costuma participar dos movimentos sociais. Apesar de ter sido certificada na mesma data que a comunidade de Grossos, não apresenta um progresso em sua organização social enquanto comunidade quilombola reconhecida. Mesmo a relação com a comunidade de Grossos é apática, quase inexistente.



Figura 112 - Rua principal do Pavilhão



Figura 113 - Estrada de acesso à comunidade de Pavilhão



Figura 114 - Casa e aspecto da paisagem árida local

Fonte: acervo de Andréia Nazareno.

Comunidade quilombola de Passagem Comprida: Bom Jesus

A comunidade de Passagem Comprida, mesmo não certificada, participa dos eventos em parceria com a comunidade de Grossos. Nesta, a presença de mulheres atuantes na militância quilombola começa a se fortalecer. Os exemplos da comunidade de Grossos vêm a seguir.



Figura 115 - Entrada da comunidade Passagem Comprida



Figura 116 - Casa e roça na Passagem Comprida



Figura 117 - Roça de mandioca da Passagem Comprida

Fonte: acervo de Andréia Nazareno.

Comunidade quilombola de Gameleira de Baixo: São Tomé

Segundo relatos dos antigos, o nome da Gameleira é devido a uma árvore junto a um olho d'água que serviu de referência para a escolha do lugar.

No quesito educação, a comunidade possui uma escola com uma única sala de aula, que atende hoje a um público em torno de 50 crianças, feminino e masculino, com faixa etária entre 7 e 14 anos do Ensino Fundamental – turmas de 1º, 2º e 3º ano, que estudam juntas, no multisseriado. Já os de idades superiores são deslocados para São Tomé nos três turnos consecutivos, em ônibus da prefeitura. A comunidade possui, também, uma creche com 2 funcionárias, atendendo, diariamente, 12 crianças de 2 a 5 anos. Há apenas 3 cômodos, sendo uma sala de aula, uma cozinha e um banheiro. Na creche, funciona também uma turma de jovens e adultos, mas, segundo alguns moradores, as aulas são poucas, quase não têm, porque não há incentivo, por isso os alunos não querem ir (NASCIMENTO, 2015, p. 22).

Gameleira de Baixo tem, ainda, um posto de saúde em construção com a visita semanal de equipe do PSF.

A comunidade tem seu território “cortado” por linhas de alta tensão e também está próximo a empreendimentos de energia eólica. Inexiste, entretanto, qualquer tipo de compensação socio-ambiental para as famílias locais.

Em relação às políticas públicas, duas ações foram impactantes no lugar: a construção de casas populares pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e, também, as cisternas que o PDS (Programa de Desenvolvimento Sustentável) trouxe para a comunidade.



Figura 118 - Linhas de energia de alta tensão na comunidade



Figura 119 - Professora Lúcia e morador idoso



Figura 120 - Evento sociocultural na Gameleira



Figura 121 - Casas da Gameleira

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Comunidade Nova Descoberta: Ielmo Marinho

A comunidade de Nova Descoberta, com aproximadamente 300 famílias, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares e tem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em andamento. Entretanto, apenas 95 famílias estão cadastradas no CadÚnico na condição de quilombolas. Vale salientar a existência de uma unidade de CRAS na comunidade.

Existe um conjunto de ações que resulta em informação sobre projetos e programas (como as visitas de técnicos do Projeto RN Sustentável) e comemorações alusivas ao Dia da Consciência Negra.

Por outro lado, a organização social e política caminha em desacordo com as outras comunidades do território e sem maiores envolvimento com instâncias no Movimento Nacional Quilombola e/ou poder público. Na prática, existem muitas visitas de órgãos diversos que resultam em quase nada de apoio à qualidade de vida das famílias.



Figura 122 - Visão da comunidade de Nova Descoberta



Figura 123 - Família quilombola



Figura 124 - Pai e filhos ao lado de uma cisterna de placa



Figura 125 - Centro Cultural de Nova Descoberta



Figura 126 - Evento sociocultural em Nova Descoberta

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

A comunidade de Jurema: São Paulo do Potengi

A comunidade de Jurema é apontada pelos regionais como uma comunidade de negros. Entretanto, a invisibilidade desta condição é o que se sobressai. Não existe NENHUMA FAMÍLIA cadastrada no município de São Paulo do Potengi como quilombola.

Em uma reunião em 2011 para discutir com o poder público suas necessidades, a comunidade se manifestou com as seguintes reivindicações:

1. Estradas piçarradas
2. Posto de Saúde com atendimento odontológico (falta médico e dentista)
3. Cortes de terras (falta de organização)
4. Água encanada
5. Construção de ginásio esportivo
6. Reforma de casas – melhoria habitacional
7. Crianças em sala de aula – escola interséries
8. Calçamentos
9. Cisternas.

Torna-se necessário um investimento político e social nesta comunidade. A invisibilidade social e política, aliada a fatores como a intolerância, o desconhecimento e o racismo institucional, são fatores presentes no cotidiano das famílias neste território. Da mesma forma, é necessária uma formação complementar nos setores que se relacionam com estas comunidades.

As populações indígenas no Território Potengi

De acordo com o CadÚnico, existem 3 famílias indígenas distribuídas nos municípios de São Tomé e Bom Jesus. Em São Tomé, trata-se da família Tatu, descendente de indígenas e residente no território quilombola de Gameleira de Baixo. Os integrantes da família Tatu são apontados por todos os moradores da Gameleira como sendo remanescentes diretos de povos indígenas, pois “têm sangue de índio”.

Como essa história é relativamente recente, as pessoas que não são da família Tatu contam-na de uma maneira que os distingue dos descendentes quilombolas. Segundo as narrativas orais, não é apenas a história que os diferenciou das outras pessoas ao longo do tempo, mas também seu modo de vida: “Todo mundo por aqui sabe que os Tatu sempre foram um povo assombrado, que vivia numas taperas em forma de círculos, próximo ao olho d’água”.

Em relação a Bom Jesus, não foi investigada esta autodeclaração.

As populações de terreiros no Potengi

A indicação negativa de famílias representantes de terreiros no sistema do CadÚnico nos municípios do Território do Potengi, na prática, revela mais uma das faces do preconceito e da invisibilidade – que tanto caracterizam este segmento.

As informações mais consistentes falam de terreiros “bem discretos” em São Paulo do Potengi. Nestes, quase foram abolidos os toques públicos. A maior parte dos sacerdotes e adeptos trabalha atendendo pessoas individualmente. Além de São Paulo do Potengi, as informações falam de “médiuns que atendem em casa” nos municípios de Bom Jesus, Santa Maria e São Tomé.

A liturgia pública cede espaço à invisibilidade como maneira de evitar uma marginalização e mesmo perseguição na sociedade local.

Acreditamos que uma campanha de conscientização neste território pode alterar este quadro.

As populações ciganas no Potengi

De acordo com o CadÚnico, existem, no Território Potengi, 5 famílias cadastradas como ciganas. Destas, 2 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Estas famílias encontram-se nos municípios de São Paulo do Potengi e Bom Jesus.

Os ciganos, neste território, ainda permanecem alheios às políticas sociais específicas às populações tradicionais. O preconceito e a marginalidade social e política são fatores que expõem o grupo aos quadros de desemprego, baixa escolaridade e demais problemas.

As populações específicas no Potengi

Pescadores artesanais

Os pescadores artesanais estão presentes em 5 dos 11 municípios do Território Potengi. Estão cadastradas no CadÚnico 182 famílias; destas, 142 contam com o Bolsa Família.

A atividade da pesca no território é diretamente dependente dos invernos que enchem os açudes. Nos períodos de estiagem, os pescadores artesanais trabalham na agricultura, em atividades informais nas cidades. A pouca rentabilidade desta atividade, aliada à ausência de políticas sociais para este segmento da população, deixa as famílias mais vulneráveis.

A dificuldade para o acesso pleno às políticas sociais deve-se, também, à inadimplência das colônias de pescadores. Na prática, estas associações trabalham com o apoio à aposentadoria ou auxílio-defeso, quando é o caso.

Constatada a ausência de políticas sociais para esta população, amplia-se a urgência de integrá-los em fóruns deliberativos de atuação no território.

Populações de extrativistas no Potengi

Somente 1 família, no município de São Pedro, se identificou no CadÚnico como extrativista. Esta não é beneficiária do Bolsa Família. Acreditamos que a prática do extrativismo também fica invisibilizada pelo pouco conhecimento destas nomenclaturas nos CRAS.

Considerações em relação ao Território do Potengi e suas populações representativas de comunidades tradicionais e específicas

O Território do Potengi tem dois grupos em evidência: os quilombolas e os pescadores artesanais.

As 5 comunidades quilombolas encontram-se em estágios diferentes de organização social e política: a Comunidade de Gameleira de Baixo encontra-se certificada, com um processo de organização social e tem envolvimento com o Movimento Negro considerável. A militância quilombola é visível na comunidade por meio de sua principal conquista: a certificação como remanescente quilombola; no outro extremo, está a comunidade de Jurema,

em São Paulo do Potengi, que está invisível no CadÚnico e ausente de políticas sociais, além de não possuir envolvimento com a militância quilombola. O terceiro exemplo é o do município de Bom Jesus, que tem 3 comunidades: 2 certificadas (Grossos e Pavilhão) e uma não certificada (Passagem Comprida). Neste contexto, encontramos distintas realidades entre estas comunidades: Grossos tem uma liderança que é universitária e empreende ações junto ao Movimento Quilombola. A comunidade de Pavilhão, mesmo certificada, mantém-se ausente de ações políticas e de um necessário envolvimento com as outras comunidades. A comunidade de Passagem Comprida não foi certificada, fica lutando em parceria com a comunidade de Grossos. No geral, entretanto, inexistem ações de políticas sociais do Programa Brasil Quilombola nestas comunidades. As ações que ocorrem estão no âmbito de ações e políticas sociais direcionadas às famílias de baixa renda. Ressalta-se a exceção: casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (Ielmo Marinho) e cestas básicas da CONAB (São Tomé).

De maneira geral, as orientações às comunidades quilombolas no Território Potengi são: (a) em nível federal, pelo envolvimento da Fundação Cultural Palmares, da SEPPIR e do INCRA para apoiar nas demandas de identificação e certificação das comunidades de Jurema (São Paulo do Potengi) e Passagem Comprida (Bom Jesus); (b) em nível estadual, para garantir o apoio da EMATER-RN e da COEPPIR-RN na assistência à agricultura nas comunidades quilombolas por meio de um Programa de ATER – Quilombolas; (c) em nível municipal, para ampliar o número de famílias na condição de quilombola no CadÚnico. O número apresentado não representa a realidade. Uma parte majoritária dos quilombolas ainda estão registrados no CadÚnico como “agricultores”; e (d) em nível local, pela criação de um conselho de comunidades quilombolas nos municípios

e, também, pela participação de todas as comunidades com representação na Câmara de Comunidades Tradicionais do Potengi.

As famílias de pescadores artesanais, que constituem o segundo grupo mais expressivo no CadÚnico, merecem uma atenção maior dos poderes públicos.

Um grande impedimento para o acesso às políticas públicas por esta categoria se dá pela inadimplência da colônia de pescadores. A ideia de região do semiárido faz ignorar a presença de água, peixe e pescador no imaginário social e, consequentemente, político.

O grupo mais invisível, entretanto, é o constituído pelas famílias de terreiros, que preferem o anonimato a sofrerem a expiação pela intolerância da sociedade local.

Fica a orientação maior sobre a urgente necessidade de fortalecimento das instâncias públicas (os CRAS) e do Terceiro Setor. A ideia imediata é o fortalecimento do Conselho Territorial.

As comunidades e populações tradicionais e específicas no Território Seridó

O Território da Cidadania Seridó/ RN está localizado na Região Nordeste e é composto por 25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

constatou-se que nenhum município apresentou proposta. Por outro lado, o PNAE tinha a previsão de propostas totalizando R\$ **242.774,06**, envolvendo 10 municípios do território.

Tabela 12 - Investimentos no Seridó

Município	B.F. N° Beneficiários	Bolsa Família – Valor: R\$
Acari	1.346	195.651,00
Bodó	444	68.915,00
Caicó	6.084	843.366,00
Carnaúba dos Dantas	552	68.580,00
Cerro Corá	1.579	279.204,00
Cruzeta	945	133.049,00
Currais Novos	5.455	788.873,00
Equador	1.128	203.950,00
Florânia	1.169	160.599,00
Ipueira	216	32.593,00
Jardim de Piranhas	2.158	341.592,00
Jardim do Seridó	1.454	175.593,00
Jucurutu	2.725	452.407,00
Lagoa Nova	2.540	403.789,00
Ouro Branco	531	70.919,00
Parelhas	2.458	346.512,00
Santana do Matos	2.197	286.414,00
Santana do Seridó	325	45.458,00
São Fernando	483	76.244,00

Município	B.F. N° Beneficiários	Bolsa Família – Valor: R\$
São João do Sabugi	722	108.560,00
São José do Seridó	456	95.869,00
São Vicente	963	155.842,00
Serra Negra do Norte	1.042	153.723,00
Tenente Laurentino Cruz	1.052	236.996,00
Timbaúba dos Batistas	279	47.658,00
Total	38.303	5.772.356,00

Fonte: Brasil (2015b).

Os dados apresentados são, tão somente, para termos um contexto geral do Território Seridó. Um dado importante a salientar é o pioneirismo do território em atuação de ONGs que trabalham com práticas de convivência com a seca e agricultores familiares. Entretanto, a região do Seridó também é conhecida por inúmeros fatos relacionados à intolerância racial. Como consequência, as comunidades quilombolas e ciganas padecem de uma invisibilidade política que se traduz por uma discrepância dos dados apresentados no registro do CadÚnico. Por outro lado, é no Seridó que as comunidades quilombolas são mais coesas em torno de sua identidade cultural. Neste sentido, duas características marcantes: a Ordem de Nossa Senhora do Rosário (específica para pessoas negras) e os casamentos endogâmicos (entre familiares) nas comunidades quilombolas.

O CadÚnico divide as populações e comunidades em duas categorias: tradicionais (quilombolas, indígenas, terreiros e ciganos) e específicas (pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas). As informações a seguir são o resultado de pesquisa no CadÚnico, em etnografias, artigos e informações de trabalho de campo.

No Território Seridó temos **1.354** famílias cadastradas no CadÚnico representando as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, terreiros e ciganos) e específicas (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos) distribuídos em **21** dos **25** municípios. A tabela a seguir mostra dados do CadÚnico do primeiro trimestre de 2016. Neste caso, uma informação importante é sobre os **1.036** pescadores artesanais que, na pesquisa do MDA, não eram mostrados. Estavam como inexistentes. Quando formos aos dados em tipologias específicas, veremos a disparidade entre os números do CadÚnico e os dados coletados em pesquisa de campo. A invisibilidade destas populações na gestão municipal dificulta, ainda mais, o acesso às políticas públicas que atendam às suas demandas.

Tabela 13 - Cadastro único X Bolsa Família.

Tipologia	Comunidade	Total (CadÚnico)	Total (com Bolsa Família)
Tradicionais	Quilombolas	238	175
	Indígenas	02	01
	Terreiros	06	04
	Ciganos	57	47
Específicas	Pescadores artesanais	1.036	716
	Extrativistas	13	10
	Ribeirinhos	02	01
TOTAL		1.354	954

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).
Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

De forma geral, como em todo o estado do Rio Grande do Norte, **NÃO EXISTE NENHUMA POLÍTICA PÚBLICA** para comunidades tradicionais sendo implementada no Território Seridó. Entretanto, ressaltamos a participação da comunidade quilombola da Boa Vista dos Negros no Projeto RN Sustentável. Por outro lado, a comunidade quilombola de Negros do Riacho argumentou que não foi atendida em sua demanda para um projeto de abastecimento de água domiciliar. Nesta comunidade, a água chega somente a uma torneira em frente às residências. Salientamos a participação destas duas comunidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Parelhas e Currais Novos, respectivamente.

As políticas que beneficiam as populações tradicionais, neste território, são, de forma genérica, as políticas para famílias de baixa renda.

As populações mais representativas no Território Seridó são os quilombolas, os pescadores artesanais e os ciganos. As outras populações existem de forma pouco visível e alheias a qualquer política social.

A seguir, apresentamos as populações tradicionais e específicas localizadas em comunidades e/ou área urbana identificadas pelo CadÚnico e/ou pesquisa de campo.

As populações tradicionais no Seridó

De acordo com o CadÚnico, existem **303** famílias cadastradas na categoria “tradicional”: **238** quilombolas, **02** indígenas, **06** de terreiros e **57** de ciganos. Destas, **189** são beneficiárias do Bolsa Família. Elas estão distribuídas em **12** municípios. Entretanto, de acordo com a pesquisa, existem populações em outros 2 municípios (tabela a seguir), totalizando **14** municípios com populações tradicionais.

Neste cadastro não existem famílias e populações tradicionais em 4 municípios: Jardim de Piranhas, Santana do Seridó, São Fernando e Timbaúba dos Batistas. Entretanto, a pesquisa mostrou que em outros municípios alguns grupos estão INVISÍVEIS (não aparecendo no CadÚnico), como por exemplo:

Município	Comunidade encontrada a pesquisa
Acari	Quilombolas
Caicó	50 terreiros de jurema/umbanda
Carnaúba dos Dantas	Terreiro de candomblé Ketu
Jardim do Seridó	Quilombolas/Ordem do Rosário
Serra Negra do Norte	Quilombolas

Quadro 3 - Populações invisíveis no Seridó

Fonte: pesquisa de campo.

Este quadro revela o nível de invisibilidade que estas comunidades vivem no território, implicando em uma ausência de acesso às políticas públicas pertinentes. A seguir, apresentaremos algumas das comunidades/populações tradicionais do Seridó. Inicialmente, mostraremos as **comunidades quilombolas** de Currais Novos (Negros do Riacho), Caicó (Furnas da Onça), Parelhas (Boa Vista dos Negros) e Santana do Matos (Riacho da Roça, Assentamento São Manoel, Conceição do Abrigo, Família Limão e Família Guedes). Em seguida, mostraremos o **terreiro** de candomblé e jurema de Pai Bal e a **Ordem do Rosário dos Pretos** (ambos em Caicó). Por fim, mostraremos os **ciganos Calon** (Equador). Não mostraremos fotos de pescadores.

As populações quilombolas no Seridó

De acordo com o CadÚnico, somente em 7 (sete) municípios – Bodó, Caicó, Cerro Corá, Currais Novos, Ipueira, Lagoa Nova e Parelhas – são registradas famílias que se autodeclararam quilombolas. Entretanto, a pesquisa de campo demonstrou a presença de populações quilombolas em, pelo menos, 4 (quatro) municípios sem registro no CadÚnico: Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte e Santana do Matos. A seguir, mostramos fotos das Comunidades de Caicó, Currais Novos, Parelhas e Santana do Matos.

Caicó: comunidade quilombola de Furnas da Onça

Em Caicó já foi registrada a presença de 5 comunidades quilombolas na zona rural. Na atualidade, existe uma única comunidade: Furnas da Onça. Entretanto, na zona urbana, as populações quilombolas (egressas da zona rural) se fixaram em 5 bairros: João Paulo II, João XXIII, Paulo VI, Soledade e Walfredo Gurgel. Importante salientar que, na zona urbana, estas famílias encontram-se coesas em torno da Ordem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que atualmente tem sua representação jurídica por meio da Sociedade dos Homens Pretos de Caicó.

As populações das comunidades quilombolas de Caicó, na atualidade, estão agrupadas em várias famílias, facilmente identificadas na cidade. Sua vinda para a área urbana é cercada de histórias que mostram a resistência de um povo em meio a uma região na qual o preconceito racial é facilmente demonstrado. As histórias de intolerância fazem parte do registro da história das famílias negras na região.

A comunidade de Furnas da Onça está invisível nos setores públicos locais. O CadÚnico registra somente 1 família como quilombola. Esta situação somente proporciona às famílias quilombolas um não reconhecimento enquanto população tradicional, inviabilizando, também, seu acesso às políticas públicas. A seguir, fotos da comunidade de Furnas da Onça, na atualidade, a ÚNICA comunidade de remanescentes de quilombos em área rural no município de Caicó.



Figura 128 - Na comunidade, o jumento é usado como meio de transporte



Figura 129 - Moradora idosa da comunidade



Figura 130 - Potes de barro indicam a ausência de abastecimento domiciliar



Figura 131 - Fogão de barro com lenha para combustão

Fonte: acervo de Kaline Lucena

Comunidade quilombola de Negros do Riacho: Currais Novos

A comunidade de Negros do Riacho foi certificada como “remanescente de quilombos” em 2006. A população atual é de cerca de 200 pessoas.

Nos tempos antigos, a produção de cerâmica era responsável pelo sustento das famílias, junto com a agricultura de sequeiro. Atualmente, a produção de cerâmica não tem reflexo no mercado local. Cada vez menos se produz “louça”. Entretanto, na escola se tem incentivado a produção de peças pequenas (usadas para enfeite evenda como souvenir), o que também não alterou muito a realidade local.

A maioria dos jovens passou a viver da produção do carvão vegetal, uma atividade masculina que conta com a ajuda das mulheres. Elas participam da confecção e venda do produto. Mendicância e aposentadoria dos idosos ajudam a compor a renda das famílias, além de uma pequena agricultura (no período de inverno). A realidade local não se alterou muito após a certificação (SILVA, 2009).

No ano de 2015/2016, a comunidade tentou concorrer ao Projeto RN Sustentável para um projeto de abastecimento de água domiciliar. Segundo a representação, não houve uma assistência necessária, já que na comunidade não existem computadores nem internet. Não é a primeira vez que a comunidade é excluída de projetos de cunho social.

A Comunidade Negros do Riacho tem um quadro visível de miséria e exclusão social. Existe um nível de carência de trabalhos, assistência social, assistência médica. As pessoas da comunidade são, explicitamente, discriminadas na sede do município. Os adjetivos utilizados em relação à comunidade

são os mais degradantes possíveis. Existe um “discurso” local (institucionalizado pelas pessoas) que os moradores são difíceis de trabalhar, preguiçosos etc., o que só contribui para manter este quadro.



Figura 132 - Visão espacial da comunidade Negros do Riacho

Fonte: acervo de José da Silva Oliveira



Figura 133 - Preta (em pé à porta), liderança e ceramista da comunidade



Figura 134 - Trabalhando o barro das louças

Fonte: acervo de Maria Daguia Lopes



Figura 135 - Louça dos Negros do Riacho

Fonte: acervo de Ana Cláudia

Comunidade quilombola da Boa Vista dos Negros: Parelhas

A comunidade remanescente quilombola Boa Vista dos Negros está localizada no município de Parelhas, na Região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, a cerca de 250 km da capital Natal.

O território da comunidade é distante 15 km da sede municipal (Parelhas), sendo uma área de 445 hectares. Seu espaço é ocupado por uma área habitada com casas em alvenaria e outra parte dedicada ao plantio e à criação de peixes (traíra, tilápia, cumatá, tambaqui, piaba e carpa) e animais domésticos (galinha, bode, gado), compondo uma economia de subsistência, complementada pelo trabalho nas cerâmicas que circundam o território. Dentro ainda do limite geográfico da comunidade encontram-se um açude, trinta casas, um posto de saúde (denominado Mãe Gardina, em homenagem à parteira da comunidade), uma escola municipal (Maria Serafina de Jesus), uma capela católica (Nossa Senhora do Rosário), uma quadra de esportes, um minicampo de futebol, uma praça e, na via principal, existem dois bares. Por fim, há ainda uma casa de jogos eletrônicos (*lan house*) com acesso à internet e também videogames (PlayStation 3).

Na atualidade, a comunidade tem um Ponto de Cultura (não está funcionando). Ela acessou, também, o Projeto RN Sustentável para o edital de ampliação da rede de abastecimento de água. As relações com o poder público se intensificaram após a certificação da comunidade enquanto “remanescente de quilombos”. Entretanto, ainda estão no limite das ações culturais, em sua maioria. As redes sociais também são responsáveis pela visibilidade que a comunidade vem alcançando.



Figura 136 - Escola da Boa Vista
(atualmente desativada)



Figura 137 - Posto de Saúde



Figura 138 - Paisagem de Boa Vista



Figura 139 - Morador
da comunidade

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Santana do Matos: Conceição do Abrigo,
Riacho da Roça, Assentamento São Manoel, Família
Limão e Família Guedes*

A presença de uma população declarada “preta” no último Censo (IBGE, 2010) no município de Santana do Matos/RN (293 pessoas, em um universo de 5.026 declaradas brancas

e 8.393 declaradas pardas) refere-se quase que exclusivamente à população residente nos territórios a seguir apresentados.

Existem, na área do município, seis locais que são “apontados” pela população (de forma geral) e reconhecidos entre as famílias negras locais como “terra de negros”. São eles:

1. Conceição dos Negros (do Abrigo)
2. Riacho da Roça
3. Assentamento São Manoel
4. Serra da Pimenteira: Família Limão
5. serra da Pimenteira: Família Guedes
6. Família Cariri.

Na área do distrito de Santa Tereza existem três comunidades negras rurais, a saber: Conceição dos Negros (do Abrigo), Riacho da Roça e Assentamento São Manoel.

A relação entre estas comunidades se dá pelo fato de que é reconhecido pelos moradores destas que a sua origem está na primeira elencada: Conceição dos Negros (do Abrigo).

Inicialmente, as famílias se estabeleceram em Conceição; depois foram se fixando no Riacho; e, ultimamente, 8 famílias egressas das duas comunidades citadas se uniram, criaram uma associação e adquiriram uma terra de forma coletiva: o Assentamento São Manoel.

*Comunidade quilombola de Conceição
do Abrigo (dos Negros): Santana do Matos*



Figura 140 - Zé Bráz (liderança)
e filha



Figura 141 - Luzia Isabel,
esposa de Zé Bráz



Figura 142 - Casa da família
de Zé Bráz



Figura 143 - Zé Bráz e família

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Comunidade quilombola do Riacho da Roça
(Negros do Riacho): Santana do Matos*



Figura 144 - Entrada de Riacho da Roça



Figura 145 - Manoel Cosme (Baeco), liderança



Figura 146 - Moradora em sua cozinha



Figura 147 - Detalhe da cozinha em área externa

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Comunidade quilombola do Assentamento
São Manoel: Santana do Matos*



Figura 148 - Manoel Francisco, liderança



Figura 149 - Ana, esposa de Manoel e liderança



Figura 150 - Casa-sede da luta pela terra



Figura 151 - Casas de alvenaria com cisterna de placas

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Família Limão: Serra da Pimenteira,
Santana do Matos*



Figura 152 - Zé Limão, memória viva do Limão e liderança



Figura 153 - Filha e netas de Zé Limão



Figura 154 - Posto telefônico do Limão



Figura 155 - Casa de Zé Limão com moradia agregada

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Família Guedes:
Serra da Pimenteira, Santana do Matos



Figura 156 - Sebastião Geraldo
Leão da Serra, liderança



Figura 157 - Esposa e filhas
de Sebastião Geraldo



Figura 158 - Visão geral
dos Guedes



Figura 159 - Casa Nova, casa antiga
e cisterna de placas

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

*Comunidade Cariri (abandonada):
Santana do Matos*



Figura 160 - Casa de alvenaria abandonada



Figura 161 - Lateral da casa abandonada



Figura 162 - Casa de taipa abandonada



Figura 163 - Detalhe de banheiro e chiqueiro abandonados

Populações ciganas no Seridó

Para nos situarmos em relação às famílias ciganas no Seridó, utilizaremos duas referências: os dados do CadÚnico dos municípios e a informação veiculada pela UCIRN.

De acordo com o CadÚnico, existem 68 famílias ciganas distribuídas em 9 municípios; destas, somente 47 recebem Bolsa Família.

Tabela 14 - Populações ciganas no CadÚnico do Seridó

Nº	Município	Nº de Famílias	Com Bolsa Família
01	Acari	04	03
02	Cruzeta	12	10
03	Currais Novos	11	07
04	Equador	11	09
05	Florânia	09	07
06	Jucurutú	08	03
07	São José do Seridó	01	00
08	São Vicente	11	08
09	Serra Negra do Norte	01	00

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).

Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

Entretanto, de acordo com a UCIRN, existem famílias ciganas identificadas em mais 6 municípios (que não constam

na tabela anterior). Ou seja, estão invisíveis nas políticas públicas municipais. Estão em Bodó, Caicó, Cerro Corá, Jardim do Seridó, São Fernando e São Rafael. Nas fotos a seguir mostramos, como exemplo, a comunidade de ciganos da etnia Calon, da cidade de Equador.

Equador – comunidade cigana (Calon)

A população de ciganos é de cerca de 18 famílias residentes, em sua maioria, na Rua Joaquim Pedro; preservando a língua e os costumes apesar de viverem na área urbana e dos preconceitos que sofrem.

Dentre os problemas enfrentados estão a falta de infraestrutura das moradias, o desemprego e o fato de grande parcela das famílias dependerem de auxílios como o Bolsa Família e ajuda da prefeitura local. Parte dos adultos sabe escrever apenas o próprio nome e muitos temem expor sua cultura em ambientes públicos, por medo de discriminação.

As maiores dificuldades são quando buscam empregos e, até mesmo nas unidades de saúde locais. Dentre as medidas necessárias a garantir os direitos desses cidadãos, uma defendida por toda a comunidade é a adoção de projetos escolares ou seminários que possam ensinar aos estudantes a cultura dos ciganos e, assim, minimizar o preconceito junto às novas gerações. Eles também cobraram melhoria nos imóveis e incentivo à educação básica dos adultos.

Outra reivindicação é o funcionamento concreto da Associação da Comunidade Cigana de Equador, que ainda depende de formalização junto ao cartório. Ao mesmo tempo, as famílias solicitam campanhas de incentivo nas empresas para que os ciganos possam se incluir no mercado de trabalho.



Figura 164 - Ciganos Calon de Equador



Figura 165 - Cigano e formado em Direito



Figura 166 - Encontro de Ciganos de Equador



Figura 167 - Apresentação de dança cigana em Equador

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Populações de terreiros e da Ordem do Rosário no Seridó

De acordo com o CadÚnico, existem, apenas, 5 famílias de terreiros distribuídas em 4 municípios: Currais Novos, Equador, Santana do Matos e São João do Sabugi. Entretanto, a intolerância

registrada em todo o estado do Rio Grande do Norte cria uma dificuldade maior para estas famílias se autoidentificarem como “de terreiros” em instâncias públicas como escolas, postos de saúde e até mesmo no CadÚnico. No Território do Seridó não seria diferente. Porém, pela pesquisa descobre-se um universo de uma representatividade muito além do imaginado. Por exemplo, somente na cidade de Caicó, sabe-se de mais de 50 terreiros de jurema/umbanda.

Assim, registramos a presença de família de terreiros em mais 6 municípios: Acari, Caicó (aqui mostramos fotografias do terreiro de candomblé Nagô), Carnaúba dos Dantas (candomblé Ketu), Jardim do Seridó, Parelhas e São José do Seridó. Entendemos, ainda, que uma pesquisa mais apurada poderá revelar mais famílias de terreiros neste território.

Atualmente, existe representação do Terreiro Ilê Axé Nagô Oxaguian no Conselho de Desenvolvimento do Território. A seguir, mostraremos fotos deste terreiro.

Terreiro “Ilê Axé Nagô Ôxáguiã”: Caicó

Desde 2010 o Ilê Axé Nagô Ôxáguiã encontra-se em atividade na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte, trazendo consigo segmento de candomblé da nação Nagô e o segmento da jurema.

No ano de 2016, o Ilê Axé Nagô Ôxáguiã, por meio de seu representante, passa a integrar o Conselho do Desenvolvimento Sustentável do Território da Cidadania do Seridó, compondo a Câmara de Comunidades Tradicionais, que agrega representantes de comunidades quilombolas, Ordem do Rosário e casas de candomblé.

O candomblé de Pai Aderbal está sendo visto como instituição de referência para a academia (alguns projetos acontecem

em parceria com a UFRN) e para a Secretaria de Saúde e Assistência Social. Houve o reconhecimento deste terreiro como local de referência de bem-estar para pessoas de baixa renda (em maior número). Na atualidade, o terreiro avança no sentido de se tornar legal juridicamente. É o primeiro passo em sua afirmação política e social enquanto instituição que agrega valores da cultura africana na região do Seridó.



Figura 168 - Reunião da Câmara de Comunidades Tradicionais do Seridó



Figura 169 - Congá (altar de jurema)



Figura 170 - Babalorixá Aderbal de Oxaguiã



Figura 171 - Babá Aderbal em palestra na Universidade

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 172 - Convite para a Festa de Jurema do terreiro



Figura 173 - Convite para a Festa de Jurema do terreiro

Fonte: acervo de Pai Aderbal

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos/Associação dos Homens Pretos: Caicó

A Irmandade Católica da Ordem de Nossa Senhora do Rosários dos Pretos foi instituída em Caicó no ano de 1771 pelos negros escravizados das fazendas Samanaú, Riacho de Fora, Sabugi de Cima e Sabugi de Baixo.

Inicialmente, os festejos eram realizados no mês de dezembro. Em 19 de outubro de 1773, passou a ser celebrada no mês de outubro. Neste período houve uma mudança na economia regional. Os fazendeiros deixaram a produção agrícola e manifestaram interesse na pecuária. Muitos negros escravizados passaram a morar na cidade e trabalhar por conta própria (pagando ao seu dono uma renda combinada). Esta situação favoreceu o surgimento e fortalecimento da “Irmandade”. Na cidade de Caicó, construíram uma igreja e fixaram residências na periferia.

Atualmente, a Ordem do Rosário se faz representar juridicamente pela Associação dos Homens Pretos. A liderança da Irmandade está nas mãos do Senhor Possidônio (que também é cordelista e artesão dos tambores da Irmandade).



Figura 174 - Sr. Possidônio, Rei Perpétuo da Ordem do Rosário de Caicó



Figura 175 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Caicó



Figura 176 - Galeria dos Reinados da Ordem do Rosário de Caicó



Figura 177 - Cortejo da Ordem do Rosário de Caicó

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Populações indígenas no Território Seridó

De acordo com os registros do CadÚnico, somente na cidade de Curras Novos existe uma família identificada como indígena. É corrente na literatura local a afirmação da inexistência de populações indígenas no Seridó.

Entretanto, em Santana do Matos existe a comunidade dos Tapuias. Esta população é conhecida na região como os *caboclos*. Falam que eles são *diferentes*, falam de um jeito que só eles entendem, trabalham com barro com muita destreza. Essa forma de ser *apontado* pelos outros é o que a Antropologia denomina de “alteridade”. Na prática, é a condição primeira para que um grupo tenha sua identidade reconhecida.

A prefeitura local, na gestão anterior, conduziu um processo de identificação das comunidades de remanescentes de quilombos. Naquela oportunidade foi colocada a questão dos *caboclos da Tapuia*. Desnecessário lembrar que Tapuia é um grupo indígena que existia em todo o Rio Grande do Norte.

As populações específicas no Território Seridó

Populações de pescadores artesanais no Seridó

Em relação à pesca artesanal realizada em vários recantos do Território do Seridó, seja em açudes públicos ou particulares, é realizada por pescadores autônomos ou por colônias de pesca, as quais contabilizam atualmente cerca de seis organizações que buscam melhorias para este setor da economia pouco valorizado e que precisa urgentemente de incentivos governamentais para estruturar a cadeia produtiva da pesca.

O Território do Seridó atualmente conta com cerca de 1.729 pescadores que sobrevivem dessa atividade. De acordo com dados disponibilizados pelo MDA, INCRA e IBGE, o município de Acari, no ano de 2007, possuía cerca de 360 pescadores. Nesse mesmo período, o município de Jucurutu contava com 352 pescadores, Cruzeta com 233, Currais Novos com 171, São João do Sabugi com 130, Caicó com 129, Parelhas com 92, Jardim do Seridó e São José do Seridó com 87, Santana do Matos com 33, Lagoa Nova com 15, Timbaúba dos Batistas com 11, Serra Negra do Norte e Cerro Corá com 6, Jardim de Piranhas e Santana do Seridó com 5, São Vicente com 2 e Bodó, Equador, Florânia, Ouro Branco e São Fernando com 1 pescador. Nos demais municípios do território não foi constatado o registro de nenhum pescador.

Um dos maiores gargalos identificados nesta atividade é a comercialização da produção, que poderia ser resolvido com a constituição de cooperativas.

Mas falta um forte trabalho educativo orientado às práticas associativas e ao gerenciamento adequado das cooperativas para que as estruturas já existentes e outras que venham a ser criadas deem melhor resultado (RIO GRANDE DO NORTE, 2000, p. 136).

Vale ressaltar que a região tem em seu clima e aspectos geomorfológicos o maior desafio para a pesca. Os anos de estiagem comprometem esta atividade, tornando-a sazonal. Ainda há o problema de inadimplência das colônias de pescadores que impossibilita o acesso a programas e projetos para esta categoria, deixando-a à margem das políticas públicas.



Figura 178 - Pescador no açude Boqueirão, em Acari

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Populações de Extrativistas e Ribeirinhos no Seridó

A pouca representatividade dos extrativistas e ribeirinhos no CadÚnico das prefeituras do Seridó aponta para apenas 5 municípios com a presença destas populações. Entretanto, a exploração do caulim e outros minérios constitui atividade corriqueira na região. Falta visibilidade para esta população.

Equador: extrativistas de caulim

A invisibilidade e a consequente marginalidade destes trabalhadores está ligada à não concepção desta atividade enquanto parte de uma conduta tradicional-específica. O CadÚnico ignora esta categoria. Só existem demandas para estes trabalhadores.

A extração artesanal de caulim, mineral química-

mente inerte, com diversas aplicações na indústria, tem sido o sustento de 300 famílias no município de Equador, Rio Grande do Norte. O trabalho insalubre é a única alternativa, uma vez que faltam empregos na cidade, terra para plantar, financiamento para iniciar um cultivo.

A história seria igual a tantas outras que a seca cria no Sertão se não fosse pelo fato de que esse quebra-galho se transformou em principal meio de sobrevivência de uma cidade. Os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego que visitam a região não podem chegar ao local e fechar as minas de caulim. Isso apenas criaria um outro problema social tão complicado quanto o primeiro, deixando uma massa de homens sem ter o que fazer.

Equador está inscrito no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do governo federal, que garante uma renda para cada filho que esteja na escola ao invés de trabalhar. O problema é que, como contempla crianças de até 14 anos, muitos de 15 acabam retornando ao serviço para ajudar no orçamento da casa. A seguir, fotos do trabalho na extração do caulim.



Figura 179 - Exploração do caulim



Figura 180 - Exploração do caulim

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 181 - Superfície acima das minas de caulim



Figura 182 - Separação do caulim

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior

Considerações em relação ao Território do Seridó e suas populações representativas de comunidades tradicionais e específicas

O Território do Seridó tem uma projeção sociopolítica que vai além de suas fronteiras. Seus costumes são mantidos como *ethos* de uma região e de um povo, o seridoense. A história local é exacerbada numa visão que torna invisíveis outros interesses além do convencional. Entende-se por convencional um universo *branco* que é mostrado e repassado. Por outro lado, as populações tradicionais da região mantêm uma postura que mostra uma alteridade entre *brancos e negros e ciganos*. Infelizmente, as conquistas das populações negras e ciganas são incipientes e pouco contabilizadas.

De forma geral, as populações estão invisíveis mesmo nos municípios onde se localizam. Como exemplo, cito Santana do Matos, que tem cinco comunidades quilombolas e não apresentam NENHUM registro dessa população no CadÚnico. Existem vários municípios com populações quilombolas e famílias ciganas. Entretanto, o CadÚnico ainda não expõe esta representatividade. Os pescadores artesanais têm um grande número de famílias que também estão invisíveis e fazem parte de um mito: acredita-se que não há atividade pesqueira além do litoral. Esta é uma atividade que coexiste com outras práticas que possibilitem uma maior segurança alimentar, como a agricultura e a pecuária. As atividades dos ribeirinhos e extrativistas estão completamente à margem das políticas sociais. Alie esta condição às condicionantes colocadas por órgãos ambientais – que limitam esta atividade (quando não a tornam ilegal). Neste capítulo mostramos, também, a Irmandade da Ordem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na mesma categoria de terreiros; a justificativa se dá pela comprovação de que esta Irmandade serviu/serve como referência de pertencimento às famílias negras oriundas das antigas (e abandonadas) comu-

nidades quilombolas de Caicó. Por fim, acreditamos na urgente e necessária inclusão destes grupos na Câmara de Comunidades Tradicionais. A seguir, elencamos sugestões às populações citadas.

Em relação às populações quilombolas, também usaremos as diferentes esferas: (1) federal, por meio do envolvimento da Fundação Cultural Palmares, da SEPPIR e do INCRA para apoiar nas demandas de certificação, demarcação e titulação dos territórios identificados; (2) estadual, por meio do envolvimento da EMATER-RN, COEPIR-RN e da implantação, no RN, do Programa ATER Quilombola; (3) municipal, por meio de um maior e mais expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de quilombola. O número apresentado não representa a realidade; (4) comunitário, pelo apoio às lutas de reconhecimento e demarcação de territórios, apoio às comunidades na apropriação de seu reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombos, apoio às comunidades na readequação do Estatuto Social da Associação local de forma a contemplar a condição de Comunidade de remanescentes de quilombos e pela elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável para cada comunidade levando em conta suas especificidades socioambientais.

Ainda em relação às populações quilombolas, existem, em aberto, questões de diversas ordens: falta de visibilidade no CRAS para as comunidades localizadas no município de Santana do Matos, a comunidade de Acari, as famílias da Irmandade do Rosário de Jardim do Seridó; falta de certificação para estas comunidades; falta de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades quilombolas do Seridó; combate ao racismo institucional; e, em termos de fortalecimento desta identidade, falta uma maior comunicação entre as comunidades.

Em relação às populações ciganas do Seridó, encontramos um nível de organização maior em relação aos outros territórios. Entretanto, este contexto não cria privilégios para estas famílias. Os dramas ainda são os mesmos: marginalidade, não identificação social, intolerância e dificuldade de acesso às escolas e ao sistema de saúde. Assim, sugerimos ações nos níveis: (1) federal, por meio do envolvimento da SEPIR para auxiliar nas demandas da comunidade referentes ao processo de inclusão social das famílias ciganas; (2) estadual, pelo envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade e, também, pelo envolvimento da UCIRN no processo de apoio à identificação das famílias para inclusão no CadÚnico; (3) municipal, pela atualização do Cadastro Único, ampliando o número de famílias na condição de Ciganos no território. O número apresentado não representa a realidade; (4) em termos locais, que os ranchos ciganos tenham garantia de apoio à sua luta pelos direitos sociais dos ciganos.

As famílias que representam os terreiros e, neste território, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário são o exemplo mais forte de, também, invisibilidade e intolerância. Os terreiros só são percebidos quando os tambores tocam. As pessoas falam que “nunca ouviram ou souberam da existência dessas ‘coisas’ aqui no Seridó”. Mas, para se ter uma ideia, somente em Caicó existem cerca de 50 terreiros de jurema (e, tecnicamente, 1 terreiro de candomblé). As Irmandades ganham projeção nos festejos de Nossa Senhora de Santana, em Caicó, e nas festas do Rosário de Jardim do Seridó (que envolvem as populações quilombolas de Parelhas e de Jardim do Seridó). O exemplo da Irmandade de Caicó, que criou uma associação para lhe representar juridicamente (Associação dos Homens Pretos), é uma direção a ser estimulada nas outras Irmandades; na prática, isto representa uma autonomia em relação à tutela da Igreja Católica (que até então era a respon-

sável pelas finanças e bens do grupo). Esta posição também está sendo seguida pelo Terreiro de Pai Aderbal, e pretende-se que seja exemplo para os outros terreiros.

Os pescadores artesanais do Seridó constituem o maior grupo com registro no CRAS. São mais de mil pescadores cadastrados. Mas, como nos outros territórios, as colônias dos pescadores estão inadimplentes e, portanto, sem acesso às políticas públicas. Como também nos outros territórios, os pescadores artesanais do Seridó agregam outras atividades em função da estiação que é característica local. Nem sempre os açudes respondem com a produção de peixes. Existe, em Acari, no Açude Gargalheiras, uma vila de pescadores (ex-mineiros) que mantém uma renda mínima através do beneficiamento de peixes (em linguças, almôndegas e filés) e a venda para turistas e frequentadores do Açude Boqueirão. Mesmo assim, estas famílias estão aquém de outras ações públicas.

As sugestões são equivalentes àquelas dos outros territórios. Assim, elencamos: (1) na esfera federal, faz-se necessário otimizar o envolvimento da Federação Nacional dos Pescadores com as colônias de pescadores do território e, também, o envolvimento do Ministério da Pesca nas negociações necessárias para que as colônias de pescadores resolvam suas inadimplências financeiras com a União; (2) em termos estaduais, é necessário garantir o apoio da Secretaria Estadual de Pesca e Agricultura às famílias de pescadores e, também, o envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade; (3) na esfera municipal, propor que os Planos Municipais tenham objetivos definidos para estas famílias que entram em colapso financeiro com as dificuldades inerentes à atividade pesqueira; (4) na esfera local, pela garantia de apoio à luta dos pescadores artesanais no acesso às políticas públicas.

As populações de indígenas, ribeirinhos e extrativistas devem ser melhor identificadas, tornadas visíveis e inclusas em programas que facilitem o acesso às políticas públicas.

A criação da Câmara de Comunidades Tradicionais do Seridó vem ao encontro desta necessidade. Surge, agora, mais uma demanda (que será constante): compor um quadro de representantes destas comunidades com pessoas que tenham tempo, compromisso e capacidade de cobrar das diversas instituições um maior envolvimento de tais populações nas decisões relacionadas ao desenvolvimento territorial. Vale salientar que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó sequer registra a presença das referidas populações em seu texto.

A Câmara de Comunidades Tradicionais foi criada com representação de quilombolas de Santana do Matos, Bodó e Parelhas. Foram incluídos também representantes da Irmandade do Rosário de Parelhas e da Associação dos Homens Pretos. Ficaram ausentes representantes das populações ciganas, dos pescadores artesanais, dos extrativistas e ribeirinhos. O desafio agora é conferir um caráter permanente e propositivo a esta Câmara com a inclusão de membros, de fato, representativos de seus grupos.

As comunidades e populações tradicionais e específicas no Território Trairi

O Território Rural Trairi/RN está localizado na região Nordeste e é composto por 15 municípios: Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Januário Cicco, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Presidente Juscelino, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

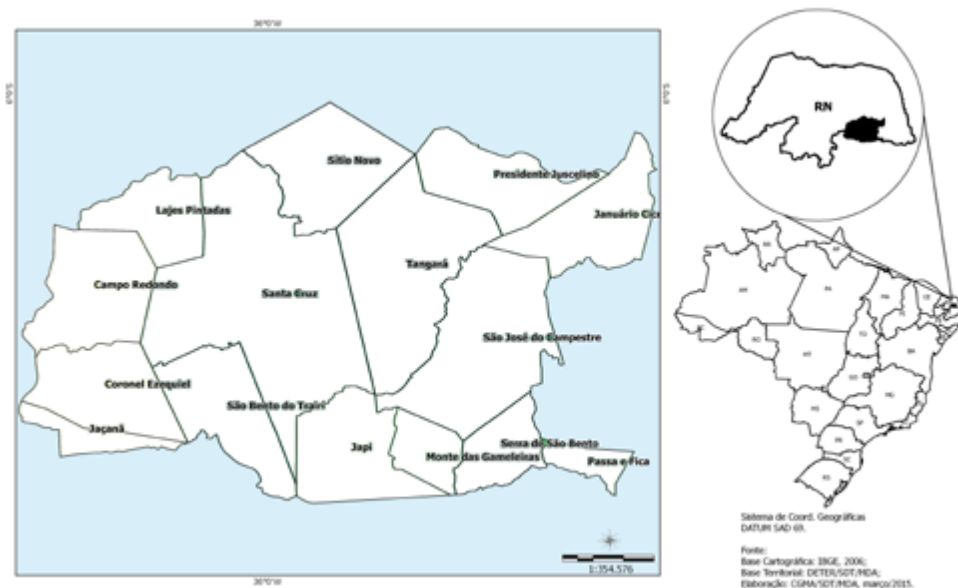


Figura 183 - O Território do Trairi

Fonte: Brasil (2015c).

De acordo com o MDA (2015), o Trairi tem uma área de 3.065,11 km², com uma população total de 141.866 habitantes, sendo 93.901 na área urbana e 47.965 na área rural. Existem 11 Projetos de Reforma Agrária com 834 famílias assentadas, ocupando uma área de 20.841 hectares. Há 7.918 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupam 20.307 pessoas. O território conta com 20 técnicos do ATER, distribuídos em 9 municípios. Os dados foram obtidos por meio dos relatórios do MDA (2013-2014).

Em relação ao PRONAF e ao Crédito Fundiário, no Trairi foi investido um total de R\$ **16.939.342,21**.

Os dados apresentados na próxima tabela mostram informações sobre o Programa Bolsa Família, o PRONATEC (dados de novembro de 2011), o PAA-CONAB e o PNAE (2012). O Bolsa Família beneficiou **24.032** pessoas com um valor total de

R\$ **4.291.798,00**. Em relação ao PAA-CONAB, constatou-se que nenhum município apresentou proposta. Por outro lado, o PNAE tinha a previsão de propostas totalizando R\$ **72.822,83**, envolvendo 3 municípios do território.

Tabela 15 - Investimentos no Trairi

Município	Bolsa Família²	TraBolsa Família – valor em R\$
Campo Redondo	1.991	347.433,00
Coronel Ezequiel	1.032	207.955,00
Jaçanã	1.427	283.594,00
Januário Cicco	1.517	263.190,00
Japi	1.154	254.018,00
Lajes Pintadas	764	111.927,00
Monte das Gameleiras	419	98.562,00
Passa e Fica	1,896	369.762,00
Presidente Juscelino	1.607	389.052,00
Santa Cruz	4.971	726.492,00
São Bento do Trairi	767	124.025,00
São José de Campestre	2.228	316.862,00
Serra de São Bento	1.058	235.029,00
Sítio Novo	763	109.644,00
Tangará	2.438	454.253,00
Total	24.032	4.291.798,00

Fonte: Brasil (2015c).

Os dados apresentados são, tão somente, para termos um contexto geral do Território Trairi. Neste território, dois municípios se destacam em termos de resultado: Santa Cruz, que apresenta uma organização social mais coesa com os sindicatos e associações atuantes, e o município de Tangará, que tem uma atuação junto às famílias ciganas ali residentes. As ONGs iniciam um trabalho no território junto às populações de agricultores familiares. Entretanto, com exceção da população cigana de Tangará, inexistem políticas públicas direcionadas para estas famílias.

Populações tradicionais e específicas no Território Trairi

No Território Trairi temos **423** famílias cadastradas no CadÚnico, representando as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, terreiros e ciganos) e específicas (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos) distribuídos em 11 dos 15 municípios. A tabela a seguir mostra dados do CadÚnico do primeiro trimestre de 2016. Neste caso, uma informação importante é sobre os **342** pescadores artesanais que, na pesquisa do MDA, estavam como inexistentes. Quando formos aos dados em tipologias específicas, veremos a disparidade entre os números do CadÚnico e os dados coletados em pesquisa de campo. A invisibilidade destas populações na gestão municipal dificulta, ainda mais, o acesso às políticas públicas que atendam às suas demandas.

Os dados a seguir são os apresentados pelo CadÚnico dos municípios do território. Como em todo o estado do RN, devemos considerar a invisibilidade destas populações e sua consequente não acessibilidade às políticas públicas.

Tabela 16 - Populações tradicionais no CadÚnico

Tipologia	Comunidade	Total (CadÚnico)	Total (com Bolsa Família)
Tradicionais	Ciganos	73	56
	Quilombolas	0	0
	Indígenas	02	0
	Terreiros	0	0
Específicas	Pescadores artesanais	342	278
	Extrativistas	0	0
	Ribeirinhos	06	02
TOTAL		423	336

Fonte: baseado no Relatório de Informações Sociais (SAGI/MDS).

Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>>. Acesso em: 3 set. 2017.

As populações tradicionais no Território Trairi

De acordo com o CadÚnico, existem 74 famílias ciganas (das quais 56 recebem o Bolsa Família), assim distribuídas em 4 municípios: Passa e Fica: 1; Presidente Juscelino: 3; Santa Cruz: 3; e Tangará: 67 famílias. O segundo grupo identificado é o composto por famílias indígenas, com apenas 2 identificadas. Inexistem, de acordo com o CadÚnico, famílias de quilombolas e de terreiros no território. Entretanto, de acordo com a pesquisa de campo, foram identificadas famílias quilombolas em três municípios e, pelo menos, 1 terreiro de umbanda.

De acordo com a pesquisa de campo, existem 3 comunidades quilombolas em 3 municípios (Santa Cruz, Campo Redondo e Lajes Pintadas), além de 1 terreiro de umbanda (em Jaçanã), que não estão representadas no CadÚnico. As informações falam de mais terreiros no território.

A invisibilidade deixa estas populações mais vulneráveis e sem acesso algum às políticas públicas. No Território do Trairi, apenas a população cigana de Tangará vem acessando, minimamente, algumas ações direcionadas às populações de baixa renda (e também algumas ações pontuais para demandas estruturais destas famílias). A seguir, mais informações de tais populações.

Populações ciganas no Território Trairi

De acordo com o CadÚnico, os ciganos constituem o grupo de maior representatividade no Território Trairi. São 74 famílias (destas, 56 são beneficiárias do Bolsa Família) distribuídas em 4 municípios (Passa e Fica, Presidente Juscelino, Santa Cruz e Tangará). Entretanto, segundo a UCIRN, existe mais um município que apresenta ciganos em residência (mas sem registro no CadÚnico), a cidade de Campo Redondo.

Tangará: rancho cigano

A cidade de Tangará chama a atenção por apresentar um acampamento cigano “permanente”. São cerca de 20 famílias que vivem em barracas na saída da cidade.

O poder público local tem realizado, por meio das secretarias de Cultura e Ação Social, eventos e ações buscando promover a inclusão destas famílias no desenvolvimento do município.

Já houve audiência pública local para se definir como incluir as demandas ciganas na ordem do dia do poder público.

Os eventos, mesmo que pontuais, constituem momentos de criação de espaços de visibilidade para os ciganos de Tangará. Costuma-se comemorar o Dia do Cigano com atividades culturais; entretanto, não se viabiliza outras prioridades, como acesso à educação e ao emprego. A seguir, fotos dos ciganos de Tangará.



Figura 184 - Ciganos em Tangará



Figura 185 - Reunião entre ciganos e CRAS de Tangará

Fonte: <Rorarani.blogspot.com.br/2013/12>. Acesso em: 20 jul. 2017.



Figura 186 - Comemoração do Dia do Cigano em Tangará



Figura 187 - Convite da audiência pública, Tangará



Figura 188 - Acampamento com barracas novas, Tangará

Fonte: <Rorarani.blogspot.com.br/2013/12>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Comunidades/populações de terreiros no Território Trairi

De acordo com o CadÚnico, nos municípios do Território Trairi não existem famílias identificadas como sendo deste segmento. Entretanto, a história e a pesquisa mostraram outra realidade. No município de Jaçanã existe um terreiro de umbanda que está registrado em um livro de história local. Há, também, informações de terreiros (mais discretos) em, pelo menos, outros três municípios (Santa Cruz, Tangará e Sítio Novo).

Novamente, encontramos-nos em meio à invisibilidade social que este segmento da população vivencia em seu cotidiano. Nos momentos citados sobre a necessidade de se obter um mapeamento fidedigno desta realidade, deparamo-nos com o mais absurdo silêncio por parte dos informantes. Somente depois de se ter uma melhor intimidade é que se obtém respostas. Inexiste, também, por parte dos funcionários do CadÚnico, um conhecimento sobre a inclusão deste segmento nos registros. Também existe um enorme preconceito que permeia as relações entre os adeptos das religiões de matriz africanas e a sociedade como um todo, resultando numa exclusão intencional deste segmento nas políticas públicas. As fotos a seguir são do Centro de Umbanda Pai Joaquim de Angola, na cidade de Jaçanã.

Jaçanã: Centro Espírita de Umbanda Pai Joaquim de Angola



Figura 189 - Pai de Santo Manoel Aprígio (in memoriam) incorporado com Zé Pilintra

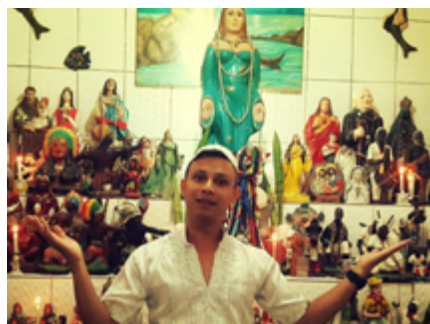


Figura 190 - Pai de Santo Renato Alex em seu Congá no Centro Espírita de Umbanda Pai Joaquim de Angola

Fonte: acervo do Pai de Santo Renato Alex



Figura 191 - Congá iluminado durante a noite



Figura 192 - Algumas médiuns da casa em dia de trabalhos.
Da esquerda para direita: Ana Lucia, Francinete, Suelen, Vanderlucia e Maria de Fátima

Fonte: acervo do Pai de Santo Renato Alex

Comunidades/populações quilombolas no Território do Trairi

As famílias que constituem as comunidades quilombolas do Território do Trairi não estão representadas nos registros do CadÚnico nos municípios da região. Entretanto, a pesquisa de campo mostrou a presença de três comunidades quilombolas no território: Campo Redondo (Baldo), Lajes Pintadas (Catolé) e Santa Cruz (Chaves Belas).

As comunidades estão alheias a qualquer processo de inclusão em políticas públicas a partir de sua identidade étnica. Ficam à margem de programas sociais. Eventualmente, acessam políticas sociais próprias às famílias de baixa renda. Não há investimentos locais que considerem esta especificidade étnica.

As comunidades estão próximas de empreendimentos de grande impacto socioambiental (eólicas e linhas de transmissão

de energia) e podem ser beneficiadas com programas de compensação socioambiental, dentre mais possibilidades de acesso à renda e benefícios outros.

Comunidades/populações indígenas no Território do Trairi

São apresentadas, somente, duas famílias nos registros do CadÚnico como indígenas no Território do Trairi (1 família em Tangará e 1 família em Presidente Juscelino), ambas sem acesso ao benefício do Bolsa Família.

O fato de termos somente duas famílias que se autoidentificam indígenas neste território não indica (necessariamente) a quantidade real destas famílias. Cabe uma verificação melhor para se entender o não atendimento pelo programa Bolsa Família.

Populações específicas (pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos) no Território Trairi

De acordo com o CadÚnico, existem populações específicas (pescadores e ribeirinhos) em 10 municípios do Território Trairi. Especificamente, temos pescadores artesanais em 8 municípios: Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Lajes Pintadas, Santa Cruz, São José de Campestre, Sítio Novo e Tangará. Os ribeirinhos estão presentes em 3 municípios: Jaçanã, Januário Cicco e Presidente Juscelino. Não se tem registro de populações extrativistas neste território.

No município de Tangará, em 2001, foi criada a colônia de pescadores Z-51. Uma década depois, em 2011, foi criada a Associação dos Trabalhadores da Pesca e da Aquicultura do Açude Trairi

do Município de Tangará. Entretanto, a seca prolongada na região baixou consideravelmente o nível de água, reduzindo, assim, sua capacidade de manutenção da atividade pesqueira. A seguir, fotos do Açude Trairi, em Tangará, tiradas no ano de 2016⁵.

Tangará: Açude Trairi (pescadores artesanais)



Figura 193 - Pescadores artesanais em Tangará



Figura 194 - Barcos no Açude Trairi

Fonte: acervo de Geraldo Barboza de Oliveira Júnior



Figura 195 - Açude Trairi



Figura 196 - Açude Trairi em época de estiagem

Fonte: Robson Freitas (2016)

⁵ Fotos obtidas através deste link: <blogdorobsonfreitas.blogspot.com>.

Considerações em relação ao Território do Trairi e suas populações representativas de comunidades tradicionais e específicas

O Território do Trairi tem, na figura do Major Theodorico Bezerra, sua maior referência cultural traduzida em uma organização que, em muito, se assemelhou ao sistema feudal. Uma história que vai além do bem e do mal, rica em detalhes, que mostra um político visionário e com um senso de administração ímpar e exitoso. Como Theodorico, outros *coronéis* se instalaram na região. Esta herança teve um impacto na formação de organizações sociais da população mais vulnerável. Uma grande quantidade de não proprietários de terra e grandes glebas de poucos empreendedores. As cidades são reflexo de uma migração constante. A economia dos municípios ainda é baseada no funcionalismo público e no comércio de pequeno e médio porte. As políticas sociais, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, representam uma segurança alimentar inquestionável. Percebemos a quantidade expressiva de famílias que estão inscritas no CadÚnico e não recebem; e, ainda mais, percebemos uma quantidade maior de famílias que estão invisíveis enquanto pertencentes a alguma comunidade tradicional. As comunidades de terreiro e os quilombolas estão invisíveis nos registros do CadÚnico no território. O Território do Trairi tem dois grupos em evidência: os ciganos e os pescadores artesanais. Não há extrativistas e existem apenas 6 famílias de ribeirinhos.

Em relação às populações quilombolas, também usaremos as diferentes esferas para a implementação de políticas públicas: (1) federal, por meio do envolvimento da Fundação Cultural Palmares, da SEPPPIR e do INCRA para apoiar nas demandas de certificação, demarcação e titulação dos territórios identificados; estimular os Institutos Técnicos Federais instalados no território

a executarem pesquisas de mapeamento e, também, atividades de extensão visando a organização social (jurídica) destes grupos. A identificação etnográfica e histórica das comunidades quilombolas citadas; (2) municipal, por meio de um maior e mais expressivo envolvimento dos setores responsáveis pelo CadÚnico para que se possa ampliar a quantidade de famílias na condição de quilombola. O número apresentado não representa a realidade; (3) comunitário, pelo apoio às lutas de reconhecimento e demarcação de territórios, apoio às comunidades na apropriação de seu reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombos, apoio às comunidades na readequação do Estatuto Social da Associação local de forma a contemplar a condição de comunidade de remanescentes de quilombos e elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável para cada comunidade levando em conta suas especificidades socioambientais.

As populações ciganas, no Território do Trairi, têm sua representatividade (e visibilidade) no rancho cigano Calon situado no município de Tangará. Essas famílias têm um trânsito positivo nas diversas secretarias da prefeitura do município de Tangará, que proporcionam uma política local que busca alternativas para a inclusão desta população em suas práticas de intervenção social. Entretanto, percebe-se que, levando-se em conta que esta população é sedentária e ocupa esta faixa de terra há mais de uma década, o maior desafio é a obtenção de uma área para moradia dos ciganos em caráter permanente (e também que esteja na área urbana). Uma outra demanda que surge é a identificação de lideranças nos ranchos ciganos que possam integrar a Câmara de Comunidades Tradicionais deste território.

Os pescadores artesanais constituem o maior grupo neste território com registro no CRAS. Mas as representações jurídicas (associações e colônias) estão inadimplentes, o que inviabiliza o

acesso às políticas públicas. No geral, os pescadores têm acesso ao benefício referente ao período do defeso e à possibilidade de aposentadoria; ou, ainda, aos benefícios em função de acidentes. Como nos outros territórios, os pescadores artesanais do Trairi agregam outras atividades como agricultura, comércio de excedente, serviços diversos, além de contar com a renda do programa Bolsa Família.

As sugestões são equivalentes às dos outros territórios. Assim, elencamos: (1) na esfera federal, faz-se necessário otimizar o envolvimento da Federação Nacional dos Pescadores com as colônias de pescadores do território e, também, o envolvimento do Ministério da Pesca nas negociações necessárias para que as colônias de pescadores resolvam suas inadimplências financeiras com a União; (2) em termos estaduais, é necessário garantir o apoio da Secretaria Estadual de Pesca e Agricultura às famílias de pescadores e, também, o envolvimento da COEPIR-RN nas demandas da comunidade; (3) na esfera municipal, propor que os Planos Municipais tenham objetivos definidos para estas famílias que entram em colapso financeiro com as dificuldades inerentes à atividade pesqueira; (4) na esfera local, pela garantia de apoio à luta dos pescadores artesanais no acesso às políticas públicas.

As populações de indígenas, ribeirinhos e extrativistas devem ser melhor identificadas, tornadas visíveis e inclusas em programas que facilitem o acesso às políticas públicas.

A criação da Câmara de Comunidades Tradicionais do Trairi vem ao encontro desta necessidade. Surge, agora, mais uma demanda (que será constante): compor um quadro de representantes de tais comunidades com pessoas que tenham tempo, compromisso e capacidade de cobrar das diversas instituições um maior envolvimento destas populações nas decisões relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Considerações finais

O mapeamento, identificação e a observação sobre o acesso das populações tradicionais (e específicas também) nos territórios do Agreste/Litoral Sul (Terra-Sul), Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi permitem inferir que os dados apresentados nos registros municipais dos CadÚnicos são inconsistentes com a realidade censitária destes grupos. Acreditamos que os números do CadÚnico representam muito menos que a metade das famílias destas populações tradicionais. O único dado que está mais próximo da realidade é o que se refere aos pescadores artesanais.

Podemos considerar, ainda, a invisibilidade destes grupos ao se ignorar o auto reconhecimento como uma possibilidade de cidadania pelas famílias; o receio em relação à intolerância a que poderão ficar expostos resulta na invisibilidade e na consequente falta de acesso às políticas sociais pertinentes.

Um outro fator que se agrega é a falta de informação e capacitação entre os servidores públicos que se relacionam com estas categorias, como agentes de saúde, funcionários do CRAS, das escolas etc. A dificuldade para se registrar nos CadÚnico pelos quilombolas é afirmada como uma das barreiras em sua luta de reconhecimento (o mesmo vale para os indígenas). Esta situação se comprova pelos dados apresentados sobre as diversas comunidades que estão invisíveis nos CadÚnico. Chega a ser estarrecedor em alguns casos como Canguaretama (em relação aos indígenas Potiguara do Catu) e em Ceará-Mirim (com a comunidade quilombola de Coqueiros⁶).

⁶ O processo de certificação desta comunidade como “remanescente de quilombos” está em sua fase de aprovação final na Fundação Cultural Palmares.

Dois outros grupos sofrem, com maior intensidade, racismo institucional: as famílias ciganas e as famílias de terreiros. O simples acesso em um espaço público para afirmar esta identidade pode se transformar em um ritual de humilhação e desconforto pessoal. Os espaços públicos são, também, espaços de afirmação individual entre todos os atores sociais.

O estado do Rio Grande do Norte caminha para um novo paradigma no que diz respeito às suas populações tradicionais. Neste século, vem se tornando comum a exposição de diversos grupos tradicionais em espaços de afirmação política. Neste sentido, vale considerar o papel exercido pela juventude quilombola e de terreiros que vem exigindo representatividade em tais espaços. O empoderamento que vem sendo obtido por estes grupos de jovens tem como resultado uma mudança significativa em ambientes acadêmicos (pesquisas realizadas por militantes – que antes eram objeto de estudo), políticos (inserção nos conselhos territoriais e municipais) e, principalmente, em ambientes virtuais (o grande número de sites, grupos de WhatsApp, imagens no Youtube etc.). A informação circula rapidamente e de forma crescente, ampliando, assim, a participação destes grupos em diversos espaços, concomitantemente.

A expectativa gerada reconhece os Territórios do Agreste/Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Seridó e Trairi como espaços de luta e conquista destes grupos em sua trajetória de afirmação, representatividade e acesso às políticas públicas. Os entraves apresentados demonstram o imenso trabalho que o Estado, o Terceiro Setor e os Atores Sociais envolvidos devem empreender em busca da construção de um ambiente democrático.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, Lourival. Os ciganos em processos da Região do Seridó Potiguar (final do século XIX e início do XX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012. Mimeo.

ARAÚJO, Maxuel Batista de. Negras Terras: a posse a propriedade da terra quilombola Boa Vista dos Negros – Parelhas/RN. **Nata: Revista de Estudos Jurídicos da UNI-RN**, 2015. Volume preliminar.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Mimeo.

BAHIA (Estado). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. **Programa de desenvolvimento social e sustentável dos povos e comunidades tradicionais da Bahia**. 2007.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Punto. **Revista Antropolítica**, São Paulo, n. 19, jun./dez. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Povos e comunidades tradicionais**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação. **Caderno Territorial, 055, Mato Grande-RN**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação. **Caderno Territorial, 123, Potengi-RN**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação. **Caderno Territorial, 076, Seridó-RN**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação. **Caderno Territorial 023, Trairi**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015d.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 39, p. 329-346, out. 2013.

CASTRO, Diego Marcos Barros de. Remanescentes indígenas no Rio Grande do Norte: uma etno-história do tempo presente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, Maringá, SP. **Anais...** Maringá, SP, 2011.

CORADINI, Lisabete; SOUZA, Virgínia de Araújo. Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, p. 205-229, 2014. Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais**. Belo Horizonte: UFMG. 2009. Mimeo.

COSTA, Elisa e ROLIM, José Daniel Juarez. **Redução das Desigualdades em Saúde nas Comunidades Ciganas no Brasil**: subsídios para discussão. Brasília: AMSK/Brasil, 2014.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. **Os forrós da serra da Gameleira (São Tomé/RN): etnicidade, festa e sociabilidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FIRMINIANO JUNIOR, Francisco Cândido. **Formação de Jovens para o Protagonismo Juvenil em Empreendedorismo Social na Comunidade Quilombola de Coqueiros, Ceará-Mirim/RN**. Natal: UFRN, 2016.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES e FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Diagnóstico sócio-econômico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos**. Brasília: UNB/Palmares, 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Disponível em: <<https://www.conflictoambiental.ict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=95>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

GALDINO, Felipe. Governo vai capacitar mais de dois mil pescadores. **Novo Jornal**, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://novojournal.jor.br>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; DANTAS, José Aclécio; FERREIRA, Edilma do Nascimento J. Monteiro. Reconhecimento e vivência da fronteira étnica entre ciganos/não ciganos: Analisando as cidades de Mamanguape e Juazeirinho, PB. **Revista Ariús**, Campina Grande, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Eleotério e Mendonça:** oralidade, memória e identidade indígena no Rio Grando do Norte. Natal: UFRN/Museu Câmara Cascudo, 2005. Mimeo.

_____. **Mendonça do Amarelão:** os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros.** Relatório de Pesquisa. Brasília, 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Povos indígenas no Brasil 1980/2013.**

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

_____. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set./dez. 2008.

LINS, Cyro H. de Almeida. **O Zambê é nossa cultura**: o coco de Zambê e a emergência étnica em Sibaúma, Tibau do Sul-RN. Natal: UFRN, 2009.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p.449-462, 2008.

_____. Caboclas brabas: história indígena do sertão do Seridó por meio das memórias de seus moradores. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010. Mimeo.

MAIA, Cícera Solange; SILVA, Sara Maia de Lima; LIMA, Suênia Maia de. **Cajazeiras**: uma comunidade remanescente de quilombola. 2007. Monografia (Especialização em Didática do Ensino com ênfase em geo-história) – Universidade Potiguar, Santo Antônio, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ciganos**: Documento Orientador para os Sistemas de Ensino. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatório GT**: População quilombola. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2007.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e luta pela cidadania**. Natal/Belém: UFRN/UFPA. 2000. Mimeo.

NASCIMENTO, Maria Lucia Santos do. **A história dos afrodescendentes**: o caso de Gameleira, município de São Tomé/RN. Parnamirim: Universidade Vale do Acaraú-UVA, 2015.

OLIVEIRA, Brenda Jéssika Cirne de. **Comunidade Negros do Riacho/RN**: condições socioeconômicas e o avanço da anemia falciforme. 2012. Monografia (Curso de Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **Relatório técnico sobre as comunidades negras rurais no município de Santana do Matos, RN**. Santana do Matos: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de; MARQUES, Josimeire Bezerra. **Diagnóstico socioambiental nas comunidades quilombolas de Afonso Bezerra-RN**. Afonso Bezerra: Prefeitura Municipal/Secretaria de Ação Social, 2015.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. Comunidade de Macambira: de “Negros da Macambira” à associação quilombola. Relatório Antropológico. **Cadernos do Leme**, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 123-260, jan./jun.2001.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da região do Seridó do Rio Grande do Norte**. Caicó, 2000. (Diagnóstico, v. 1).

RN SUSTENTÁVEL – Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte. **Marco conceitual dos povos indígenas do Rio Grande do Norte**. Natal: SEPLAN, 2013.

RODRIGUES, Bárbara Luiza Ribeiro. **Primeiros olhares sobre as políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos**. Goiânia, GO, 2009. (Mimeo).

SANTILLI, Paulo. **Povos indígenas e práticas de ensino no Brasil**. Araraquara: UNESP, 2003. Mimeo.

SANTOS, Andreia Nazareno dos. **Produção e comercialização na comunidade Quilombola de Sitio Grossos Bom Jesus/RN**. Natal: UFRN, 2015.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos**. Brasília: Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, 2013.

SILVA, Cláudia Maria Moreira da. **Em busca da realidade:** a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Flávio José de Oliveira. **Das tendas às telhas:** a educação escolar das crianças ciganas da Praça Calon-Florânia/RN. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Joelma Tito da. **O Riacho e as eras:** memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no Seridó potiguar. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009a.

_____. Quilombos no Rio Grande do Norte: história e legislação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009b. Mimeo.

SILVA JUNIOR, José Alfredo da. **Reconhecimento étnico e políticas de desenvolvimento agrário:** o caso dos agricultores quilombolas da comunidade do Timbó em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

TEIXEIRA, Wagner Pinheiro. **Espírito de Catimbó:** a moral mágico-religiosa da Jurema. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

TRIBUNA DO NORTE. **O panorama do setor pesqueiro no RN.** Natal, 2012. Caderno de Economia.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. **A comunidade quilombola de Acauã (Cunhã, Cunhã Velha), Rio Grande do Norte:** Estudo Antropológico. Natal: UFRN, 2006.

Formação de jovens para o protagonismo juvenil em empreendedorismo social na comunidade quilombola de Coqueiros, Ceará-Mirim/RN

Francisco Cândido Firmiano Júnior

Resumo

O presente trabalho é um relato de experiência de um projeto de intervenção resultante de uma atividade de extensionista desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A intervenção foi realizada na comunidade quilombola de Coqueiros, situada no município de Ceará-Mirim/RN, com o objetivo de promover o protagonismo juvenil dentro da comunidade, por meio do projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) intitulado “Intervivência Universitária”, que busca formar habilidades e competências em empreendedorismo social e, por fim, possibilitar a discussão juntos aos jovens e familiares sobre a situação na qual eles estão inseridos. A metodologia se deu por meio de pesquisas bibliográficas e da intervenção na comunidade. O resultado apresentou importantes e promissoras contribuições para o protagonismo juvenil, em consonância com a realidade local, além de possibilitar o empoderamento desses jovens para atuar como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Juventude. Protagonismo Juvenil.
Empreendedorismo Social.

Introdução

A presente intervenção se desenvolveu no município de Ceará-Mirim/RN, especificamente na comunidade quilombola de Coqueiros, onde se encontra o nosso objeto da intervenção, que é a juventude desta localidade.

Coqueiros é uma comunidade quilombola que está localizada 1,5 km a leste de Capoeira Grande e 2 km a oeste de Sítio Vila de Nazaré, próximo à região litorânea do município de Ceará-Mirim (praias de Muriú, Porto Mirim e Jacumã), no Rio Grande do Norte. Nos anos de aproximadamente 1855 (conforme historiadores), surge a comunidade de Coqueiros, cujo processo de formação é fruto das fugas dos escravos de uma fazenda localizada nas proximidades.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (Censo, 2010) a comunidade de coqueiros possuía uma população de 1.361 habitantes, sendo a segunda maior comunidade rural do município de Ceará-Mirim. Em Coqueiros habitam outras famílias que não são quilombolas, pessoas que vieram de comunidades próximas e hoje vivem por lá. A ancestralidade negra está presente por meio da dança de capoeira e da culinária, com as comidas tradicionais (bolo preto, tapioca, bolo de tapioca, entres outros).

A economia da comunidade, nos anos 1970 e 1980, era voltada para a criação de animais e para a prática da agricultura de subsistência, ou seja, pequenos gêneros agrícolas. No início os primeiros moradores passaram por muitas dificuldades, como escassez de alimentos e recursos necessários para prover suas famílias. Os principais produtos da comunidade eram batata, macaxeira, feijão e milho, que serviam para subsistência, e o excedente era comercializado na feira em Ceará-Mirim. As casas eram pequenas, construídas com taipa e palha.

Hoje, a comunidade está bastante diferente: a maioria das casas é de alvenaria, as ruas são calçadas, a vida dos moradores

melhorou economicamente comparada com os anos anteriores. A principal fonte de renda são as aposentadorias rurais e também o grande número de moradores que trabalham como operários em uma indústria têxtil na capital do estado. Os trabalhadores residem na comunidade e trabalham em um dos três turnos – da manhã, da tarde ou da noite. A prática da agricultura aos poucos fica menos utilizada pelos moradores.

A comunidade possui duas escolas: a Escola Municipal Sérgio Varela Santiago (EMSVS), que oferece formação para crianças da comunidade com a modalidade de ensino da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental; e a Escola Municipal Professor José Tito Júnior (CERU), que oferece formação para alunos do 6º ao 9º ano divididos em dois turnos, matutino e vespertino. Os alunos da CERU são da própria comunidade e das comunidades circunvizinhas, que não são quilombolas, mas são rurais, dentre elas a de Rio dos Indos, Caiana, Aningas, Sítio Vila de Nazaré, Capoeira Grande e Boa Vista. A escola possui 500 (quinhentos) alunos matriculados, dos quais cerca de 200 (duzentos) são de Coqueiros, e estão organizados em 10 (dez) salas de aula, sendo 9 (nove) turmas regulares e 1 (uma) turma da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para os jovens da comunidade quilombola concluírem o Ensino Médio, precisam se deslocar até a cidade de Ceará-Mirim ou a comunidades vizinhas como Muriú e Pitangui.

Além das escolas, Coqueiros possui três igrejas: uma católica, uma evangélica e uma pentecostal. Na comunidade existe apenas um grupo de jovens que é ligado à igreja católica, e não existe nenhuma associação. A praça que está perto do Centro Comunitário São José é o principal local de encontro dos jovens. De acordo com o IBGE (2010), lá existem 256 pessoas com 15 a 29 anos e essa juventude tem como lazer apenas essa praça,

onde eles se encontram todas as noites para conversar e namorar. Nos finais de semana a diversão desses jovens são os bares que existem dentro da comunidade, os quais funcionam a partir da sexta-feira com bandas de música locais.

A juventude rural, que é uma parcela da população jovem que mora no campo, convive com muitas dificuldades. Enfrenta os mais variados problemas, como saúde precária, insegurança, falta de emprego, dificuldade de acesso aos meios de comunicação etc. Esses fatores ocasionam o desestímulo dos jovens a continuar vivendo na comunidade.

Neste contexto também se encontra a juventude negra rural, a qual, além de todos esses problemas enfrentados pela juventude rural, ainda tem o fator agravante que é o preconceito racial. O racismo ainda está muito presente em nossa sociedade, de forma declarada e não declarada; a comunidade quilombola vem sofrendo preconceito ao longo dos anos pelo poder público através do racismo institucional, assim como todas as comunidades quilombolas do Brasil.

A política voltada para a juventude ainda é bastante nova, e a própria juventude ainda precisa se apoderar desta discussão e da construção coletiva. Somente em 5 de agosto de 2013 foi criado o Estatuto da Juventude, por meio da Lei n. 12.852, tendo como objetivo ressaltar a importância dos jovens para o desenvolvimento do país, bem como assegurar seus direitos.

Com o Estatuto o Estado brasileiro reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura, à comunicação

e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança.

Com o objetivo de contribuir com a qualificação dos estudantes da Educação Básica da comunidade quilombola de Coqueiros, foram desenvolvidas ações por meio de intervenções, no fomento do protagonismo juvenil, para o desenvolvimento de habilidades e competências de empreendedorismo social.

Ação desenvolvida: aspectos metodológicos e resultados

As ações desenvolvidas fazem parte do projeto Intervivência Universitária 2015/2016, que é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trata-se de uma iniciativa no campo da extensão destinada a evidenciar atividades de disseminação do conhecimento acadêmico e a apropriação de tecnologias para a inclusão social pela via da interação entre a comunidade e a universidade. A estratégia socioeducativa desenvolvida e aplicada durante a execução do projeto é voltada para a formação de habilidades e competências em empreendedorismo social (Momo, DC, et al, 2010).

O grupo de 30 jovens da comunidade quilombola de Coqueiros foi contemplado no projeto por intermédio do aluno interveniente Francisco Cândido Firmiano Júnior, que teve a oportunidade de inseri-los a partir do acesso como aluno do curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas pela UFRN. O curso teve o seu início em setembro de 2013, e foi concluído em dezembro de 2015.

Desde o mês de janeiro de 2015 o grupo está sendo acompanhado e assessorado pelo projeto. A escolha dos participantes

se deu de acordo com alguns critérios preestabelecidos: os jovens deveriam possuir idade mínima de 14 anos e estar cursando a partir do 8º ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio, além de serem oriundos de áreas da reforma agrária (acampamento, assentamento e comunidades quilombolas). Os alunos atendidos são de escolas públicas da comunidade e da região, e o grupo foi formado por 26 jovens, sendo 16 meninas e 10 meninos entre 14 a 20 anos de idade.

Eles participaram do 1º Encontro da Intervivência Universitária do ano 2015, em nível estadual, na cidade de Natal, na Escola Estadual Floriano Cavalcante, entre os dias 3 e 7 de fevereiro do decorrente ano. Além dos jovens da comunidade de Coqueiros, do município de Ceará-Mirim, estavam presentes também os jovens dos municípios de Parazinho, Afonso Bezerra, Jandaíra e São Miguel do Gostoso.

Durante essa semana foram desenvolvidas várias atividades pedagógicas e culturais, além da gincana, passeio e oficinas. As oficinas foram organizadas de forma a contribuir com a formação dos jovens nos temas de Empreendedorismo Social, Elaboração de Projetos, Reforma Agrária, Introdução ao Turismo, Introdução à Administração e Brinquedos Tradicionais. Todas as oficinas foram elaboradas com o objetivo de ampliar o conhecimento sociocultural desses jovens e estimular o empreendedorismo social.

De acordo com Aperam (2012, p. 12),

O empreendedorismo social se refere aos trabalhos realizados pelo empreendedor social, pessoa que reconhece problemas sociais e tenta utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-los. Difere do empreendedorismo tradicional, pois tenta maximizar retornos sociais ao invés de maximizar o lucro.

De acordo com o autor, o termo pode se referir a qualquer iniciativa empreendedora com o intuito de contribuir com as causas sociais, com a meta de solucionar os problemas existentes em sua base (comunidade onde se vive).

Com o objetivo de dar continuidade na formação dos jovens, o aluno do curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas da UFRN Francisco Cândido Firmiano Júnior organizou a atividade de intervenção na comunidade quilombola de Coqueiros, que ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2015, no Centro Comunitário São José, culminando em um grande evento – além dos jovens intervenientes, houve a participação dos pais e responsáveis. Os formadores foram os universitários envolvidos no projeto, a coordenação geral do projeto e membros da Coordenadoria Estadual de Política de Promoção à Igualdade Racial do Rio Grande do Norte (COEPPIRN). Na ocasião, a coordenadora tinha acabado de assumir o cargo e estava fazendo a sua primeira atividade de campo. Reuniu no Centro Comunitário São José cerca de 70 pessoas.

A intervenção teve início às 10h da manhã. Inicialmente, mostramos a importância do projeto da intervenção para o desenvolvimento local, os pontos fortes e as fraquezas da nossa comunidade, retomando a história e a importância da cultura quilombola, sua ancestralidade africana, a qual reflete também na culinária, que merece todo o respaldo por suas comidas típicas.

No segundo momento, a palavra foi dada ao coordenador do projeto, na pessoa do professor Dr. Washington José de Souza. Ele falou sobre a importância do projeto, a satisfação em ter a comunidade quilombola como participante, pois há muitos anos desenvolve atividades de extensão em áreas de reforma agrária, como acampamentos e assentamentos, mas ainda não tinha tido oportunidade de trabalhar com comunidades quilombolas. Terminou sua fala

apresentando como o projeto está organizado, os objetivos e as ações a serem desenvolvidas no decorrer dos anos de 2015/2016.

No terceiro momento, a palavra foi dada para a coordenadora da COEPPIRN, na pessoa de Carla Lemos. A coordenadora se apresentou e perguntou aos presentes se alguém sabia o que era COEPPIRN, falou do papel da coordenação, o motivo da criação e seu funcionamento. A COEPPIRN é um órgão de promoção à igualdade racial no Rio Grande do Norte que tem como objetivo divulgar, articular e implementar a política de promoção à igualdade racial no âmbito do estado e garantir a infraestrutura necessária ao bom funcionamento das ações afirmativas no Rio Grande do Norte. Terminou sua fala relatando que estava muito feliz por estar participando do evento, que poderiam contar com ela em relação às questões étnicas e que voltaria outras vezes à comunidade.

Em seguida aconteceram as apresentações culturais de dança afro-brasileira, de capoeira e uma roda de samba. Elas foram ensaiadas e apresentadas pelos jovens atendidos pelo projeto. A dança afro-brasileira foi apresentada pelas meninas; elas sentaram, discutiram e pensaram em tudo, definiram as funções de cada uma no processo, bem como a equipe da dança e da confecção das roupas, e as demais ficaram responsáveis por escolher a música. Depois da delegação das tarefas, todas as noites, durante as duas semanas que antecederam a atividade da intervenção, as meninas ensaiaram no turno da noite, das 19h às 20h30, no Centro Comunitário São José.

A arte da capoeira foi apresentada pelos jovens atendidos pelo projeto de Intervivência e também por outros jovens da comunidade, todos eles sob a coordenação do mestre de capoeira Roberto Fagner Silva de Araújo (o mestre Pequeno). As aulas de capoeira são ofertadas duas vezes na semana gratuitamente, e acontecem no centro comunitário com o mestre de capoeira

que é funcionário da prefeitura municipal de Ceará-Mirim. Além da capoeira, ele desenvolve outras danças afro-brasileiras, como o samba de roda, a dança guerreira e makulêlê, as quais têm como finalidade resgatar as raízes históricas e contribuir com a formação cidadã dos jovens quilombolas. As apresentações culturais duraram cerca de uma hora cada.

Depois das apresentações foi servida uma degustação da comida tradicional dos quilombolas, como beiju, tapioca, bolo preto (pé-de-moleque), grude (bolo de tapioca), ensopado de fruta-pão, dentre outros. Depois, encerramos a nossa atividade de intervenção, e como resultado pôde-se observar nos rostos de todos a satisfação de estar presente nessa grandiosa atividade. A partir da primeira intervenção na comunidade, foi possível criar uma agenda de formação contínua para esses jovens, por meio de oficinas temáticas e espaços de discussões como conferências, seminários, entre outras atividades que estimulem e promovam o empoderamento juvenil.

Considerações finais

Este trabalho de intervenção possibilitou a discussão junto aos jovens e seus familiares sobre a situação na qual se encontra a juventude negra rural localizada na comunidade quilombola de Coqueiros, como vivem e se comportam e o que é necessário fazer para mudar a realidade em que se encontram. As ações desenvolvidas somente foram possíveis por estarem vinculadas ao projeto de Intervivência Universitária da UFRN.

A partir da ação da intervenção foi criado um cronograma com atividades mensais pensadas e desenvolvidas pelos jovens atendidos pelo projeto. A cada mês foram planejadas as ações que

seriam desenvolvidas pelo grupo na comunidade, além de atividades externas, como participação em eventos fora da comunidade. Também foi possível desenvolver intercâmbio com outros jovens que são atendidos pelo projeto Intervivência Universitária em outros municípios do estado.

Nesta ótica, o trabalho desenvolvido pelo projeto Intervivência Universitária é de extrema importância para o desenvolvimento local, pois podemos observar que a juventude abraçou tal projeto e continua envolvida nas ações que foram definidas em conjunto e nos fóruns de discussões. Iniciamos com vinte e seis alunos, e hoje continuam cerca de 20 deles. A participação dos jovens em atividades políticas e sociais da comunidade demonstra que o projeto possibilita espaços de empoderamento da juventude, incentivando de forma direta ou indireta e melhorando a autoestima inclusive em relação à sua ancestralidade.

Mediante as observações e análises feitas pelo acompanhamento do grupo, constata-se que o conhecimento não pode ficar restrito às discussões acadêmicas, mas, sobretudo, que seja disseminado para todas as pessoas da comunidade quilombola de Coqueiros. Assim sendo, o Grupo da Intervivência pretende realizar um seminário local para trabalhar a questão de conscientização dos moradores em relação à sua ancestralidade negra, pois o combate ao racismo dentro da comunidade seria uma de muitas outras ações afirmativas desenvolvidas por este grupo. Além disso, incentivar a criação de uma associação de jovens dentro da comunidade e de um fórum de juventude negra dentro do município de Ceará-Mirim, e estimular a participação desses jovens em conselhos municipais são atividades que os empoderam sobre o real papel na sociedade na qual estão inseridos.

A intervenção fruto do projeto de Intervivência da UFRN apresentou resultados capazes de apontar importantes e promiss-

soras contribuições para o protagonismo juvenil, em consonância com o desenvolvimento local. Contribuiu para refletir sobre os problemas que enlaçam a nossa comunidade quanto às formas de racismo, possibilitando aos jovens a oportunidade de atuar como sujeitos de direito e de fato na superação das dificuldades que se apresentam dentro da comunidade. Esses resultados são observados na participação juvenil dentro da comunidade, como na escola, na proposição de um grêmio estudantil. A partir deste projeto surgiram outros grupos de jovens das igrejas que atuam dentro da comunidade. Outro ponto é que todos os jovens envolvidos neste processo estão participando mais politicamente das ações dentro da comunidade – eles propuseram um mutirão para reforma da sede do centro comunitário.

Logo, temos a certeza de que o legado tão esperado por quem idealizou o projeto de certa forma foi deixado – intervir em uma determinada problemática local, colocando os princípios da teoria com a prática, elementos esses de fundamental importância para a formação política e profissional para o exercício da cidadania plena e participativa.

É importante ressaltar que esses jovens que viviam de certa forma sobre vulnerabilidade social puderam, por meio deste projeto, crescer e se desenvolver, e que essa juventude negra e rural encontrou forças para enfrentar os diversos problemas que são oriundos desta comunidade. Muito ainda precisa ser feito, mas a semente já foi plantada – e, por que não dizer, já começou a dar frutos, pois esses mesmo jovens atendidos pelo projeto organizaram várias atividades. Por isso, podemos falar com certeza que a intervenção universitária contribuiu para melhorar a qualidade de vida dessa comunidade e desses jovens atendidos.

Ainda sobre a problemática, acreditamos que a partir das ações desenvolvidas poderão surgir novas pesquisas e discussões, tanto por parte da comunidade como por parte da academia.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcia Ferreira (Org.). **Caminhos para o empreendedorismo**. Timóteo, MG: Instituto Papel Solidário, 2012.
- BARCELOS, Sérgio Botton; STRAPASOLAS, Valmir Luiz; MENEZES, Maria Aparecida de. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**: Série juventude e Estudos. Brasília: MDA, 2014.
- BRASIL. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013
- MOMO, D. C. et al. Intervivência Universitária e Educação Popular a Metodologia socioeducativa OASIS Formação de Competências e habilidades em Empreendedorismo Social Juvenil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

Produção e comercialização na comunidade quilombola de Sítio Grossos - Bom Jesus/RN

Andreia Nazareno dos Santos

Resumo

Diante da realidade apresentada na comunidade quilombola de Grossos, surge a necessidade da busca por alternativas de geração de renda que viabilizem uma melhoria nas condições de vida desta população. Estas iniciativas devem contemplar não somente a geração de trabalho e renda na comunidade, mas também a inclusão social por meio da valorização da identidade cultural, da capacitação e do desenvolvimento de novos produtos. A atividade deve ser um elemento da identidade do grupo – portanto, o investimento nesta atividade deve ser positivo para a manutenção e fortalecimento da sua identidade étnica. Também se conclui que é necessário implementar previamente a organização econômica da comunidade. Para tanto, é preciso ter entre suas prioridades desvelar e agregar valor à produção, por meio da certificação do produto para sua inserção em mercados mais justos e rentáveis, da eliminação de atravessadores e do aperfeiçoamento da produção e do artesanato. O associativismo e o cooperativismo são importantes, mas não são as únicas formas de organização da agricultura familiar e comunitária a serem exigidas e apoiadas. As ações devem ser definidas a partir da negociação com a comunidade e do estudo das potencialidades da região, tendo como objetivo promover a comunidade Grossos através do

reconhecimento e valorização da sua cultura, visando o desenvolvimento sustentável. É possível concluir que somente aliando o uso sustentável das potencialidades naturais à estratégia de marca etnocultural, o agronegócio familiar pode viabilizar o desenvolvimento local. Este estudo tem como objetivo explorar o papel do desenvolvimento em área remanescente de quilombo, partindo do reconhecimento e valorização da cultura local. Há expectativas favoráveis para a implementação de políticas de ação afirmativa com recorte racial. Porém, existem muitas lacunas nos estudos e pesquisas sobre essas comunidades, sendo preciso analisar as possibilidades de inserção econômica dos pequenos produtores rurais de comunidades negras. Este trabalho parte do referencial teórico que compreende o papel multifuncional da agricultura familiar e sua interface com a abordagem de desenvolvimento local sustentável. A comunidade remanescente de quilombo de Sítio Grossos, localizada no município de Bom Jesus, é um grupo marcado por insuficiente assistência pública e caracterizado pela vivência no meio rural e a realização de atividades econômicas como a agricultura e o artesanato.

Palavras-chave: Produção e comercialização local. Agricultura familiar. Comunidade quilombola de Grossos.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a funcionalidade de uma organização coletiva que, por sua vez, traz os princípios e valores da agricultura familiar. O desenvolvimento aqui abordado se refere à produção e comercialização da comunidade quilombola de Grossos, localizada no município de Bom Jesus/RN, e mostra sua realidade com relação à produção de alimentos e as dificuldades em destiná-la à comercialização. Isto ocorre por se tratar de uma comunidade com características agrícolas e culturais não mecanizadas, portanto, comercializando apenas dentro das feiras do município.

Nesse sentido, vislumbramos ações que possibilitem oportunidades para destinação dos produtos cultivados na comunidade, e, conseqüentemente, o aumento da produção para geração de renda e desenvolvimento econômico desses remanescentes de quilombo. Nessa perspectiva, objetivamos construir uma rede com o poder público e órgãos que tratam dessa temática, no intuito de mobilizar e viabilizar recursos para investimentos na comunidade.

No que se refere à localidade, esta foi reconhecida como remanescente de quilombo no ano de 2004 pela Fundação Cultural Palmares. Fica a sete quilômetros da sede do município Bom Jesus, com um número de 140 (cento e quarenta) famílias, e a maioria vive da agricultura com produção de mandioca, milho, feijão, batata, dentre outros produtos de época como caju, umbu e acerola. Uma parcela da população de jovens e adultos sai para trabalhar em cidades circunvizinhas em busca de outras atividades, tendo em vista as dificuldades dentro da comunidade – as pessoas que residem no local, em sua maioria, sobrevivem da agricultura, de benefícios do INSS e de programas do governo federal.

O local possui uma associação onde ocorrem reuniões mensais para discussão de melhorias para a comunidade. Por meio dessas reuniões junto ao Programa de Desenvolvimento Social (PDS) foram elaborados dois projetos. O primeiro foi para a construção de um prédio da associação. Dentro do prédio, temos 06 (seis) máquinas de costura para artesanato que se encontram desativadas por falta de recursos e materiais. Trabalhou-se com esse grupo ainda alguns anos após a construção; no entanto, devido a algumas desavenças, o grupo se desfez e cada um foi trabalhar individualmente em suas casas. Desse modo, o artesanato torna-se restrito a um grupo de mulheres que se reúnem dentro da associação ou em suas casas, realizando trabalhos manuais vendidos na feira livre da cidade ou sob encomenda.

Posteriormente, conseguimos a instalação de uma cozinha alternativa para produzir beiju, grude, pães e bolos, no intuito de ser fonte de geração de renda. Porém, existe dificuldade com relação à comercialização desses produtos. Mas há um grande gargalo que é o individualismo, o qual enfraquece a comunidade e a união das pessoas. Apesar de nos reunimos mensalmente para discutir melhorias, nem sempre comparece nas reuniões uma quantidade boa de sócios para pautar os assuntos que venham resolver os problemas que surgem na comunidade.

A política dentro da comunidade é vista de forma a trazer benefícios apenas para os candidatos, mediante partidarismo e promessas não cumpridas. Não há uma atenção efetiva, refletida em ineficiência das políticas públicas no local. Nesse aspecto, podemos citar o sistema de ensino e da saúde, exemplos de descaso com a população. A comunidade possui 01 (uma) escola que disponibiliza apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); as demais séries devem

ser buscadas na cidade. Entretanto, a precarização do sistema, aliada à falta de oportunidades, provoca a evasão escolar dos jovens, que deixam os estudos para trabalhar e ajudar seus familiares. Geralmente, entre 10 (dez) jovens, 02 (dois) conseguem cursar uma faculdade.

A localidade não possui uma unidade de saúde, sendo as pessoas atendidas dentro da sede da Associação. Por ser um espaço de dimensões pequenas, os pacientes ficam debaixo de uma árvore à espera de atendimento. Essas condições expõem a população a situações de vulnerabilidades e desrespeito, portanto, um posto de saúde com profissionais capacitados é indispensável para um atendimento satisfatório para nosso quilombo.

No que diz respeito à cultura, podemos citar a festa do padroeiro São Sebastião, que comemoramos no mês de janeiro, com uma semana de festa, além de terços e a missa no último dia. A cultura é um ponto forte na comunidade com as danças de quadrilha, coco zambê, entre outras, resgatadas dos nossos ancestrais para que não sejam esquecidas dentro da comunidade.

Tendo em vista os aspectos apresentados, detectamos um problema importante na comunidade, conforme citado anteriormente, que afeta o desenvolvimento da economia. Desse modo, o projeto visa à mobilização dos grupos que trabalham com o artesanato e a agricultura para o aumento da produção e comercialização, buscando identificar, promover e viabilizar o desenvolvimento local e contribuir para o aumento da renda familiar.



Figura 1 - Grupo de Dança da Comunidade de Grossos

Fonte: Acervo de Andreia Nazareno.

As comunidades remanescentes de quilombos fazem parte do vasto mosaico étnico, social, ecológico e cultural da estrutura agrária brasileira. Até o presente momento, existem 743 reconhecidas, que somam dois milhões de pessoas e apresentam – invariavelmente – um quadro de agravante pobreza rural e exclusão social. Porém, ainda existem muitas lacunas nos estudos e pesquisas sobre essas comunidades. É preciso analisar as possibilidades de inserção econômica dos pequenos produtores rurais de comunidades negras, a partir da elaboração de projetos que permitam a agregação de valor aos produtos agrícolas e não agrícolas (GRAZIANO, 1999), observando suas dinâmicas e fatores de desenvolvimento.

Ações desenvolvidas: aspectos metodológicos e resultados

As ações devem ser definidas a partir da negociação com a comunidade e do estudo das potencialidades da região, tendo como objetivo promover a comunidade de Grossos por meio do reconhecimento e da valorização da sua cultura, visando ao desenvolvimento sustentável. É possível concluir que somente aliando o uso sustentável das potencialidades naturais à estratégia de marca etnocultural o agronegócio familiar pode viabilizar o desenvolvimento local. Devemos mobilizar associados e moradores da comunidade por meio de reuniões com os representantes da Secretaria da Agricultura do município, visando um meio de estar nos inserindo nas políticas locais, além de verificar a possibilidade de comercializar na merenda escolar, pois já atuamos no programa. Pretendo fazer, nesta intervenção, um trabalho que beneficie a comunidade e fique na memória de todos, mostrando para o município que temos um potencial e que podemos nos desenvolver enquanto comunidade. Em diálogo com a comunidade, chegou-se a um planejamento para realizarmos o 1º Festival do Beiju e mostrarmos às populações circunvizinhas os nossos produtos.

A intervenção foi realizada no dia 3 de outubro de 2015, com início às 11h com a presença do professor (orientador) Antônio Alves Filho, alguns representantes da associação e os representantes do município de São Paulo do Potengi Paulo Ananias e Johan Adônis. Comecei a minha apresentação falando qual o motivo daquela ação dentro da comunidade – que era a minha conclusão do Curso de Graduação em Gestão de Cooperativas, e que o tema da intervenção era produção e comercialização dos produtos da comunidade. Tivemos a fala

de Rosineide, explicando como é feita a venda dos produtos: dentro da feira do município e nas comunidades vizinhas.

Uma dificuldade encontrada na intervenção foi reunir as pessoas da comunidade, apesar da mobilização feita meses antes e a divulgação nas redes sociais. O festival do beiju teve um público pequeno; poucas pessoas da comunidade compareceram no evento. O evento não saiu da forma planejada, que seria com uma oficina de beiju e com a palestras com o secretário da agricultura do município, o Sr. Arian, para que ele falasse sobre como anda o trabalho da secretaria junto aos agricultores do município em relação à produção, em especial a comunidade quilombola, que produz alimentos. O festival foi uma forma de tentar mostrar o nosso potencial e que nós podemos nos inserir em projetos do município, com participação na merenda escolar, até mesmo nas escolas do município. Ainda encontramos muita dificuldade em relação à certificação dos produtos, que é o reconhecimento do produto de boa qualidade para se inserir no mercado. Estamos correndo atrás do selo quilombola, que nos dá o reconhecimento do produto e da comunidade, além da garantia de um alimento de boa qualidade e de agricultores familiares quilombolas.

Foi uma atividade para expor e mostrar o trabalho com produtos feitos a partir da agricultura, como bolo de macaxeira, bolo preto, beiju e tapioca, comercializados dentro da comunidade, em comunidades circunvizinhas e na feira do município, aos domingos.



Figura 2 - Bolos produzidos na comunidade



Figura 3 - Bolos produzidos na comunidade

Fonte: Acervo de Andreia Nazareno

Considerações finais

Moro na comunidade há 18 anos e, durante esses anos, já presenciei muitos relatos de mulheres e de homens dizendo que é muito bom conviver aqui, mas que sobrevivemos apenas da agricultura familiar e de programas sociais. A ação desta intervenção é fazer com que a produção local venha a se desenvolver e que possa ser valorizada por meio do reconhecimento do poder público, da população do município e fora dele. Além disso, deixar o meu conhecimento para as pessoas da comunidade e mostrar que eles são capazes de se desenvolver e vencer obstáculos para seguir em frente. O desenvolvimento rural necessita da valorização dos atributos do campo, e a agricultura familiar é considerada fundamental, visto ser uma forma de agricultura mais sustentável. As características desta categoria, apresentadas por Veiga (1999), permitem perceber os aspectos

que se aproximam da noção de desenvolvimento, sendo importante ressaltar dois dos princípios indicadores que denotam esta situação: a segurança alimentar e a utilização dos recursos naturais de forma menos degradante. Ao final desta intervenção, espera-se que a comunidade tenha suas potencialidades desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

GRAZIANO, J. da Silva. **O novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1999. (Serie pesquisa, I).

VEIGA, Jose Eli da. Agricultura Familiar e sustentabilidade. **Caderno de ciências e tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-399, 1996.

<i>Título</i>	O Perfil das Comunidades Tradicionais e o acesso às Políticas Públicas nos Territórios Rurais e da cidadania do Rio Grande do Norte
<i>Organizadores</i>	João Bosco Araújo da Costa e Geraldo Barboza de Oliveira Júnior
<i>ISBN</i>	978-85-69247-49-4 PDF
<i>Editora</i>	Caravela Selo Cultural
<i>Série</i>	Humanidades I
<i>Coordenação editorial</i>	José Correia Torres Neto
<i>Revisão de texto e tipográfica</i>	Kaline Sampaio de Araújo
<i>Normalização bibliográfica</i>	Verônica Pinheiro da Silva
<i>Assessoria de comunicação</i>	Sheyla Azevedo
<i>Capa, Projeto gráfico e Editoração eletrônica</i>	Amanda Marques
<i>Finalização</i>	Fernanda Oliveira
<i>Imagem da capa</i>	Pixabay.com
<i>Formato</i>	15 cm x 22 cm
<i>Número de páginas</i>	204
<i>Tipologia</i>	Anton, Montserrat e Adobe Caslon Pro
<i>Local e data</i>	Natal, dezembro de 2017



Secretaria de
Desenvolvimento Territorial

